

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	27
4.5 - Processos sigilosos relevantes	28
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	29
4.7 - Outras contingências relevantes	30
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	31

## 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	32
--	----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	35
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	36
5.4 - Outras informações relevantes	37

## 6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	38
6.3 - Breve histórico	39
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	40
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.7 - Outras informações relevantes	44

## 7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	45
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	51
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	52
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	60
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	61
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	78
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	79
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	80
7.9 - Outras informações relevantes	81

## 8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	82
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	84
8.3 - Operações de reestruturação	85
8.4 - Outras informações relevantes	86

## 9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	87
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	91

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	92
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	93
9.2 - Outras informações relevantes	101

## 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	121
10.2 - Resultado operacional e financeiro	134
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	137
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	138
10.5 - Políticas contábeis críticas	140
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	142
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	143
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	144
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	145
10.10 - Plano de negócios	146
10.11 - Outros fatores com influência relevante	147

## 11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	151
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	152

## 12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	153
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	158
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	160
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	161
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	163
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	164
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	168
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	169

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	170
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	171
12.12 - Outras informações relevantes	172

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	173
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	175
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	178
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	180
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	183
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	184
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	185
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	186
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	187
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	188
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	189
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	190
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	191
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	192
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	193
13.16 - Outras informações relevantes	194

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	195
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	196
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	197

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	198
--	-----

### 15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	199
15.3 - Distribuição de capital	202
15.4 - Organograma dos acionistas	203
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	204
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	206
15.7 - Outras informações relevantes	207

### 16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	208
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	209
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	212

### 17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	213
17.2 - Aumentos do capital social	214
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	216
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	217
17.5 - Outras informações relevantes	218

### 18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	219
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	221
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	222
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	223
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	224
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	226

## Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	227
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	228
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	229
18.10 - Outras informações relevantes	230
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	234
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	235
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	236
19.4 - Outras informações relevantes	237
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	238
20.2 - Outras informações relevantes	240
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	241
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	242
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	244
21.4 - Outras informações relevantes	245
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	246
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	247
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	248
22.4 - Outras informações relevantes	249

**1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis****Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Ricardo Lopes Delneri****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Pedro Villas Boas Pileggi****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	21/01/2008		
Descrição do serviço contratado	Revisão completa das demonstrações contábeis da Renova e suas controladas.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31.12.2009, corresponde ao montante de R\$200.000,00, e refere-se somente a serviços de auditoria prestados, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

José Luiz Ribeiro de carvalho	01/01/2010 a 31/01/2010	007.769.948-32	Avenida engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1511, 6 andar, Brooklin Novo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (11) 35696746, Fax (11) 51054125, e-mail: ri@renovaenergia.com.br
-------------------------------	-------------------------	----------------	--



## 2.3 - Outras informações relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

O parecer de auditoria da KPMG relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 contém parágrafo de ênfase acerca do fato de a Companhia possuir diversos projetos em andamento e de sua controlada indireta Espira, que iniciou, durante o exercício de 2008, as operações de suas usinas PCHs. A Administração da Companhia elaborou um estudo de viabilidade econômica financeira das usinas, o qual demonstra que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009 a Administração estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

O relatório de revisão especial da KPMG relativo ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 contém parágrafos de ênfase com relação aos seguintes assuntos: (i) durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 3.1 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação; e (ii) a Companhia possui diversos projetos em andamento e sua controlada indireta Espira, que iniciou, durante o exercício de 2008, as operações de suas PCHs. A Administração da Companhia elaborou um estudo de viabilidade econômica financeira das usinas, o qual demonstra que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Dessa forma, em 30 de junho de 2010 a Administração estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

O relatório de revisão da KPMG relativo ao trimestre findo em 30 de junho de 2009 contém parágrafo de ênfase com relação ao seguinte assunto: (i) a Companhia possui diversos projetos em andamento e sua controlada indireta Espira, que iniciou, durante o exercício de 2008, as operações de suas PCHs. Dado o quadro das operações recém iniciadas, os resultados, apesar de positivos, não têm sido suficientes para fazer face aos encargos de endividamento e proporcionar a recuperação dos investimentos efetuados. A administração da Companhia elaborou um estudo de viabilidade econômica financeira das usinas, o qual demonstra que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Consequentemente, em 30 de junho de 2009 a administração estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

A partir de 1º de janeiro de 2008, foram introduzidos, alterados e revogados dispositivos da legislação societária pela Lei nº 11.638, 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, 27 de maio de 2009, para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM com base nas normas internacionais de contabilidade.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações foram avaliadas e mensuradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Tais mudanças caracterizam-se como mudança de prática contábil conforme disposto na Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 do CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, as companhias eram autorizadas a refletir os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro 2008. Em 31 de dezembro de 2008, não existiram ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis que impactaram os lucros acumulados da Companhia.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2009)</b>	<b>Exercício social (31/12/2008)</b>	<b>Exercício social (31/12/2007)</b>
Patrimônio Líquido	138.945.084,00	9.016.843,00	3.880.125,00
Ativo Total	292.733.739,00	247.707.635,00	199.234.219,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	33.752.919,00	15.366.752,00	0,00
Resultado Bruto	22.210.704,00	9.665.297,00	0,00
Resultado Líquido	-1.537.352,30	-24.863.282,00	-2.895.292,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.086.222	801.606	801.606
Resultado Líquido por Ação	-1,420000	-31,020000	-3,610000

### **3.2 - Medições não contábeis**

**A) MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS; B) CONCILIAÇÕES ENTRE OS VALORES DIVULGADOS E OS VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS; E C) EXPLICAR O MOTIVO PELO QUAL ENTENDE QUE TAL MEDIÇÃO É MAIS APROPRIADA PARA A CORRETA COMPREENSÃO DA SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES:**

Não aplicável.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

**EVENTOS SUBSEQÜENTES ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE:**

Não aplicável.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

#### **POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:**

Tendo em vista a fase inicial de suas operações, a Companhia não apresentou resultado positivo nos 3 últimos exercícios sociais e, portanto, não realizou distribuições de resultados em referido período.

Antes de cada Assembléia Geral Ordinária, a nossa administração deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se existente, do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.

De acordo com o nosso Estatuto Social, os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembléia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das S.A.;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no art. 48;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das S.A.;
- (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembléia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das S.A.;
- (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no Parágrafo Único, infra, deste art. 47 e no art. 194 da Lei das S.A.

A Reserva de Investimentos tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social, a capacidade de investimento da Companhia e a manutenção da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, e deve observar o limite previsto no art. 199 da Lei das S.A. e poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de emissão da Companhia não têm prioridade no recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.

Por determinação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares da Companhia. O Conselho de Administração, ad referendum da Assembléia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do

### **3.4 - Política de destinação dos resultados**

Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.

### **3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não foram apurados lucros no exercício social encerrado em 31/12/2009, não havendo portanto lucro líquido a ser destinado.

### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

#### DIVIDENDOS DECLARADOS A CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS DOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS SOCIAIS:

Tendo em vista a fase inicial de suas operações, a Companhia não apresentou resultado positivo nos 3 últimos exercícios sociais e, portanto, não realizou quaisquer distribuições de dividendos no período.

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
<b>Lucros Retidos (em R\$ mil).....</b>	-	-	-
<b>Reservas Constituídas (em R\$ mil).....</b>	119.272*	-	-

\* Reserva decorrente da capitalização das debêntures do InfraBrasil.



3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	153.787.688,27	Índice de Endividamento	110,70000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	15.434.000,00	14.067.000,00	21.233.000,00	153.788.000,00	204.522.000,00
Total	15.434.000,00	14.067.000,00	21.233.000,00	153.788.000,00	204.522.000,00
Observação					

### 3.9 - Outras informações relevantes

**OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**Considerações sobre este formulário de referência**

Este formulário é elaborado com base na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM480”).

A data de última atualização deste Formulário de Referência não significa, necessariamente, que este documento teve todas as suas informações atualizadas até tal data, mas que algumas ou todas as informações nele contidas foram atualizadas conforme o Artigo 24 caput da ICVM480 e seus Parágrafos 1º, 2º e 3º.

Este Formulário de Referência não se caracteriza como um documento de oferta pública de valores mobiliários da Companhia, bem como não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação para oferta de compra de títulos e valores mobiliários no Brasil ou em qualquer outra jurisdição

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### FATORES DE RISCO QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA:

#### a) com relação à Companhia

##### *Nossos Parques Eólicos em Implementação estão sujeitos a riscos financeiros e operacionais.*

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos Parques Eólicos em Implementação, temos os riscos financeiros associados à diferença entre a energia por nós gerada e a energia contratada por meio do CER, cujos eventuais desvios serão por nós assumidos. Tal diferença poderá decorrer da: (i) ocorrência de ventos em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; (ii) entrada em operação comercial dos Parques Eólicos em Implementação em data posterior a 1º de julho de 2012; e (iii) indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

Os nossos Parques Eólicos em Implementação devem também, de acordo com o Leilão LER 2009, atender a um cronograma de entrada em operação, estabelecido no edital do Leilão LER 2009, na autorização a ser outorgada e no CER a ser celebrado. No caso de descumpirmos o cronograma, a ANEEL poderá aplicar penalidades e, em caso extremo, poderá ainda revogar a autorização outorgada.

De acordo com as disposições do CER alguns eventos constantes do cronograma, tais como o não início da operação comercial dos nossos Parques Eólicos em Implementação até 30 de junho de 2012, poderão gerar, ainda, rescisão do CER.

##### *Estamos sujeitos a riscos relacionados ao Leilão LER 2009.*

Participamos do primeiro leilão realizado no Brasil para a contratação de energia proveniente de fonte eólica, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 14 de dezembro de 2009, tendo vendido a energia que será gerada por nossos Parques Eólicos em Implementação.

Para tanto, durante todo o processo do Leilão LER 2009, principalmente até a emissão da outorga das respectivas autorizações pela ANEEL, devemos manter todas as condições de habilitação exigidas no respectivo edital.

Se não firmarmos os contratos de venda de energia referentes a nossos Parques Eólicos em Implementação, sofreremos um impacto adverso relevante. A assinatura do CER poderá ser prejudicada, ainda, pela eventual anulação do Leilão LER 2009, seja por vias judiciais ou administrativas, conforme requerido por terceiros interessados nessa anulação. Nesse caso, as garantias aportadas nos serão devolvidas, mas os nossos Parques Eólicos em Implementação sofrerão impacto adverso relevante.

##### *Nossos negócios podem ser adversamente afetados caso não ocorram ou não sejamos vencedores de novos leilões para comercialização de energia por fontes renováveis.*

Nosso Plano de Negócios tem como um dos meios a participação em leilões de contratação de energia no ACR. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, não formos vencedores desses leilões, nossa estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada.

##### *Nossa estratégia de negócios poderá ser afetada de modo adverso por vários fatores.*

Nossa capacidade de crescimento e de apresentar resultados atrativos está condicionada à conclusão de nossos Parques Eólicos em Implementação e na prospecção, aprovação, desenvolvimento, implantação e operação de outros parques eólicos e PCHs no Brasil. Nossa estratégia de negócios baseia-se em projetos em fase de implantação, no caso de nossos Parques Eólicos em Implementação, e em projetos em desenvolvimento, no caso de outros parques eólicos e PCHs. Ademais, o sucesso de nossa estratégia depende de presunções e estimativas, inclusive relativas à nossa capacidade de obter autorizações junto à ANEEL e de construção de parques eólicos e PCHs de forma eficiente, de acordo com os custos e prazos previstos, bem como na venda da energia elétrica a ser produzida. A obtenção de autorizações da ANEEL para o desenvolvimento de nossos projetos de parques eólicos e PCHs está sujeita a diversos riscos e fatores fora do nosso controle.

Além disso, nossos resultados futuros estão sujeitos a significativas incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional, muitas das quais estão fora de nosso

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

controle. Essas incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços de (i) insumos típicos da atividade de construção civil, inclusive para a construção de centrais geradoras de energia eólica e PCHs, (ii) bens de capital necessários para tais projetos e (iii) outras fontes de energia, incluindo preços de petróleo e gás. Assim, podemos enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso sobre nós.

***Poderemos não ser capazes de gerar toda a energia que nos obrigamos contratualmente, o que pode ter um efeito adverso sobre nós.***

No âmbito do CER, os riscos financeiros associados à diferença entre a energia eólica gerada e a energia contratada, quando da verificação de desvios de geração, serão assumidos por nós. Essa diferença pode ser atrelada a: (i) ocorrência de ventos em intensidade diversa àquela considerada em estudos realizados na fase do projeto; (ii) entrada em operação comercial do parque eólico; e (iii) indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

Ademais, podemos comercializar no ACL a energia gerada por parques eólicos, cujos contratos nos obrigarão a entregar quantidade certa de energia. Contudo, de acordo com a regulamentação do setor, usinas eólicas não podem participar do MRE e, dessa forma, não há ou haverá qualquer compensação com a energia gerada por outros produtores.

Especificamente com relação à comercialização de energia por meio do ACL, diante da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, a Energia Assegurada do MRE é escalonada de forma a refletir os números efetivos de geração do MRE, ou seja, a energia gerada pelos membros do MRE é ajustada de forma que os membros que produziram menos energia do que se comprometeram seja compensada pelos membros que produziram mais energia do que se comprometeram.

Em qualquer desses casos, (i) se o nosso futuro parque eólico não for capaz de gerar a energia contratada por nossos clientes, ou (ii) se não formos capazes de gerar a energia necessária para suprimento de eventuais clientes no ACL e, ainda, as compensações de energia no âmbito do MRE não forem suficientes para suprimento da demanda contratada, poderemos ser obrigados a adquirir a energia faltante no mercado de curto prazo (mercado *spot*), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser mais do que se a estivéssemos produzindo, o que pode ter um efeito adverso sobre nós.

***Estamos sujeitos à concorrência de terceiros em relação a algumas etapas de desenvolvimento dos nossos projetos.***

Estamos sujeitos à concorrência de terceiros em algumas fases do processo de estudo e elaboração de nossos projetos e de suas respectivas apresentações à ANEEL (principalmente com relação à aprovação de projetos básicos e a inventários de rios), uma vez que não temos exclusividade para seu desenvolvimento. Tais fatos podem resultar em um efeito adverso sobre nós.

***Nosso nível de endividamento e nossa estrutura de financiamento poderão nos afetar adversamente.***

Os investimentos necessários para construção de nossos Parques Eólicos em Implementação, outros parques eólicos e PCHs exigirão alto volume de investimento, o que poderá nos levar a um alto nível de endividamento. Se isso ocorrer, variações adversas significativas nos indexadores dos nossos financiamentos futuros, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, causando um aumento de nossas despesas com encargos de dívida, poderão reduzir nosso lucro líquido e, conseqüentemente, os valores disponíveis para distribuição aos nossos acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que desenvolvemos, inclusive dos Parques Eólicos em Implementação, inclui, usualmente, a criação de um pacote de garantias que inclui a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) das ações de nossas sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) dos imóveis onde eles se localizam, no caso das PCHs, dentre outras garantias. Além disso, os contratos financeiros celebrados com o BNB e o Santander são garantidos por hipotecas sobre os bens imóveis onde estão instaladas as PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, além de fianças prestadas por nossos Acionistas Controladores e por empresas por nós controladas. Ademais, essas obrigações financeiras também são garantidas por penhor sobre ações de emissão das nossas controladas Enerbras e da Espira, bem como penhor (i) sobre os direitos de crédito oriundos dos contratos celebrados com a Eletrobrás; e (ii) dos direitos emergentes dos atos autorizativos de tais PCHs. O modelo de financiamento de nossos projetos prevê esse tipo de garantia e acreditamos

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

que nossos financiamentos futuros também deverão prever. Em caso de inadimplemento de nossas obrigações financeiras, tais garantias podem ser executadas, o que pode ter um efeito adverso sobre nós.

Por fim, alguns de nossos contratos de financiamento podem incluir restrições a nós e nossas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer nossa habilidade de fazer distribuições para nossos acionistas.

***A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições favoráveis.***

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo. Será necessário que busquemos capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou tomada de empréstimos, quer mediante a emissão de ações ou Units. Nossa capacidade futura de captação de capital dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial, incluindo a brasileira, que são afetadas por fatores fora de nosso controle. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições favoráveis. Se financiarmos nossas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por escritura de emissão ou por outro instrumento contendo obrigações que restrinjam nossa flexibilidade operacional. A restrição à captação em condições aceitáveis à nossa empresa poderá ter um efeito adverso sobre nós. Ademais, caso incorramos em endividamento adicional, os riscos associados com nossa alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguirmos gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre nós.

***Poderemos ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.***

Poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros. Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de nossos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante nossa Companhia ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre nós.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir, ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso sobre nós.

***Poderemos não ser capazes de comercializar toda a energia dos projetos de nosso portfólio incluídos em nosso plano de negócios.***

As autorizações que detemos para projetos já registrados na ANEEL, sem contar com nossos Parques Eólicos em Implementação e nossas três PCHs em operação, não nos conferem qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor para nossa produção de energia elétrica, no todo ou em parte. Conseqüentemente, nossas vendas de energia elétrica estão sujeitas a existência de demanda suficiente do mercado consumidor, que é representado principalmente por agentes comercializadores de energia elétrica, distribuidoras de energia, consumidores livres e agentes importadores e exportadores de energia.

Nossos investimentos em projetos de geração de energia elétrica são e serão baseados na expectativa de aumento da demanda no Brasil por energia elétrica nos próximos anos. Contudo, esse aumento da demanda poderá não ocorrer ou ser inferior ao inicialmente estimado por nós. Além disso, um eventual aumento da demanda, seja ela inferior, igual ou superior ao aumento por nós estimado, poderá ser atendida por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro. Caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade de nossa energia gerada, podemos ter uma redução de nossa receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso sobre nós.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***Não somos proprietários das terras nas quais serão instalados nossos parques eólicos, inclusive nossos Parques Eólicos em Implementação, e, assim, firmamos contratos de arrendamento dessas terras, com relação aos quais estamos sujeitos a certos riscos.***

Não somos proprietários das terras nas quais serão instalados nossos parques eólicos, inclusive nossos Parques Eólicos em Implementação, e, assim, firmamos contratos de arrendamento com diversos detentores dessas terras. Em vista disso, a propriedade de qualquer das terras a nós arrendadas pode ser questionada, gerando efeitos adversos para nossos negócios.

***Nosso crescimento depende de nossa capacidade de atrair e manter pessoal técnico e administrativo altamente qualificado.***

Dependemos altamente dos serviços de pessoal técnico na execução de nossa atividade de desenvolvimento de projetos. Se perdermos os principais integrantes desse quadro de pessoal, teremos de atrair e treinar pessoal adicional para nossa área técnica, o qual pode não estar disponível no momento de nossa necessidade ou, se disponível, pode ter um custo elevado para nós. A demanda por pessoal técnico tem aumentado e nós concorremos por esse tipo de mão-de-obra em um mercado global desses serviços. Oportunidades atraentes no Brasil e em outros países poderão afetar nossa capacidade de contratar ou de manter os talentos que precisamos reter. Se não conseguirmos atrair e manter o pessoal essencial de que precisamos para expansão de nossas operações, poderemos ser incapazes de administrar nossos negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso sobre nós.

***Podemos não ser capazes de auferir receitas adicionais com a venda de créditos de carbono.***

A geração de energia por parques eólicos e PCHs se dá de forma limpa e reduz a nossa dependência de consumo de combustíveis fósseis. Essa forma limpa de produção de energia elétrica é elegível a emissão de créditos de carbono, que são certificados e emitidos quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa em consonância com o Protocolo de Kyoto de 1997.

Pretendemos nos beneficiar da comercialização dos créditos de carbono por nós gerados para auferir uma fonte adicional de receita. O mercado de crédito de carbono caracteriza-se como um mercado ainda em desenvolvimento no Brasil e no mundo e, dessa forma, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar. Ademais, vem sendo proposta a revisão dos termos do Protocolo de Kyoto, o que pode resultar em novas condições para emissão de créditos de carbono por geradoras de energia elétrica.

Caso o mercado de créditos de carbono não se desenvolva de forma relevante e com preços atrativos, poderemos deixar de auferir receitas adicionais geradas por meio da comercialização de tais créditos.

***Nossa atual receita operacional depende dos contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás.***

Atualmente, nossa receita operacional depende de nossos contratos celebrados com a Eletrobrás, cujo objeto é a venda, no âmbito do PROINFA, da energia elétrica gerada por nossas 3 PCHs em operação pelo prazo de 20 anos contados da data de suas respectivas entradas em operação comercial. Caso (i) a Eletrobrás deixe de cumprir com sua obrigação de pagamento com relação a tais contratos; ou (ii) tais contratos sejam rescindidos em hipóteses que não ensejem reparação dos valores devidos à Companhia e não sejamos capazes de vender tal energia a terceiros, nossa atual receita operacional será afetada, o que pode afetar adversamente nossa capacidade de adimplir nossas atuais obrigações financeiras.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.***

Somos réus em processos judiciais e administrativos no curso normal de nossos negócios, em especial na esfera ambiental, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós. Destaca-se a existência de duas ações criminais, sendo que uma dessas ações discute a prática, por parte da Companhia e outros réus, dentre os quais os diretores estatutários da Companhia, de condutas contrárias à administração pública ambiental. Se julgadas procedentes, tais ações criminais poderão afetar negativamente nossos negócios.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards promulgadas pelo International Accounting Standard Board)) podem afetar adversamente os resultados da Companhia.***

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, complementada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008), que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matérias contábeis, em vigência desde 1º de janeiro de 2008. Essas leis têm, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com àquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* promulgadas pelo *International Accounting Standard Board*) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, emitidos por entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, sejam adotadas, no todo ou em parte, pela CVM. Parte desta regulamentação ou legislação já foi aprovada. Além disso, a entrada em vigor de novas práticas contábeis pode produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, com possível efeito em seu resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos e podem, ainda, afetar adversamente o cumprimento de índices financeiros relativos a contratos de financiamento. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os normativos emitidos em 2009 e com vigência para 2010. Adicionalmente, a Companhia irá reapresentar a ITR de junho de 2010, comparativamente com junho de 2009 também ajustados com esses novos normativos, pelo menos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 serão reapresentadas para fins de comparabilidade com o exercício de 2010.

### **b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses dos investidores.***

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nossos Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores, e, mesmo em tais casos, o interesse dos nossos Acionistas Controladores pode prevalecer.

### **c) com relação aos seus acionistas**

***Nossas ações preferenciais não virão a ter direito de voto caso não sejam pagos dividendos***

Conforme previsto no § 1º do artigo 111 da Lei das Sociedades por Ações, ações preferenciais sem direito a voto e com direito a dividendo prioritário fixo ou mínimo, adquirem o exercício a este direito se a companhia, pelo prazo máximo de 3 exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que tais ações tenham direito.

De acordo com nosso Estatuto Social, os dividendos atribuídos às ações preferenciais não são dividendos prioritários fixos ou mínimos, o que as exclui da possibilidade de voto em caso de não pagamento de dividendos. Neste sentido, nosso Estatuto Social veda expressamente o direito de voto das ações preferenciais, mesmo no caso de não pagamento de dividendos. Assim, nossas ações preferenciais não virão a ter direito de voto em caso de não pagamento de dividendos.

***Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, através da emissão de ações ou Units, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de nossas Units e na diluição da participação do investidor no nosso capital social.***



## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos vir a necessitar de recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, o que pode afetar o preço de nossas ações e Units e resultar na diluição da participação do investidor no nosso capital social.

***Os detentores das nossas Units podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.***

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar a nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Em determinadas circunstâncias, contudo, podemos não ser capazes de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao nosso dividendo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso nosso Conselho de Administração informe à Assembléia geral ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e os lucros de nossas controladas, bem como a distribuição desses lucros para nós sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que nosso dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência atual ou no futuro de restrições em nossos contratos de financiamento à distribuição de dividendos.

Dessa forma, detentores de ações ou Units podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

### **d) com relação à suas controladas e coligadas**

Não aplicável.

### **e) com relação a seus fornecedores**

***Utilizamos prestadores de serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica, caso estes serviços não sejam adequadamente executados, poderemos sofrer um efeito adverso.***

Celebremos contratos de prestação de serviços de construção e serviços de operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica com prestadores de serviço que acreditamos ter elevada reputação no setor elétrico. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em nos prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) provocar inadimplemento em nossas obrigações regulatórias, (ii) colocar em risco a preservação de nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas centrais aerogeradoras e hidrogeradoras, consequentemente, sujeitando nossas controladas a menor receita de vendas e passíveis de pagamento de multas e penalidades previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, causando um efeito adverso sobre nós. Ademais, a rescisão desses contratos de construção ou operação e manutenção, ou nossa incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso sobre nós. Podemos ser considerados, ainda, subsidiariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por nossos prestadores de serviços terceirizados, o que pode ter um efeito adverso sobre nós. Ademais, caso as nossas prestadoras de serviço causem algum dano ambiental, podemos ser também solidariamente responsabilizados por sua reparação na esfera civil. Por fim, não podemos garantir que empregados dos prestadores de serviços terceirizados não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco.

### **f) com relação a seus clientes**

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Não aplicável.

### **g) com relação aos setores de atuação**

*Atuamos em um ambiente altamente regulado e podemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.*

A implementação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podemos citar:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais eólicos e hidrelétricos;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica no ambiente de contratação regulada, entre outras alterações de natureza regulatória; e
- alterações a outras normas aplicáveis a nossos negócios.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo governo federal e estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema energético brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente. Nossa atividade é regulamentada e supervisionada pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outros órgãos fiscalizadores têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os nossos negócios, inclusive sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia que estamos autorizados a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia como, por exemplo, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, aprovada em 15 de março de 2004, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico teve sua constitucionalidade contestada, sob seu aspecto formal, perante o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de ações diretas de inconstitucionalidade, ajuizadas em dezembro de 2003 (ADIs nº 3090 e 3100). Em 11 de outubro de 2006, o STF julgou em caráter liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Medida Provisória nº 144 para reger o setor elétrico não confrontava com o artigo 246 da Constituição Federal. Não obstante a decisão liminar, não foi apreciado o mérito da ação e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor.

Qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. O efeito integral das reformas introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sua continuidade, o resultado final da ação perante o Supremo Tribunal Federal e reformas futuras na regulamentação do setor elétrico são difíceis de prever. Ademais, reformas futuras na regulamentação do setor elétrico e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Na medida em que não formos capazes de repassar aos nossos clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

***Poderemos incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.***

Procuramos cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às nossas atividades e que possuímos todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de nossas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá nos sujeitar à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob nosso controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós. Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde atuamos poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às nossas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de nossa atividade, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde atuamos, nos levando a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre nós.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***O impacto de um período prolongado de seca, como o que ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso sobre nossos negócios de geração de energia por meio de usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, sobre os nossos resultados operacionais.***

A geração de energia por meio de usinas hidrelétricas é a principal fonte de energia do Brasil. Em dezembro de 2009, a energia hidrelétrica representava aproximadamente 93% do total de energia gerada no Brasil, de acordo com dados da ANEEL. No período anterior ao ano de 2001, um decréscimo considerável nos níveis históricos de chuva provocou uma redução significativa no nível dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Em face de tais condições hidrológicas adversas e, devido em parte à falta de expansão da capacidade instalada do SIN, em 15 de maio de 2001, o Governo brasileiro decretou o Programa de Racionamento, destinado a reduzir o consumo de eletricidade. Nas situações em que os níveis pluviométricos não atinjam os montantes necessários à recomposição dos reservatórios de UHEs poderá haver reduções compulsórias das quantidades de energia elétrica comercializada, sendo tal redução compartilhada de forma *pro rata* entre todos os agentes geradores de energia elétrica conectados ao SIN. Tal risco materializou-se no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o País enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética – CGE, imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória da energia elétrica em percentual de aproximadamente 25% do consumo de energia durante esse período. Se houver outra situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica, o governo poderá impor redução compulsória na Energia Assegurada dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios de UHEs, que podem reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida pelas geradoras, causando um efeito adverso sobre nós.

***Nossa estratégia de crescimento poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.***

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de eólicas e PCHs. Além disso, é impossível assegurar que teremos sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrentamos uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios a nosso controle, é impossível assegurar que teremos sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procuraremos explorar neste segmento. Nossa eventual incapacidade de implementar nossa estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre nós.

### **h) com relação à regulação do setor de atuação**

***O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às futuras autorizações de uso de potenciais hidrelétricos e eólicos que são necessárias para a realização de nossos investimentos. Assim, é possível que tenhamos que nos sujeitar a aumentos não previstos em nossos custos.***

As autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos adequados a construção de empreendimentos de geração eólica e PCHs são outorgadas a título precário pela União Federal em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais eólicos ou hidráulicos por prazo determinado, limitado a até 30 anos, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizatário incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implementação da usina, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação da usina. Além disso, a autorização estabelece a obrigação do autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga permitem algum nível de discricionariedade para alterar unilateralmente certas condições das autorizações concedidas, incluindo custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros, inclusive o valor das tarifas que poderemos cobrar. Nossos custos poderão ser aumentados como resultado de alteração unilateral dos termos de autorização, podendo nos afetar adversamente.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***A ANEEL poderá não nos conceder as autorizações necessárias para desenvolver nossos projetos e, nas situações em que obtivermos as autorizações, poderemos ser penalizados pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de nossas autorizações.***

Nossas atividades de geração são realizadas de acordo com termos de autorizações firmados com o Poder Concedente, os quais têm término definido de 30 anos após a publicação de cada autorização e cuja outorga ou renovação são feitas a critério da ANEEL, mediante nossa solicitação. Com base nas disposições de nossos termos de autorizações e na legislação aplicável, a ANEEL poderá não nos outorgar as autorizações necessárias para desenvolver nossos projetos ou, em caso de descumprimento de qualquer disposição de referidos termos de autorizações, esta poderá nos impor penalidades que, dependendo da gravidade do descumprimento, poderão incluir:

- advertências;
- multas;
- interdição das instalações;
- embargos à construção de novas instalações ou aquisição de novos equipamentos;
- restrições à operação de instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de obtenção de novas autorizações; ou
- revogação da autorização.

A extinção antes do prazo final de quaisquer de nossas autorizações, a imposição de multas ou penalidades pela ANEEL poderão causar um efeito adverso sobre nós.

***A ANEEL poderá extinguir nossos termos de autorizações antes do vencimento de seus prazos e a indenização devida a nós em virtude dessa eventual extinção prematura poderá ser insuficiente para recuperarmos o valor integral de nossos investimentos.***

Nossas autorizações para exploração dos parques eólicos e potenciais hidráulicos das PCHs são outorgadas a título precário. Dessa forma, nossas autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pelo Poder Concedente quando o interesse público assim o exigir. Além disso, nossas autorizações também poderão ser extintas, (i) se deixarmos de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS ou, ainda, (ii) caso seja decretada nossa falência ou dissolução. Caso nossos termos de autorização sejam extintos pela ANEEL, teremos direito de receber indenização pelos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, conforme apurado por auditoria da ANEEL. Contudo, essa indenização poderá não ser suficiente para recuperarmos o valor integral de nossos investimentos. Ademais, a reversão de nossos ativos de geração de energia elétrica ao Poder Concedente é mera faculdade deste, podendo ser exercida a seu exclusivo critério. Caso o Poder Concedente decida revogar unilateral e antecipadamente nossas autorizações sem a correspondente reversão dos ativos a seu patrimônio, podemos não ser capazes de recuperar nossos investimentos, prejudicando sensivelmente nossa situação financeira. A extinção ou revogação antecipada pela ANEEL das nossas autorizações e, ainda, o eventual não recebimento de indenização suficiente pelos investimentos realizados poderá nos causar um efeito adverso.

***Novas regras para a venda de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica por nós praticados.***

Segundo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, nossas geradoras deverão vender eletricidade no Ambiente de Contratação Regulada, ou ACR, por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL, ou no Ambiente de Contratação Livre, ou ACL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permite às distribuidoras adquirentes de eletricidade negociada pelas geradoras no Ambiente de Contratação Regulada, reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres do Mercado Regulado para o Mercado Livre; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução poderá atingir até 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de 17 de março de

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

2004. Caso as distribuidoras que venham a ter contratos de fornecimento de energia conosco decidam reduzir o montante de energia contratada, poderemos ser adversamente afetados.

Ademais, no Ambiente de Contratação Livre, os Consumidores Livres gozam da flexibilidade de poder adquirir das geradoras com quem originalmente contrataram a compra de energia, inclusive a Companhia, um volume até quase 10% menor do que a energia contratada originalmente, o que pode gerar um efeito adverso sobre nós.

Se nós não pudermos negociar a venda de toda a nossa capacidade geradora nos leilões do ACR ou no ACL, poderemos ser compelidos a vender nossa capacidade excedente no mercado à vista, onde os preços estão sujeitos a significativa volatilidade. Se isso ocorrer em períodos em que os preços no mercado à vista estejam em baixa, poderemos sofrer um efeito adverso.

### **i) com relação aos países estrangeiros**

Não aplicável, uma vez que a atuação da Companhia é restrita ao Brasil.

## **4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco**

### **EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO A RISCOS:**

A Companhia monitora constantemente os riscos do seu negócio e que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Administramos de forma conservadora nossa posição de caixa e nosso capital de giro. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

**PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: I) QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO, E II) SÃO RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS:**

Em 30 de junho de 2010, não havia processos judiciais ou administrativos de natureza cível, trabalhista ou tributária em curso contra nossa Companhia. A Companhia é parte em 02 ações civis públicas envolvendo matéria ambiental, 02 ações penais por supostos crimes ambientais, bem como em 04 processos administrativos junto aos órgãos ambientais estadual e federal.

#### *Ação Civil Pública Ambiental - PCH Canta Galo*

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Guaratinga, em 14 de outubro de 2009, em trâmite na Vara Única do Juízo de Direito da Comarca de Guaratinga – BA (primeira instância), contra a Companhia, o Estado da Bahia, o CEPRAM e o IMA. O Ministério Público alega a existência de irregularidades no processo de licenciamento ambiental da PCH Canta Galo. A Companhia apresentou contestação suscitando preliminares e rebatendo todos os pontos alegados, principalmente a validade do processo de licenciamento e dos procedimentos administrativos conjugados entre a ANEEL e órgãos ambientais (IMA e CEPRAM).

O valor da causa indicado na petição inicial é de R\$450,00 milhões (sem individualização entre os réus), calculado pelo Ministério Público com base em orçamento estimado das obras e danos ao meio ambiente. No entanto, a Companhia entende que o valor indicado não corresponde ao real valor envolvido na ação, considerando, principalmente que, como não foram iniciadas obras para instalação do empreendimento, não há danos ambientais. Segundo avaliação de advogados externos da Companhia, o valor estimado da causa é R\$400.000,00 e a probabilidade de perda é remota. Não há provisão relacionada a esta ação.

A Companhia firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado da Bahia, em 15 de março de 2010, por meio do qual se comprometeu a apresentar aos órgãos ambientais competentes pedido de cancelamento do processo de licenciamento ambiental relativo à PCH Canta Galo, medida esta já atendida, além de não mais proceder com a instalação de empreendimentos no Rio Bunharém. Não são atribuídas neste Termo obrigações de reparações ou que impliquem consequências econômicas. O referido TAC foi apresentado ao juízo competente e homologado, o que importou na extinção desta Ação Civil Pública Ambiental.

Ainda relacionado a esta ação civil pública, há um mandado de segurança impetrado pela Companhia em face do Prefeito Municipal de Guaratinga, em trâmite no mesmo Juízo. Por meio do mandado de segurança em questão, a Companhia pretende obter declaração acerca da conformidade da localização da PCH Canta Galo com a legislação de uso e ocupação do solo.

#### *Ação Civil Pública Ambiental - PCH Pau Ferro*

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Eunápolis, em 29 de setembro de 2009, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Eunápolis – BA (primeira instância), contra a Companhia, o Estado da Bahia, o CEPRAM e o IMA. O Ministério Público alega a existência de irregularidades no processo de licenciamento ambiental da PCH Pau Ferro, requerendo assim, a nulidade do processo de licenciamento, indenização por danos ambientais. A Companhia apresentou contestação suscitando preliminares e rebatendo todos os pontos alegados, principalmente a validade do processo de licenciamento e dos procedimentos administrativos conjugados entre a ANEEL e órgãos ambientais (IMA e CEPRAM).

O valor da causa indicado na petição inicial é de R\$500 milhões (sem individualização entre os réus), calculado pelo Ministério Público com base em orçamento estimado das obras e danos ao meio ambiente. No entanto, a Companhia entende que o valor indicado não corresponde ao real valor envolvido na ação, considerando, principalmente que, como não foram iniciadas obras para instalação do empreendimento não há danos ambientais. Segundo avaliação de advogados externos da Companhia, o valor estimado da causa é R\$400.000,00 e a probabilidade de perda é remota. Não há provisão relacionada a esta ação.

O Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público do Estado da Bahia, descrito acima, também foi apresentado ao juízo competente para julgar esta Ação Civil Pública Ambiental, e foi homologado e a ação julgada extinta.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Relacionado a esta ação civil pública, há um mandado de segurança, em trâmite no mesmo Juízo, impetrado pela Companhia em face do Secretário Municipal de Meio Ambiente por ter este anulado Certidão de Uso e Ocupação do Solo referente à PCH Pau Ferro, que atesta a conformidade do empreendimento, sem ter instaurado processo administrativo para tanto. Por meio do mandado de segurança, a Companhia objetiva anular o ato do Secretário e manter válida a Certidão.

#### *Ação Penal Ambiental - PCH Santa Galo*

O Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu denúncia contra a Companhia e seus diretores, bem como contra outros réus (em um total de 21 réus, sendo 02 pessoas jurídicas e 19 pessoas físicas), em 19 de fevereiro de 2010, sob a alegação de suposta prática de crime contra a Administração Pública Ambiental, em razão da elaboração e prestação falsa ou enganosa de informações técnicas referentes à PCH Santa Galo. Os fatos que possibilitaram esta denúncia são os mesmos constantes da Ação Civil Pública que versa sobre o processo de licenciamento ambiental da PCH Santa Galo.

A denúncia ainda não foi recebida, tendo a Companhia apresentado defesa preliminar que, além de rebater o mérito, alega não ter havido vício na elaboração dos estudos ambientais, bem como que o processo de licenciamento de seus empreendimentos ocorre em conformidade com a legislação ambiental. Apresenta ainda como argumento o fato de ter celebrado com o Ministério Público do Estado da Bahia o Termo de Ajustamento de Conduta, conforme descrito acima, no qual a Companhia comprometeu-se a desistir do licenciamento da PCH Santa Galo, bem como da instalação de qualquer empreendimento no Rio Bunharém.

Os advogados externos da Companhia consideram remota a probabilidade de recebimento da denúncia. Para este feito não são atribuídos valores.

#### *Ação Penal Ambiental – Área de Preservação Permanente*

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreiras, ofereceu denúncia contra a Companhia, em 13 de outubro de 2009, em trâmite perante a Vara Crime da Comarca



**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SÃO ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DA COMPANHIA OU DE SEUS CONTROLADORES:

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

## **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

**IMPACTOS EM CASO DE PERDA E VALORES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE:**

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, NÃO ESTÃO SOB SIGILO E EM CONJUNTO SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS:

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

## **4.7 - Outras contingências relevantes**

### **OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS NOS ITENS ANTERIORES:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DA COMPANHIA E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA ESTÃO CUSTODIADOS, IDENTIFICANDO: I) RESTRIÇÕES IMPOSTAS AOS EXERCÍCIOS DE DIREITOS POLÍTICOS E ECONÔMICO; II) RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DOS VALORES MOBILIÁRIOS; (III) HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DE REGISTRO; E (IV) OUTRAS QUESTÕES DO INTERESSE DOS INVESTIDORES

Não aplicável.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### RISCOS DE MERCADO

Estamos sujeitos a riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral, às nossas atividades e à regulamentação do setor em que atuamos, bem como às licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento das nossas atividades.

#### **RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXA DE JUROS:**

*A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os nossos negócios.*

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar, embora o Real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2009, com a recuperação do país frente a crise, observou-se a valorização de 25,3% da moeda brasileira frente ao Dólar, cuja taxa passou a R\$1,7412 por US\$1,00. Em 31 de março de 2010, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,7810 por US\$1,00. Não podemos garantir que o Real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como nos afetar adversamente.

*O aumento ou a manutenção de elevadas taxas de juros reais pode causar um efeito adverso à economia brasileira e a nós.*

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente nossos negócios. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil, de 19% para 25%, como resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, como também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros base do Brasil de 25,5% para 16,5%, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central das taxas de juros de curto prazo, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, as taxas de juros de curto prazo foram 18,00%, 13,25%, 11,25%, 13,75% e 8,75% ao ano, respectivamente. Em 31 de março de 2010, a taxa de juros de curto prazo se manteve em 8,75% ao ano.

Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante de tempo, tendem a inibir o crescimento econômico e em consequência a demanda agregada. Uma redução do nível de atividade tende a reduzir o consumo industrial de energia elétrica tendo potencial de afetar, no longo prazo, os preços de venda de energia elétrica. Neste contexto, futuros investimentos em usinas de geração de energia elétrica que, devido ao seu estágio inicial, ainda não tenham tido sua energia futura vendida em contratos de longo prazo poderiam obter preço de venda de sua produção futura inferior ao atualmente esperado reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

*O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar adversamente.*

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado de nossas operações e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

***A inflação e os esforços do governo brasileiro de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que pode nos afetar adversamente.***

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGPM caiu de 20,10% em 1999 para 1,7% em 2009, e o índice anual de preços, por sua vez, conforme medida pelo IPCA, caiu de 8,9% em 1999 para 4,3% em 2009. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2006, 2007, 2008 e 2009 foram de 13,25%, 11,25%, 13,75% e 8,75% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. Em 31 de março de 2010, a taxa básica de juros, conforme estabelecida pelo COPOM, era de 8,75% ao ano.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

preços que cobramos de nossos clientes e pagadores para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de nossos custos e nos afetar adversamente.

*Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado das nossas Units.*

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado das nossas Units, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.



## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

**POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO DA COMPANHIA, INCLUINDO OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS:**

**a) riscos para os quais se busca proteção; b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*); c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*); d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acreditamos que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos nossos ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das nossas atividades.

**f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos; g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

**ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO EM QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:**

No ultimo exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

## **5.4 - Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	12/12/2006
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade por Ações
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	20/08/2008

## 6.3 - Breve histórico

### BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA:

Em 2001, nossos controladores indiretos constituíram a Enerbras, dando início à sua atuação na prospecção de aproveitamentos hidrelétricos.

Em 2003, a Enerbras constituiu, juntamente com a Watermark, consórcio denominado Consórcio Enerbras & WM, para implantação, desenvolvimento e construção das nossas 3 PCHs localizadas na região do extremo sul da Bahia, entre os Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 2004, o referido Consórcio Enerbras & WM foi transformado em uma sociedade por ações denominada Espra, detida pela Enerbras e pela Watermark, cuja finalidade era controlar nossas 3 PCHs. Em 2005, a Enerbras adquiriu a participação societária da Watermark na Espra, de forma que a Enerbras se tornou a detentora da totalidade das ações da Espra.

Ainda no âmbito de reorganizações societárias realizadas por nosso grupo societário, em 2004, a Enerbras assumiu a dívida da Espra com a Watermark, no montante de R\$4,1 milhões, dívida essa decorrente de serviços técnicos prestados pela Watermark. Na sequência, nossos acionistas indiretos, Ricardo Lopes Delneri e Renato de Amaral Figueiredo, assumiram referida dívida.

Em seguida, em 2006, assumimos a referida dívida de nossos acionistas indiretos e, como pagamento, emitimos uma parte beneficiária em favor da Watermark.

Em 06 de dezembro de 2006, a Renova foi constituída por meio de uma reorganização societária de nosso grupo.

Em 2006, Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura Ltda., Sociedade de Engenharia e Montagens Industriais Ltda., Hidráulica Industrial S.A. Indústria e Comércio e Intertechne Consultores Associados S/C Ltda. ingressaram como acionistas da Enerbras. Contudo, em 2007, adquirimos a participação societária dos referidos acionistas, voltando a ser detentores da totalidade das ações de emissão da Enerbras.

Em 27 de novembro de 2007, houve a transferência da totalidade das nossas ações, então detidas por Ricardo Lopes Delneri e Renato de Amaral Figueiredo, para a RRI Participações, sociedade *holding* detida exclusivamente por estes.

Em 05 de dezembro de 2007, Ricardo Lopes Delneri e Renato de Amaral Figueiredo transferiram as suas ações de emissão da RRI Participações para a RR Participações, outra sociedade *holding* detida exclusivamente por Ricardo Lopes Delneri e Renato de Amaral Figueiredo.

Em 20 de dezembro de 2007, o InfraBrasil se tornou acionista da RRI Participações, mediante a subscrição e integralização de ações preferenciais emitidas pela RRI Participações em decorrência de aumento do seu capital social aprovado em sua Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela mesma data. Após as mudanças societárias mencionadas acima, a RRI Participações passou a ter dois acionistas relevantes, sendo estes: (i) a RR Participações, com participação equivalente a 91,89% do capital social; e (ii) o InfraBrasil, com participação equivalente a 8,10% do capital social.

Em 2007, nossa controladora indireta RR Participações adquiriu da Watermark a parte beneficiária de nossa emissão de que aquela era titular. Após a aquisição da parte beneficiária de nossa emissão, a RR Participações a capitalizou em nossa controladora direta, RRI Participações.

Após a referida capitalização, nossa controladora direta, RRI Participações, aumentou nosso capital social, mediante a conversão da parte beneficiária em ações de nossa emissão.

Em 26 de maio de 2008, protocolizamos pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, o qual foi concedido pela CVM em 20 de agosto de 2008.

Em 13 de agosto de 2010, foi concluída a nossa Oferta Pública Primária de Distribuição de Certificados de Depósito de Ações ("Units"), representativos, cada um, de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais, com a distribuição pública de primária de 10.713.800 Units.

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

**PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, PELOS QUAIS TENHAM PASSADO A COMPANHIA OU QUALQUER DE SUAS CONTROLADAS OU COLIGADAS, INDICANDO: (A) EVENTO; (B) PRINCIPAIS CONDIÇÕES DO NEGÓCIO; (C) SOCIEDADES ENVOVIDAS; (D) EFEITOS RESULTANTES DA OPERAÇÃO NO QUADRO ACIONÁRIO, ESPECIALMENTE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, DE ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL SOCIAL E DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA; (E) QUADRO SOCIETÁRIO ANTES E DEPOIS DA OPERAÇÃO.**

Recentemente, passamos por novo processo de reorganização societária, por meio do qual foram realizadas certas alterações na estrutura do nosso grupo.

### *Reorganização Societária e Incorporação da RRI Participações*

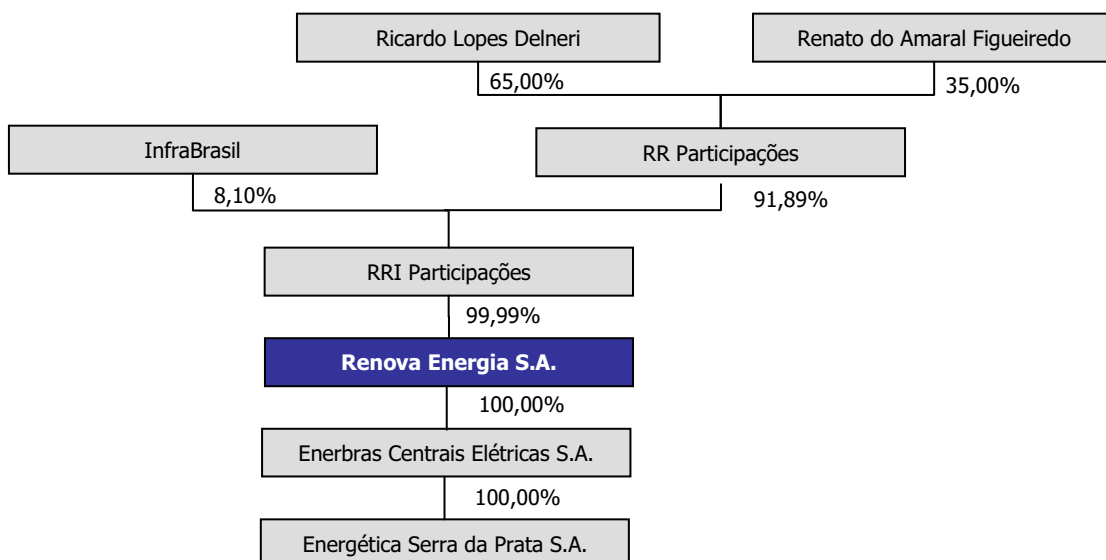
Em 29 de maio de 2009, o InfraBrasil, então detentor da totalidade das Debêntures da Enerbras, conferiu as referidas debêntures em aumento de capital da Hourtin Holdings, sociedade integralmente detida pelo InfraBrasil.

Em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada também em 29 de maio de 2009, a Hourtin Holdings aumentou nosso capital social, tendo integralizando as novas ações emitidas (i) mediante a conferência da totalidade das Debêntures da Enerbras; e (ii) um aporte em dinheiro, tudo nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data. Dessa forma, a Renova passou a deter a totalidade das Debêntures da Enerbras.

Na mesma Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, foi também aprovada a incorporação da RRI Participações (nossa antiga controladora direta) pela Companhia, também objeto do Fato Relevante divulgado em 29 de maio de 2009. Dessa forma, após o referido aumento de capital e a incorporação da RRI Participações pela Companhia, a Companhia passou a ter como principais acionistas a RR Participações (controlada por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo), detentora de 67,82% de nosso capital social, e a Hourtin Holdings (controlada pelo InfraBrasil), detentora de 32,18% de nosso capital social.

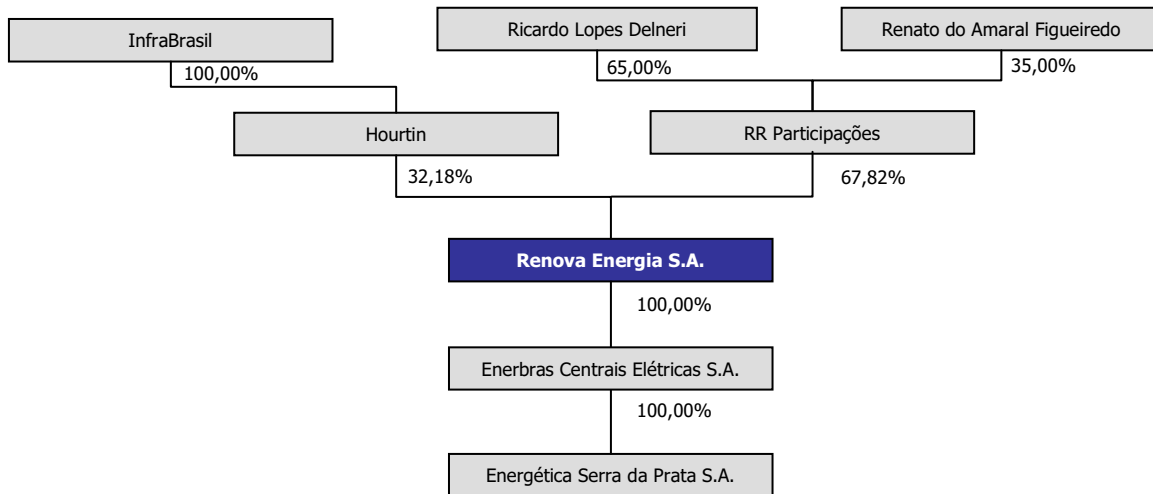
Ainda em 29 de maio de 2009, a Renova, então detentora da totalidade das Debêntures da Enerbras, capitalizou o crédito referente ao principal e juros da totalidade das Debêntures da Enerbras, com o consequente cancelamento das Debêntures da Enerbras.

Antes da reorganização societária descrita acima, nossa estrutura societária era a seguinte:



## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Após a reorganização societária e incorporação da RRI Participações acima descritas, nossa estrutura societária passou a ser:



### *Constituição de novas sociedades e Incorporação da Hourtin*

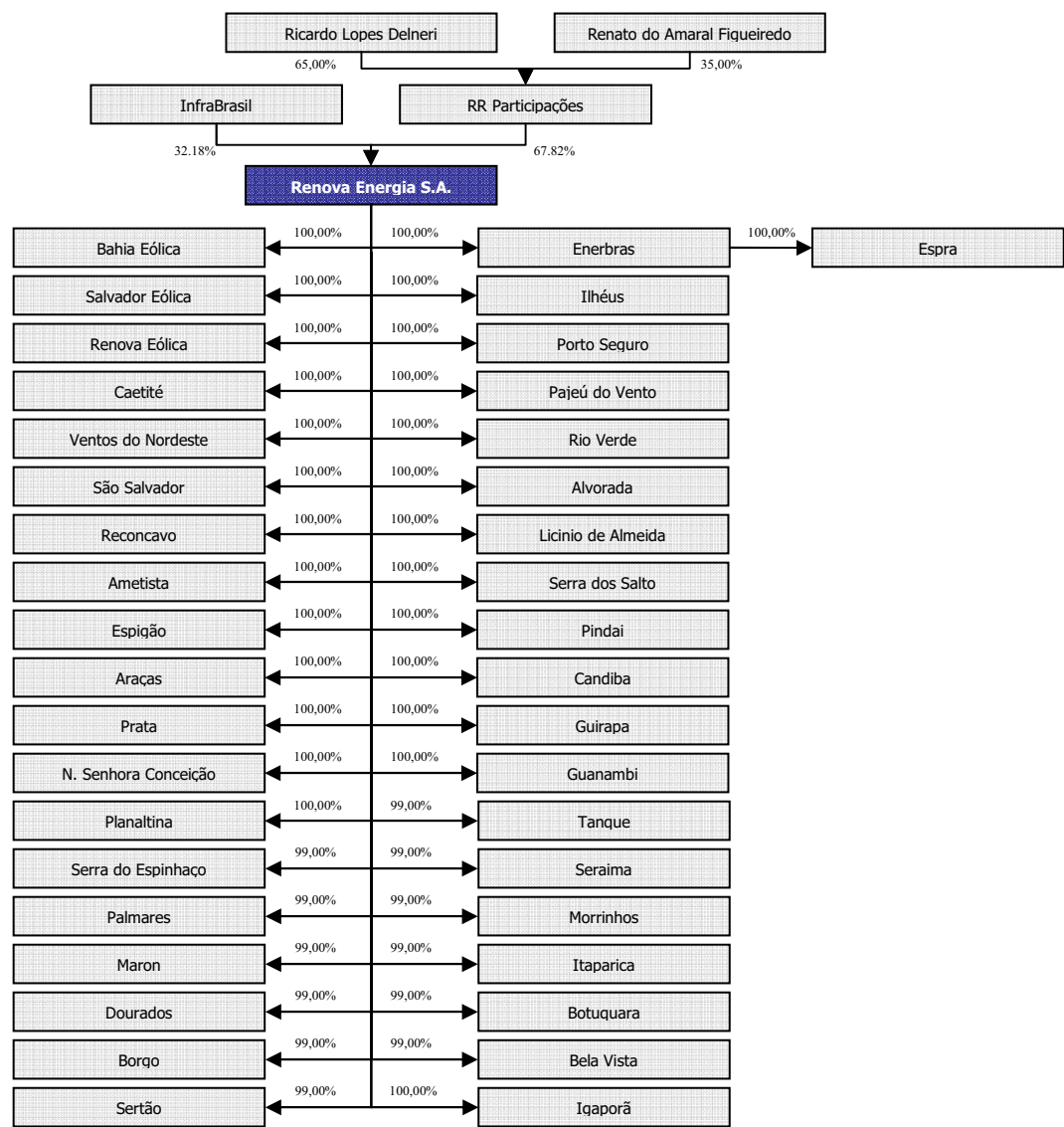
Em 2009, constituímos as *holdings* Bahia Eólica, Salvador Eólica e Renova Eólica, bem como as SPEs Caetité, Ventos do Nordeste, São Salvador, Reconcavo, Ametista, Espigão, Araças, Prata, N. Senhora Conceição, Planaltina, Igaporã, Ilhéus, Porto Seguro, Pajéu do Vendo, Rio Verde, Alvorada, Licínio de Almeida, Serra dos Saltos, Pindaí, Candiba, Guirapá e Guanambi, exclusivamente com vistas à participação no Leilão LER 2009.

Em 15 de janeiro de 2010, a Hourtin Holdings foi incorporada pela Companhia, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data, de forma que o InfraBrasil passou a deter participação direta em nosso capital social.

Também, no primeiro Semestre de 2010, constituímos as seguintes SPEs: Tanque, Sertão, Serra do Espinhaço, Seraima, Palmares, Morrinhos, Maron, Itaparica, Dourados, Botuquara, Borgo e Bela Vista.

Nossa estrutura societária ao final do primeiro semestre de 2010, após a implementação das reorganizações societárias descritas acima no momento imediatamente anterior a realização da Oferta Pública Primária de Distribuição de Units, era a seguinte:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



Oferta Pública Primária de Distribuição de Units

Em 13 de agosto de 2010, foi concluída a nossa Oferta Pública Primária de Distribuição de Certificados de Depósito de Ações (“Units”), representativos, cada um, de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais, com a distribuição pública de primária de 10.713.800 Units, as quais foram admitidas para negociação no segmento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, tudo conforme descrito no item 18.8 abaixo.



**6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

**PEDIDOS DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADOS EM VALOR RELEVANTE OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DA COMPANHIA, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS:**

Não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.7 - Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS:

#### Visão Geral

Somos uma companhia de geração de energia por fontes renováveis com foco na geração de energia elétrica por meio de parques eólicos e PCHs, líderes na implementação de projetos de energia eólica contratada no Brasil. Atuamos de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de nossos empreendimentos de geração de energia renovável, o que nos confere vantagens competitivas e retornos atrativos em nossos projetos.

Em dezembro de 2009, fomos os maiores vendedores no primeiro leilão de energia dedicado exclusivamente para fontes eólicas (“Leilão LER 2009”), tendo nos comprometido a comercializar 270MW de capacidade instalada (127 MW médios), por meio de 14 parques eólicos, que se encontram em construção no Estado da Bahia (“Parques Eólicos em Implementação”). Esse volume de energia representou 17% de toda a energia comercializada no referido leilão, tendo nos colocado na posição de liderança no País em volume de energia contratada proveniente de projetos eólicos. Nesse leilão, nossos projetos apresentaram o menor custo unitário de implantação e um dos maiores Fatores de Capacidade, de acordo com a Portaria nº 16 do MME. Além disso, possuímos, atualmente, um portfólio de 77 parques eólicos, todos localizados no Estado da Bahia, com uma potencial capacidade instalada de 2.205,7MW. A tabela abaixo apresenta um resumo do nosso portfólio de parques eólicos e suas potenciais capacidades instaladas:

	Capacidade Instalada (MW) <sup>(1)</sup>	Número de Parques Eólicos
Em operação	0,0	0
com PPA	270,0	14
<b>Total em operação e com PPA</b>	<b>270,0</b>	<b>14</b>
<b>Potencial Portfólio de Projetos <sup>(2)</sup></b>		
Projetos com registro na ANEEL, com licença ambiental e com terras arrendadas	699,0	26
Projetos com registro na ANEEL, sem licença ambiental e com terras arrendadas	126,0	5
Projetos a serem registrados na ANEEL, sem licença ambiental e com terras arrendadas	720,0	24
Projetos com licença ambiental a serem registrados na ANEEL e com terras arrendadas	150,0	5
Projetos em fase de Micrositing e desenvolvimento com terras identificadas	510,0	17
<b>Total do Potencial Portfólio de Projetos Eólicos</b>	<b>2.205,7</b>	<b>77</b>

<sup>(1)</sup> A capacidade instalada, refere-se à capacidade instalada de cada projeto caso o parque eólico seja construído de acordo com o projeto apresentado para a ANEEL.

<sup>(2)</sup> Com base na experiência de nossos controladores e administradores, realizamos investimentos significativos em regiões com potencial eólico, bem como solicitações a ANEEL para projetos específicos. Mesmo não tendo recebido todas as autorizações necessárias para implementação de nossos projetos, acreditamos que estes representem um valor significativo em termos de conhecimento de mercado e início de operações.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Possuímos, ainda, 3 PCHs em operação há mais de um ano no Estado da Bahia que, em conjunto, possuem capacidade instalada de 41,8MW. Além disso, nosso portfólio de projetos de PCHs conta com um potencial de capacidade instalada de 1.467,5MW. A tabela abaixo apresenta um resumo do nosso portfólio de PCHs, suas potenciais capacidades instaladas e suas respectivas fases de desenvolvimento:

	Capacidade Instalada (MW) <sup>(1)</sup>	Número de PCHs, Projetos e Inventários de Rios
Em operação	41,8	3
com PPA	-	-
<b>Total em operação e com PPA</b>	<b>41,8</b>	<b>3</b>
<b>Potencial Portfólio de Projetos <sup>(3)</sup></b>		
Projetos com estudo de Projeto Básico entregues à ANEEL	139,9	10
Projetos com estudo de Projeto Básico em desenvolvimento	11,0	1
Projetos com estudo de inventário entregues à ANEEL <sup>(2)</sup>	465,3	6
Projetos com estudo de inventário registrados na Aneel e em desenvolvimento <sup>(2)</sup>	851,3	11
<b>Total do Potencial Portfólio de Projetos PCH</b>	<b>1.467,5</b>	<b>28</b>

<sup>(1)</sup> A capacidade instalada, refere-se à capacidade instalada de cada projeto caso a PCH seja construída de acordo com o projeto apresentado para a ANEEL.

<sup>(2)</sup> O estudo de inventário é realizado em rios. Um rio pode conter uma única ou diversas PCHs potenciais. Não podemos assegurar que nossos projetos serão construídos exatamente da maneira como planejamos, de forma que a capacidade instalada ora apresentada poderá ser diferente quando da efetiva implantação do projeto. No futuro, poderemos também optar por não implementar esses projetos. Ademais, poderemos não conseguir implementar todos os projetos caso não tenhamos êxito na obtenção das autorizações.

<sup>(3)</sup> Com base na experiência de nossos controladores e administradores, realizamos investimentos significativos em estudos técnicos de rios, bem como solicitações a ANEEL para projetos específicos. Mesmo não tendo recebido todas as autorizações necessárias para implementação de nossos projetos, acreditamos que estes representem um valor significativo em termos de conhecimento de mercado e início de operações.

A energia das nossas 3 PCHs em operação foi contratada junto à Eletrobrás, no contexto do PROINFA, por um prazo de 20 anos, com preço atual de R\$165,85 por MWh (data base maio/2010), tendo gerado uma receita operacional bruta de R\$35,0 milhões em 2009. A construção dessas PCHs foi parcialmente financiada pelo BNB, no âmbito do FNE, pelo prazo de 20 anos.

Comercializamos no Leilão LER 2009 a energia a ser gerada por meio de nossos Parques Eólicos em Implementação, pelo prazo de 20 anos contados a partir da entrada em operação, energia essa que será adquirida pela CCEE. O início da operação comercial desses parques está previsto para julho de 2012. Aos preços que vendemos no Leilão LER 2009, com lotes vendidos a R\$144,94 ou R\$146,94 por MWh (média ponderada de R\$145,80 por MWh), e considerando uma produção de energia de 127 MWh médios, equivalente a garantia física desses parques determinada pelo MME, o valor total correspondente a essa energia contratada, a preços de 2009, seria de aproximadamente R\$162 milhões (em termos de receita bruta anual). O investimento para a implantação dos nossos parques eólicos vencedores do Leilão LER 2009 será de, aproximadamente, R\$1,0 bilhão, dos quais aproximadamente 80% correspondem à aquisição de 180 aerogeradores de 1,5MW, bem como serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric.

Os empreendimentos de geração de energia elétrica por fontes alternativas (PCHs, parques eólicos, usinas térmicas de biomassa e de energia solar), além de serem fontes limpas de geração de energia elétrica e contarem com forte demanda no mercado, gozam de uma série de benefícios em comparação a outros tipos de projetos de energia, tais como: (i) desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, quando comercializadas junto a Consumidores Livres; (ii) possibilidade de Consumidores Especiais (consumidores com demanda contratada entre 0,5MW e 3,0MW, elegíveis para contratar energia de fontes energéticas alternativas) comprarem exclusivamente energia gerada por fontes alternativas; (iii) menor dificuldade para o licenciamento ambiental; (iv) receitas potenciais com os créditos de carbono, uma vez que são elegíveis para obtenção de tais créditos, por meio do MDL, no âmbito do Protocolo de Kyoto; e (v) por serem usualmente projetos individualmente de menor porte, contam com a possibilidade de tributação no regime de lucro presumido.

### **Pontos Fortes**

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- ***Atuação Exclusiva em Projetos de Energia Renovável o que nos Proporciona Significativas Vantagens em Relação a nossos Competidores.*** No Brasil há uma crescente dificuldade na viabilização de grandes projetos de geração de energia elétrica, em decorrência dos elevados impactos sócio-ambientais a eles associados, tais como o volume de emissões de gás carbono pela geração termelétrica ou alagamento de extensas áreas pelas grandes hidrelétricas. Esses impactos ambientais costumam tornar o licenciamento ambiental mais complexo e, por consequência, tornar a implementação desse tipo de projetos mais demorado. Já projetos de geração de energia eólica e PCHs causam baixo impacto ambiental na sua implementação e operação. Assim, acreditamos que o nosso portfólio composto exclusivamente de energia eólica e PCHs nos proporciona consideráveis oportunidades de crescimento e vantagens competitivas no setor de geração de energia, em função de:
  - (i) significativa redução no risco e maior rapidez na obtenção das necessárias licenças ambientais;
  - (ii) maior rapidez na construção e início de operação dos parques eólicos e das PCHs, quando comparado com outras fontes de energia (em especial, em função do significativo desenvolvimento da indústria de equipamentos de energia eólica no mundo nos últimos anos);
  - (iii) energia eólica e PCHs não estarem expostas a flutuação de preços de combustíveis fósseis;
  - (iv) potencial de valorização dos nossos ativos, tendo em vista a possibilidade de geração de créditos de carbono; e
  - (v) expectativa de continuação dos leilões para a aquisição de energia proveniente de fontes alternativas.
- ***Capacidade Comprovada de Identificação, Desenvolvimento e Implantação de Projetos de Geração de Energia.*** Nossos profissionais possuem ampla experiência e capacidade comprovada na identificação de potenciais projetos de geração de energia, tanto eólica como hidrelétrica, e no desenvolvimento e implementação de projetos rentáveis. Para isso, possuímos uma equipe multidisciplinar própria para a prospecção e desenvolvimento de projetos que inclui ambientalistas, engenheiros, geólogos, hidrólogos, bem como especialistas em análise de vento, regulação do setor elétrico e em direito ambiental, com ampla vivência no relacionamento com órgãos de controle e fiscalização da administração pública. Na área de engenharia e obras, possuímos um quadro técnico com ampla experiência na negociação e gestão de contratos de engenharia. Acreditamos que esses aspectos nos conferem:
  - (i) agilidade no desenvolvimento e construção dos projetos;
  - (ii) capacidade de contínua originação de projetos, com agregação de valor aos nossos investimentos; e
  - (iii) significativa redução dos custos de implementação dos projetos.

Acreditamos que esse conjunto de competências nos diferencia de nossa concorrência, o que foi demonstrado, por exemplo, no resultado do Leilão LER 2009, e permite que capturemos retornos atrativos em projetos de longo prazo e com baixo risco de operação, tais como PCHs e parques eólicos.

- ***Portfólio de Projetos Estratégica e Oportunamente Posicionado para Capturar o Esperado Aumento da Demanda de Energia.*** O nosso portfólio de projetos conta atualmente com 77 parques eólicos e 28 PCHs, com uma potencial capacidade instalada de 2.205,7MW e 1.467,5MW, respectivamente. De acordo com os cenários macroeconômicos formulados pela EPE, para os próximos 10 anos, estima-se um crescimento na demanda de energia no Brasil de 5,2% ao ano, chegando a 681,7 mil GW/h em 2018. Estima-se que a capacidade instalada atinja 154.645 MW até 2017, representando um crescimento de 52.563 MW ou 51,15% em relação ao ano de 2008. Além disso, espera-se que a participação de energia renovável na matriz energética brasileira seja fortemente fomentada nos próximos anos, atingindo uma participação de 9% em 2017, comparada a 5,1% em 2008. Acreditamos que nosso portfólio de projetos está bem posicionado para capturar tais oportunidades de crescimento em energia renovável mais rapidamente que os nossos competidores. Evidência desse bom e oportuno posicionamento foi o resultado do Leilão LER 2009, quando fomos os maiores vendedores, por meio de 14 parques eólicos, que já se encontram em construção e com Licença de Localização (LL) no Estado da

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Bahia. Essa vantagem competitiva se torna ainda mais relevante em razão do prazo e do custo de implementação de parques eólicos e PCHs, os quais são relativamente reduzidos quando comparados a outras fontes de energia, além de haver isenção de determinadas taxas setoriais obrigatórias, alavancando seu retorno financeiro. *Custos Reduzidos de Implementação Provenientes da Escala de Nosso Portfólio de Projetos*. O considerável número de projetos de parques eólicos e PCHs que temos em nosso portfólio nos proporciona ganhos de escala na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, contribuindo para incrementar nossos retornos. Em dezembro comercializamos a energia proveniente de 14 parques eólicos, que, em conjunto, representarão 270MW de capacidade instalada (127 MW médios), o que permitiu a redução do custo unitário de implantação, representando o menor custo unitário de implantação declarado do Leilão LER 2009, de acordo com a CCEE.

- ***Administração Experiente e Comprometida com Altos Padrões de Governança Corporativa.*** Possuímos uma equipe de administradores com extensa experiência no setor e no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Adicionalmente, adotamos elevados padrões de governança corporativa em linha com as melhores práticas do mercado brasileiro e internacional, observando normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a adoção de um Plano de Negócios que acreditamos ser sólido e rentável. Nosso conselho de administração possui 1 membro independente, de um total de 6 membros. De acordo com o nosso Estatuto Social, todas as ações de nossa emissão têm direito de 100% de *tag-along* e, além disso, também contamos com a presença de comitês de auditoria e *compliance* e financeiro. Atualmente, contamos com a participação estratégica em nosso capital social do InfraBrasil, o que nos exige a dar continuidade e aprimorar as práticas de governança corporativa por nós adotadas. O InfraBrasil é um Fundo de Investimento em Participações com capital comprometido da ordem de R\$942 milhões, em 31 de março de 2010, cujos quotistas são grandes fundos de pensão e investidores brasileiros, tais como PETROS, FUNCEF e BNDESPar, que escolheram o Santander como administrador e gestor.

### ***Principais Estratégias***

Nosso principal objetivo é criar valor para nossos acionistas a partir do desenvolvimento e execução de projetos de geração de energia elétrica por fontes de energia renováveis. Para alcançarmos esse objetivo, temos como principais estratégias:

- ***Posicionarmo-nos como Referência no Setor de Energia Renovável.*** Acreditamos que o setor de energia renovável ainda é incipiente frente a seu potencial, sendo predominantemente composto por um grande número de agentes de pequeno e médio porte, com capacidade financeira e operacional limitada. Acreditamos, ainda, que para ter sucesso nesse setor, que requer vultosos investimentos, é preciso ter capacidade financeira e escala. Pretendemos utilizar nosso portfólio de projetos de geração de energia renovável, aliado à nossa experiência e agilidade para seu desenvolvimento e implantação, para consolidar nossa posição de liderança no setor de geração de energia elétrica por meio de parques eólicos e buscar uma posição de liderança na geração por meio de fontes alternativas. Acreditamos que o nosso *expertise* no desenvolvimento de projetos de geração de energia por fontes renováveis, combinado à capacidade financeira que pretendemos obter por meio de oferta pública de ações nos permitirá acelerar o desenvolvimento do setor e nos posicionar como um *player* de referência.
- ***Implementar e Expandir nosso Portfólio de Projetos de Energia Renovável.*** Pretendemos desenvolver, comercializar a energia e implementar os projetos que compõem nosso atual portfólio, bem como originar novos projetos que possuam retornos atrativos, ampliando nossa participação no mercado de energia renovável, que apresenta altas taxas de crescimento anual se comparadas à do mercado de fontes convencionais de energia elétrica. Adicionalmente, pretendemos acompanhar as oportunidades de mercado para explorar outras fontes de energia renováveis, tais como biomassa e solar, e novas tecnologias, desde que se mostrem economicamente atrativas. Adicionalmente, poderemos adquirir empresas do segmento de energia renovável, dado o elevado grau de dispersão de agentes nesse setor, observando critérios de seleção técnica e econômico-financeira alinhados com nossa atuação na área de desenvolvimento de projetos. Podemos, ainda, realizar alienações estratégicas de determinados projetos de nosso portfólio para assegurar os recursos necessários à implementação de outros de nossos projetos que se mostrem mais competitivos.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- ***Obter as Melhores Condições de Comercialização da Energia Gerada por Nosso Portfólio.***  
Não estamos restritos à venda de energia em leilões e em mercados com preços regulados. Assim, pretendemos vender nossa produção de energia elétrica nos diversos âmbitos de comercialização de energia, priorizando aqueles com preços e prazos mais atrativos. Por exemplo, podemos vender energia no ACL, celebrando contratos bilaterais com consumidores livres ou comercializadores de energia, em condições atrativas de preço. Podemos ainda acessar o mercado de consumidores especiais, estimado em 10 GW médios, cujo acesso ao mercado livre se dá através da aquisição de energia proveniente de fontes alternativas. Ademais, atualmente, vêm sendo realizados leilões específicos para fontes alternativas, como o Leilão LER 2009, por meio do qual asseguramos um volume importante de projetos de parques eólicos pelo prazo de 20 anos, bem como o leilão de fontes alternativas marcado para agosto de 2010, o qual deverá contratar energia de PCHs e de empreendimentos de geração a partir de biomassa e de fonte eólica. Acreditamos que tais leilões continuarão sendo realizados ao longo dos próximos anos, dado o grande potencial de projetos com alta competitividade e o ambiente internacional favorável para energia eólica, representando uma importante alternativa para a comercialização segura de nosso portfólio.
- ***Capturar Valor de Sinergias na Construção, Operação e Manutenção de nossos Projetos.***  
Pretendemos maximizar as sinergias e ganhos de escala na construção, operação e manutenção de nosso portfólio de geração de energia. Pretendemos priorizar, sempre que possível, a proximidade geográfica entre nossos projetos, criando *clusters* de usinas, como em nossos Parques Eólicos em Implementação e nossas 3 PCHs em operação. Com isso, acreditamos que podemos minimizar os custos de implementação de nossos projetos e encargos de conexão à rede elétrica, incluindo (i) os valores pagos às construtoras e prestadores de serviços que nos auxiliarão na construção de nossos parques eólicos e PCHs, tendo em vista a concentração das atividades em áreas próximas; e (ii) a mobilização e transporte de equipamentos pesados e de alto custo; e (iii) a adoção de soluções otimizadas de conexão a rede elétrica devido ao maior volume de energia a ser injetado na rede.
- ***Acessar Ativamente o Mercado de Créditos de Carbono.*** A geração de energia por meio de parques eólicos e PCHs, torna-nos elegíveis para emitir e negociar no mercado mundial créditos de carbono. Para que sejam comercializados, os créditos devem ser emitidos e certificados em consonância com o Protocolo de Kyoto e demais regras da UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima. Como parte de nossa estratégia, pretendemos implementar nos nossos projetos as regras exigidas pelo Protocolo de Kyoto e pela UNFCCC, e qualificá-los para a obtenção da certificação de créditos de carbono. A venda desses certificados poderá nos conferir uma fonte de receita adicional. Acreditamos que a crescente preocupação de diversos agentes da sociedade com o meio ambiente poderá valorizar significativamente esse potencial de geração de receitas.
- ***Obter Benefícios Advindos de Nossa Política de Responsabilidade Sócio-Ambiental.***  
Pretendemos nos beneficiar da nossa forte política de responsabilidade sócio-ambiental para atrair novos investidores e clientes que privilegiem investimentos, serviços e produtos sócio-ambientalmente responsáveis. Acreditamos, também, que os impactos positivos de nossa atividade, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como investimentos em infraestrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criam uma receptividade favorável à nossa atividade pelas comunidades envolvidas e pelo poder público nas nossas áreas de atuação.

A Companhia tem prazo de duração indeterminado e tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental; (iv) comercialização de créditos de carbono; e (v) a participação no capital social de outras sociedades.

Nossas 3 PCHs em operação comercial foram construídas com recursos oriundos de financiamento obtido junto ao BNB (conforme descrito abaixo), equivalente a aproximadamente 70% do investimento total realizado.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Além do investimento realizado na implementação das nossas 3 PCHs em operação, atualmente investimos recursos próprios no desenvolvimento de novos projetos de geração de energia elétrica por meio de (i) PCHs, nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Paraná, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso; e (ii) parques eólicos, no Estado da Bahia.

Atualmente, possuímos investimentos relevantes no capital social de outras sociedades, representados por investimento (i) direto na Enerbras, da qual somos detentores da totalidade do capital social; e (ii) indireto na Espira, subsidiária integral da Enerbras, controlada por nós.

Ademais, as *holdings* Bahia Eólica, Salvador Eólica e Renova Eólica, bem como as SPEs Caetité, Ventos do Nordeste, São Salvador, Reconcavo, Ametista, Espigão, Araças, Prata, N. Senhora Conceição, Planaltina, Igaporã, Ilhéus, Porto Seguro, Pajéu do Vendo, Rio Verde, Alvorada, Licínio de Almeida, Serra dos Salto, Pindai, Candiba, Guirapa e Guanambi, constituídas exclusivamente com vistas à participação no Leilão LER 2009, receberão investimentos relevantes para o desenvolvimento dos Parques Eólicos em Implementação.



## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

**SEGMENTOS OPERACIONAIS QUE TENHA SIDO DIVULGADO NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL OU, QUANDO HOUVER, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS:**

**a) Produtos e Serviços Comercializados**

As receitas da Companhia decorrem da atividade de geração de energia por meio de fontes renováveis.

**b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia**

Atualmente todas as receitas da Companhia decorrem da atividade de geração de energia por meio das nossas três PCHs em operação. Nossa receita operacional líquida no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 foi de R\$8,7 milhões, no exercício de 2008 foi de R\$15,4 milhões e em 2009 foi de R\$33,7 milhões. A companhia não teve receita operacional em 2007, considerando que as nossas PCHs entraram em operação comercial em 2008.

**c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

A segregação do lucro ou prejuízo não é aplicável, considerando que a Companhia tem receita apenas decorrente das nossas três PCHs em operação.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 7.2. ACIMA:

##### a) Características do Processo de Produção

Atualmente geramos energia por meio de nossas três PCHs, localizadas no Estado da Bahia, a partir da conversão de energia potencial hidráulica em energia elétrica.

Em leilão realizado em dezembro de 2009, a Companhia comercializou energia a ser produzida por meio de 14 parques eólicos, todos localizados no interior da Bahia. Para esses parques eólicos, a energia será gerada por meio de aerogeradores que convertem a energia cinética do vento em energia elétrica.

##### b) Características do Processo de Distribuição

Até esta data, Companhia vendeu energia elétrica apenas por meio de programa governamental de incentivo às fontes alternativas, o PROINFA, no qual a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. adquiriu a energia proveniente de nossas três PCHs em operação. Em dezembro de 2009, vendemos energia no leilão realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. Ambos os contratos tem prazo de vigência de 20 anos.

Pretendemos continuar a ofertar a energia elétrica proveniente de nossos projetos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, para a contratação com entes públicos, mas também vislumbramos a possibilidade de comercializarmos energia junto a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL ou na modalidade de autoprodução.

##### a) Características dos Mercados de Atuação, em especial: i) Participação em cada um dos mercados; e ii) Condições de competição nos mercados

#### *Aspectos Gerais*

O sistema brasileiro de geração de energia elétrica é composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários, havendo um aumento significativo da participação das usinas termoeletricas de biomassa. Estima-se que o Brasil apresentava em 2003 potencial de geração de energia hidrelétrica próxima de 258.853MW, dos quais apenas 30% foram aproveitados de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE. Especificamente para Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi identificado um potencial da ordem de 15.000MW a ser aproveitado em pequenas centrais, com capacidade até 30MW. Atualmente, a capacidade instalada é de 2.973 MW com mais 1.001MW em construção.

Atualmente, estima-se que 38% da capacidade de geração instalada e 56% das linhas de transmissão de alta tensão do Brasil são operadas pela Eletrobrás, sociedade controlada pelo Governo Federal. A Eletrobrás tem historicamente sido responsável pela implementação de programas de política energética, de preservação e gerenciamento ambiental. As redes de transmissão de alta tensão restantes são detidas por companhias elétricas estatais ou locais. A atividade de distribuição é conduzida por aproximadamente 60 concessionárias estaduais ou municipais que foram, em sua maioria, privatizadas pelo Governo Federal ou por governos estaduais. Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia. É o caso da CEMIG, da CESP e da COPEL.

Em 2009, o Ministério de Minas e Energia – MME aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2008-2017 – o PDEE 2008-2017, por meio da Portaria nº 287, na qual se estabeleceram critérios para expansão do sistema de energia elétrica brasileiro para o horizonte de dez anos, com o objetivo de definir um cenário de referência para implementação de novas instalações de geração e transmissão necessárias para atender ao crescimento projetado do mercado de energia elétrica brasileiro.

O PDDE 2008-2017 projetou um aumento da capacidade total de geração de energia instalada no Brasil de 102.082MW em 2008 para 154.645MW até 2017, dos quais 109.766MW (71%) está projetada para ser hidrelétrica, 30.913MW (20%) para ser termoeletrica e 13.967MW (9%) provenientes de fontes alternativas.

#### *Matriz Energética Brasileira*

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segundo informações da ANEEL, em dezembro de 2009, o País possuía no total 2.203 empreendimentos em operação, gerando, aproximadamente, 107.241 MW de potência instalada, sendo aproximadamente 74% provenientes de hidrelétricas, 23,55% de termoeletricas, 1,9% energia nuclear e 0,67% a energia eólica. A adição de 37.407 MW na capacidade de geração do País é esperada para os próximos anos, proveniente dos 165 empreendimentos atualmente em construção e mais 435 empreendimentos com concessão e/ou autorização outorgada. Vale ressaltar que o Brasil sempre ocupou uma posição de destaque no cenário mundial no que diz respeito à hidroeletricidade, estando entre os países com maior capacidade hidrelétrica instalada. Conforme informado no Balanço Energético Nacional – BEN de 2008 elaborado pelo MME em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, somente cerca de 30% do potencial hidroelétrico nacional foi explorado, já que sua maior parte se situa na Amazônia.

O Brasil é interconectado por mais de 90,3 mil km de linhas de transmissão de alta tensão (230 kV ou mais), formando o Sistema Interligado Nacional (SIN) que atende cerca de 98% do consumo de energia do país. A capacidade instalada do parque gerador brasileiro conectado ao SIN é de 89,1 GW, da qual aproximadamente 83% é hidrelétrica. Essa capacidade instalada inclui metade da capacidade instalada de Itaipu – um total de 14.000MW detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai. A Região Norte (Estados do Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Pará e Amazônia) não está interligada ao SIN, e, em razão disso, tal região é denominada de Sistema Isolado, o qual compreende 45% do território nacional, porém representa somente 7% da demanda total do país.

O Sistema Isolado é abastecido principalmente por fontes geração térmica a óleo combustível e a óleo diesel. Para a substituição de tais fontes térmicas no Sistema Isolado por meio da implantação das PCHs, é previsto pela ANEEL o recebimento de incentivo do Fundo formado com recursos da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis para financiar tais empreendimentos de energia renovável.

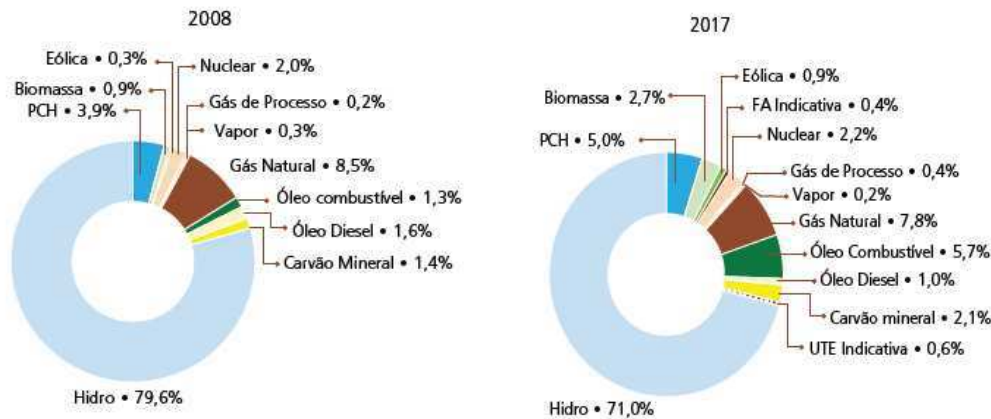
A matriz energética do Brasil atualmente se apresenta conforme o quadro a seguir:

		Capacidade Instalada		%
		N.º de Usinas	(kW)	
Hidro		838	78.800.731	68,28
Gás	Natural	93	10.808.812	9,37
	Processo	33	1.252.483	1,09
Petróleo	Óleo Diesel	805	3.871.104	3,35
	Óleo Residual	25	2.030.403	1,76
	Bagaço de Cana	289	4.642.515	4,02
	Licor Negro	14	1.193.298	1,03
Biomassa	Madeira	37	315.767	0,27
	Biogás	9	44.672	0,04
	Casca de Arroz	7	31.408	0,03
Nuclear		2	2.007.000	1,74
Carvão Mineral	Carvão Mineral	9	1.530.304	1,33
Eólica		38	709.284	0,62
	Paraguai		5.650.000	5,46
Importação	Argentina		2.250.000	2,17
	Venezuela		200.000	0,19
	Uruguai		70.000	0,07
<b>Total</b>		<b>2.199</b>	<b>115.407.781</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco de Informações de Geração ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) em 24 de fevereiro de 2010.

Dados do MME prevêem uma ligeira alteração na matriz energética brasileira nos próximos anos, conforme gráficos abaixo:

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: EPE – Plano Decenal 2008-2017.

Nesta evolução, os projetos já desenvolvidos no Brasil atualmente concentram-se na utilização das fontes hidrelétricas e termoeletricas de geração de energia, com o uso também de fontes eólicas, fotovoltaicas e de maré, em menor escala.

#### Segmento de Geração de energia elétrica no Brasil

A fonte hidrelétrica possui grande vantagem competitiva no país, por se tratar de um recurso renovável e passível de ser implementada e atendida pelo parque industrial brasileiro com mais de 90% de bens e serviços nacionais. Além do que, ao possuir uma das mais exigentes legislações ambientais do mundo, é possível ao Brasil garantir que as hidrelétricas sejam construídas atendendo aos ditames do desenvolvimento sustentável.

(I) RESUMO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS EMPREENDIMENTOS			
Fonte de Energia	Quantidade de Empreendimentos	Situação	Potência Associada (kW)
Eólica	43 empreendimentos	Outorgada	2.120.981
Eólica	9 empreendimentos	Em construção	154.400
Eólica	38 empreendimentos	Em operação	709.284
Fotovoltaica	1 empreendimento	Em operação	20
Fotovoltaica	1 empreendimento	Outorgada	5.000
Hidrelétrica <sup>1</sup>	226 empreendimentos	Outorgada	4.304.602
Hidrelétrica <sup>1</sup>	93 empreendimentos	Em construção	11.327.866
Hidrelétrica <sup>1</sup>	838 empreendimentos	Em operação	78.800.731
Maré	1 empreendimento	Outorgada	50
Termelétrica <sup>2</sup>	164 empreendimentos	Outorgada	13.565.980
Termelétrica <sup>2</sup>	63 empreendimentos	Em construção	5.927.811
Termelétrica <sup>2</sup>	1.326 empreendimentos	Em operação	27.730.687

Fonte : Banco de Informações da Geração ANEEL (www.aneel.gov.br) em 24 de fevereiro de 2010.

<sup>1</sup> CGH, UHE e PCHs.

<sup>2</sup> UTE e UTN.

As centrais de produção de eletricidade são objeto de concessão, autorização ou registro, segundo o enquadramento realizado em função do tipo de central, da capacidade instalada e do destino da energia. Segundo o destino da energia, as centrais de produção podem ser classificadas como:

- Produtores cuja outorga de concessão especifica que a energia produzida destina-se ao serviço público de eletricidade;
- Produtores independentes (assumem o risco da comercialização de eletricidade com distribuidoras ou diretamente com consumidores livres); e
- Auto-produtores (produção de energia para consumo próprio, podendo o excedente ser comercializado mediante autorização).

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### *Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)*

As Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH são caracterizadas por possuírem potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, destinadas à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma.

Estas usinas vem tendo seus custos de instalação reduzidos e às mesmas vem sendo disponibilizados equipamentos mais eficientes. A atratividade destas usinas fundamenta-se, principalmente, por suas características de menor impacto ambiental, menor volume de investimentos, prazo de maturação mais curto e tratamento incentivado pela regulamentação vigente. Nesse sentido, uma característica da PCH é a dispensa de licitação para obtenção da concessão, bastando ao empreendedor obter autorização da ANEEL.

Apesar de possuir menor porte, seu preço é competitivo em relação ao das hidrelétricas tradicionais, tendo em vista os seguintes incentivos: (i) a possibilidade de utilização de regime fiscal em lucro presumido; (ii) maior facilidade na obtenção de licenciamento ambiental, (iii) isenção de pagamento de UBP, (iv) isenção do pagamento dos Encargos de P&D; (v) menor prazo de implementação e manutenção do investimento e (vi) isenção do pagamento da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos; (vii) possibilidade de comercializar de imediato a energia elétrica produzida com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW; (viii) a possibilidade de sub-rogação da CCC para empreendimentos instalados nos sistemas isolados;

Atualmente existem 357 PCHs em operação (2.973MW de potência outorgada), 74 em construção (1.001MW de potência outorgada) e 145 empreendimentos outorgados (2.068MW) porém ainda não construídos.

Adicionalmente, a comercialização de energia gerada por PCHs no mercado livre é beneficiada devido à regulamentação da contratação incentivada, a qual prevê redução nas tarifas de distribuição/transmissão dos geradores e dos respectivos consumidores dessa energia. De acordo com a Lei 9.427/1996, fontes alternativas (PCH, biomassa, eólica e solar) têm direito a um desconto de no mínimo 50% nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição associados. O direito a esse desconto é estendido também aos consumidores desta energia limpa, a chamada “energia incentivada”.

O desenvolvimento deste mercado apresenta vantagens, como (i) a possibilidade de combinar a produção desses geradores com a produção de outros geradores, de modo a compensar períodos de baixa produção; (ii) a possibilidade do uso de comercializadores para comercializar a energia incentivada, sem que o consumidor adquirente perca o benefício do desconto a que faz jus ao contratar com o comercializador, o que implica oportunidades de venda de energia relevantes, uma vez que garante acesso a um segmento de mercado atualmente cativo que não tem possibilidade de se tornar livre a menos que adquira energia de geradores incentivados.

Em termos de desenvolvimento sócio-ambiental, as PCHs promovem geração a ser distribuída de forma local, aumentando a oferta de energia elétrica nas regiões em que estão instaladas, diferente das grandes hidrelétricas e das usinas termelétricas, onde tal distribuição local não ocorre. Os maiores aproveitamentos hidrelétricos são concentrados na maioria em regiões isoladas, tornando os pequenos empreendimentos importantes, em vista especialmente da redução dos custos de transmissão que proporcionam.

Atualmente temos participação de 1,41% (41,8 MW) no mercado de PCHs instaladas (2.973 MW), nosso único mercado de atuação atual, considerando nossas três PCHs em operação.

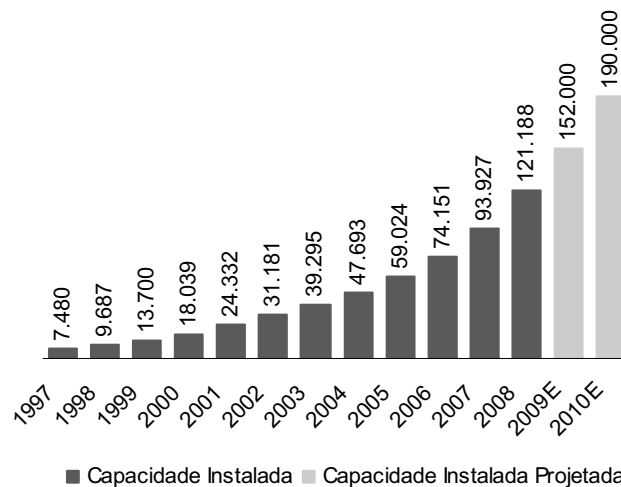
#### *Parques Eólicos*

A também denominada energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. Seu aproveitamento é feito por meio da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O gráfico abaixo apresenta a evolução do mercado global de energia eólica:

**Capacidade Total Instalada Global (MW)**



Fonte: World Wind Energy Report 2008

A capacidade instalada mundial de energia eólica aumentou 1.155% entre 1997 e 2007, passando de 7,5 mil para 94 mil MW. A rápida evolução deve-se em parte ao contínuo desenvolvimento de novas tecnologias que permitem a produção de turbinas de maior potência. Estima-se que o potencial eólico bruto mundial seja da ordem de 500.000 TWh/ano do qual, estima-se que no mínimo 10% seja tecnicamente aproveitável, o que corresponde a cerca de quatro vezes o consumo mundial de eletricidade.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.

De 2003 à 2008, a capacidade instalada de parques eólicas cresceu 12 vezes, passando de 22MW à 273MW – um crescimento anual médio de 65%. Só em 2007, a oferta interna de energia eólica aumentou de 236 GWh para 559 GWh, uma variação de 136,9%, segundo os dados do Balanço Energético Nacional, produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ainda assim, a capacidade instalada atualmente no Brasil é da ordem de 712 MW, representando apenas 0,50% do potencial estimado brasileiro de 143.000 MW.

As regiões com maior potencial medido são Nordeste, principalmente no litoral (75GW), Sudeste, particularmente no Vale do Jequitinhonha (29,7GW) e Sul (22,8GW), região em que está instalado um dos maiores parques eólicos do país, o de Osório, no Rio Grande do Sul, com 150MW de potência. Em fevereiro de 2010, existiam 38 parques eólicos em operação (709.284 kW), 09 em construção (154.400 kW) e 43 outorgados (2.120.981 kW), porém ainda não construídos.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

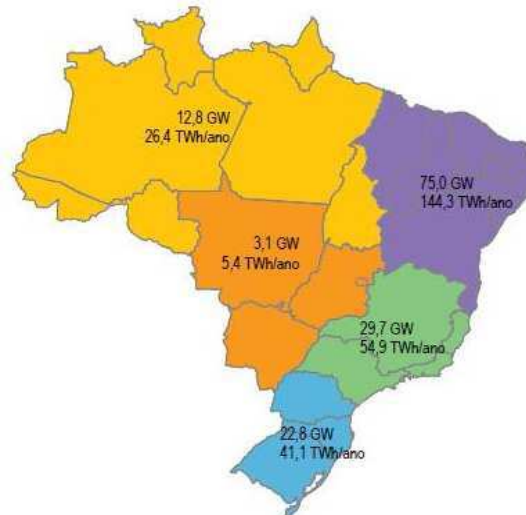


Figura 5.1 – Potencial eólico brasileiro.

Fonte: EPE, 2007.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, estudos diversos estimam um potencial eólico brasileiro da ordem de 60.000 MW médios, a ser desenvolvido em grande parte na região nordeste do país. Os estados do Ceará e Rio Grande do Norte apresentam uma expressiva participação neste potencial, da ordem de 12.000 MW médios. Mais recentemente, diversos estados da federação, como São Paulo, Bahia, Alagoas e Rio Grande do Sul, têm procurado realizar novo mapeamento de seus territórios, mais atualizado com o progresso da geração eólica que agora situa as turbinas em estruturas próximas a 100 m de altura do solo. Também o CEPEL vem preparando novo Atlas Eólico com medidas de vento a 100 m de altura. Como resultado, o valor numérico do potencial brasileiro deve ser consideravelmente ampliado. Um exemplo, que não deve ser generalizado, é o expressivo aumento do potencial eólico do Rio Grande do Sul, que passou de 15,8 GW a 50 m para 115,2 GW para a altura de 100 m. É interessante observar que a localização regional das eólicas é bastante complementar à das demais fontes renováveis, já que a maior parte do potencial hidrelétrico ainda não desenvolvido concentra-se na região Norte enquanto a bioeletricidade tem maior potencial nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Também vale ressaltar que a absorção de flutuações na geração de energia devido à variabilidade dos ventos, que é um problema importante que a geração eólica enfrenta em outros países, não existe no Brasil. A razão é que os reservatórios das usinas hidrelétricas permitem absorver com relativa facilidade qualquer variação na produção de energia. Outro obstáculo comum, que é a necessidade de construir extensas redes de transmissão – por exemplo, o “corredor de vento” no centro dos Estados Unidos está a milhares de quilômetros dos principais centros de carga daquele país – também tem pouco impacto no Brasil, pois o potencial eólico em geral está localizado perto do litoral, onde também se concentra boa parte da população e do consumo de energia elétrica. Os investimentos de transmissão no Brasil podem ser mais onerosos se, ao invés de “wind farms” com capacidade expressiva de geração em áreas relativamente concentradas, houver uma grande dispersão geográfica dos geradores eólicos.

Dado que a energia eólica é amplamente viável em termos físicos para o Brasil, o desafio se concentra no custo desta energia comparado ao das demais opções de expansão. A competitividade econômica da energia eólica tem sido menos discutida na Europa e, em certa medida, nos Estados Unidos, basicamente por falta de outras opções renováveis de expansão. No caso do Brasil, onde o leque de opções de expansão baseadas em energia renovável é mais amplo, e a tarifa da energia afeta significativamente a atividade econômica, o tema “preço” é um componente importante de qualquer política energética e essencial para viabilizar a inserção competitiva desta fonte, isto é, através dos leilões regulares.

Outro benefício desta fonte renovável, que pode vir no futuro a contribuir para viabilizar estes projetos, refere-se à perspectiva de venda de créditos de carbono por ser uma tecnologia de geração limpa de energia.

O ano de 2009 foi um marco para a energia eólica no Brasil. No dia 14 de dezembro de 2009 ocorreu o segundo leilão de energia de reserva, tendo esse leilão se destinado exclusivamente à contratação de usinas eólicas. Os resultados do leilão surpreenderam em dois aspectos: (i) a elevada capacidade

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

contratada; e (ii) os preços praticados, abaixo das estimativas de mercado e em níveis competitivos com outras fontes tidas como mais baratas, como termelétricas.

Foram contratados 1.806,9 MW de capacidade instalada ou 753 MW médios, sendo que a estimativa inicial era de que seriam contratados cerca de 1 mil MW de potência instalada. No que se refere aos preços praticados, o preço médio final do leilão foi 148,39 R\$/MWh, representando um deságio de 22% com relação ao preço de abertura de R\$189,00. O menor deságio em relação ao preço de abertura foi de 19% (Parque eólico Rei dos Ventos, com 153 R\$/MWh e fator de capacidade de 43,35%) e o maior deságio foi de 31% (Parque eólico Coxilha Negra, com 131 R\$/MWh e fator de capacidade de 37,77%). A Renova Energia foi o grande destaque do leilão, tendo vendido 270 MW de capacidade instalada ou 127 MW médios a um preço médio de 145,80 R\$/MWh.

Os preços praticados neste primeiro leilão representam uma quebra de paradigma no setor, onde havia a crença da necessidade de preços acima de R\$ 200,00 por MWh para viabilizar projetos de geração por fonte eólica, em linha com as tarifas praticadas no Proinfa, situadas na faixa de R\$ 250,00 a R\$ 270,00 por MWh. Os principais fatores que possibilitaram essa importante redução de custos na indústria podem ser listados como segue:

- (i) Alto Fator de Capacidade dos Parques Vencedores: Os parques eólicos vencedores do certame possuíam em média 41,7% de fator de capacidade, já descontados os arredondamentos dos lotes inteiros, sendo que alguns parques chegavam a ter fato de capacidade acima de 50%, o que implica em uma elevada produção de energia anual, em níveis extremamente altos se comparado com os padrões internacionais, o que demonstra o grande potencial eólico brasileiro;
- (ii) Maturação da Indústria de Suprimento de Equipamentos Eólicos: Com o forte crescimento de programas de apoio à energia eólica em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como na Comunidade Européia, pioneira neste setor, grandes fabricantes de equipamentos, tais como General Electric, Siemens e Alston, ingressaram no setor nos últimos anos por meio de aquisições e usaram sua capacidade financeira e técnica para ampliar os volumes produzidos e o tamanho individual dos equipamentos, o que trouxe expressivos ganhos de escala no setor e a conseqüente redução dos custos unitários;
- (iii) Incentivos Fiscais na Indústria: A isenção do IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI, que isenta o PIS e Cofins, e a extensão de convênios do CONFAZ que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2012 a isenção do ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica, possibilitaram a desoneração fiscal sobre os equipamentos, assim como a liberação de importação para equipamentos de potência unitária acima de 1,5 MW, o que acirrou a competição com os fabricantes de equipamentos locais e propiciou melhores condições para os empreendedores; e
- (iv) Crise Financeira Internacional: A crise financeira internacional, que vem afetando mais fortemente os países desenvolvidos e com grande impacto na oferta de crédito nesses países que são o *core market* dos grandes fabricantes de equipamentos eólicos, incentivou esses fabricantes a buscar novas alternativas de mercado para vender sua produção, aumentando, assim, a oferta de equipamentos eólicos no país e fortalecendo o poder de negociação dos projetos com altos fatores de capacidade e escala, e conseqüentemente grandes chances de êxito no leilão.

Em relação ao mercado de geração energia proveniente de fonte eólica, ainda não consideramos nossa participação, pois os nossos parques eólicos ainda encontram-se em fase de implementação.

#### *Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)*

Em 2002, o PROINFA foi estabelecido pelo governo para criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e projetos de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por estas fontes alternativas por um período de 20 anos e a repassa para os consumidores livres e distribuidoras, as quais se incumbem de incluir os custos do programa em suas tarifas para todos os consumidores finais da área de concessão, a exceção dos consumidores de baixa renda. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou a abertura de uma linha de crédito para específica para projetos incluídos no PROINFA, podendo financiar até 80% dos custos de construção das usinas inseridas no programa.

#### **a) Eventual Sazonalidade**



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Não há sazonalidade na atividade da Companhia.

- b) Principais insumos e matérias primas: i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii) eventual dependência de poucos fornecedores; iii) eventual volatilidade de seus preços.**

Os principais insumos utilizados em nossas atividades são materiais de construção civil, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica ou eólica e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de nossas usinas eólicas e barragens para nossas PCHs.

Após a implantação das nossas usinas, nossa atividade operacional passa a ser de manutenção dos nossos ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis.

## **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

**CLIENTES RELEVANTES (RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA): (A) MONTANTE TOTAL DE RECEITAS PROVENIENTES DO CLIENTE; E (B) SEGMENTOS OPERACIONAIS AFETADOS PELAS RECEITAS PROVENIENTES DO CLIENTE.**

Atualmente vendemos toda a energia gerada por nossas PCHs em operação para a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sendo que, desta forma, a totalidade da nossa receita é proveniente dessa empresa.

A partir de 2012, nossos 14 parques eólicos em implantação no interior do Estado da Bahia venderão toda sua energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme comercializado no leilão realizado pela Câmara de Comércio de Energia Elétrica - CCEE em dezembro de 2009.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA:

- a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

#### Comercialização de Energia Elétrica

##### Ambientes de Contratação

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o ACR, que prevê a compra pelas Distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

A energia gerada por (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e PCHs, (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (iii) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao ACR.

##### *Ambiente de Contratação Regulada (ACR)*

O Ambiente de Contratação Regulada, é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade aos compradores. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR.

No ACR a energia pode ser adquirida da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARs;
- Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da distribuidora;
- Contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos de Itaipu; e
- Contratos firmados antes da promulgação da Lei nº 10.848/04.

O Poder Concedente, com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A energia reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva – CER entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, e os autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada no mercado de curto prazo.

##### *Eliminação do self-dealing*

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

### *Ambiente de Contratação Livre (ACL)*

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, Produtores Independentes de Energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, observado que o contrato com a distribuidora poderá ser rescindido apenas por meio de notificação da distribuidora com antecedência mínima de 15 dias da data limite para a distribuidora indicar suas necessidades para o próximo leilão de energia, ressalvadas disposições em contrário contidas no contrato.

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou PCHs.

### *Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação*

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente é o “mercado” de curto prazo, que é administrado pelo CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados utilizando os preços resultantes da otimização hidrotérmica.

A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW e distribuidoras que comercializam menos que 500 GWh/ano, os quais são participantes facultativos. A Companhia decidiu pela participação de suas PCHs no mercado de curto prazo pelas vantagens que poderá auferir, conforme abaixo detalhado.

### *Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica do SIN, deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu mercado no Ambiente de Contratação Regulada.

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas Distribuidoras.

### *Os Leilões de Energia*

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) cinco anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-5”), e (ii) três anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões “A-3”). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados um ano antes da data da entrega inicial (chamados de leilões “A-1”), e (ii) realizados aproximadamente quatro meses antes da data de entrega (chamados de “ajustes de mercado”). Os editais dos leilões são preparados pela CCEE, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um Contrato de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora. Os CCEARs dos leilões “A-5” e “A-3” terão um prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado, e os CCEAR dos leilões “A-1” terão um

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

prazo variando entre 5 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado estarão limitados a prazo de dois anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência – VR, que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões “A-5” e “A-3”, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões “A-5”, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões “A-3” e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

### *Leilões de Energia Existente*

Os leilões de energia existente (EE) complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a energia existente, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 5 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

Além da duração, os contratos de energia existente têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de energia existente contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

### *Leilões de Energia Nova*

Os leilões de energia nova (EN) têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

A cada ano, dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) **Leilão Principal** (A-5), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em 5 anos após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o “project finance”, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) **Leilão Complementar** (A-3), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 realizado dois anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

### *Leilões de Ajuste*

Esse tipo de leilão tem o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados três ou quatro vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo Valor de Referência (VR) a ser descrito mais a frente.

### *Leilões de energia alternativa*

Além dos leilões de energia nova e existente, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão são similares aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro Leilão de energia alternativa ocorreu em junho de 2007.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### *Leilão de Geração Distribuída (GD)*

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termoeletricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

### *Leilões Especiais*

A legislação atual também permite o Governo a realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico. Eles são discutidos a seguir.

### *Leilão de Projeto Estruturantes*

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente.

### *Leilão de Reserva*

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 30 de abril de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e 2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em julho de 2012 e por um período de 20 anos. Um novo leilão de energia de reserva para a contratação de energia proveniente de PCHs e empreendimentos de geração a partir de biomassa e de fonte eólica está marcado para ocorrer nos dias 18 e 19 de agosto de 2010

### *Encargos Regulatórios*

Os principais encargos do setor elétrico são:

- **CCC** – Conta de Consumo de Combustíveis: encargo para subsidiar a geração de energia elétrica que utiliza combustíveis fósseis nos sistemas isolados. A CCC é paga por todos os consumidores finais através da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST), caso o consumidor esteja conectado diretamente na rede básica ou através da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), caso o consumidor esteja conectado na sua distribuidora local. Consumidores que investem em autoprodução são isentos na parcela de sua geração própria. O montante da CCC a ser recolhido é definido anualmente *ex-ante* pela Eletrobrás.
- **CDE** – Conta de Desenvolvimento Energético: este encargo se destina a promover a geração eólica, PCH, gás e carvão; promover o programa de universalização da eletricidade; e subsidiar a tarifa para consumidores de baixa renda. Este encargo é pago por todos os consumidores através da TUST ou TUSD. Assim como a CCC, consumidores que investirem em autoprodução estão isentos na proporção de sua geração própria. A CDE é definida anualmente pela ANEEL.
- **CFURH** – Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos: é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).
- **ONS** – É uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa da ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradores, transmissoras e distribuidoras.
- **P&D** – Encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Geradores, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **PROINFA** – Como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo as fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST e TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.
- **RGR** – Reserva Global de Reversão: encargo setorial para compensar as reversas dos ativos no final do período de concessão assim como promover recursos para expansão dos serviços públicos de eletricidade. É pago por todas as concessionárias de serviço público.
- **TFSEE** – Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica: encargo setorial para cobrir os custos de atividade da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.
- **ESS** – Encargo de Serviço de Sistema: pago por todos os consumidores para cobrir os custos de redespatch (despacho fora da ordem de mérito) e serviços ancilares.
- **UBP** – Uso do Bem Público: corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

### *Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais*

Nos termos da redação do Decreto nº 6.460, editado em 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fonte eólica, biomassa ou PCHs, não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada – ICG.

Os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas.

São classificadas como ICGs, nos termos da Resolução nº 320 da ANEEL, as instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração. A conexão de nova central de geração ou concessionária ou permissionária de distribuição à ICG, para acesso à Rede Básica, será permitida mediante o pagamento de encargo e deverá ser precedida de Parecer de Acesso a ser emitido pelo ONS, de celebração de CCT, com proprietária das instalações e interveniência do ONS, CUST, com o ONS.

As centrais de geração e as concessionárias ou permissionárias de distribuição serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, de acordo com as regras de comercialização.

Em 12 de fevereiro de 2010 o MME publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 59, que define as diretrizes para que a ANEEL realize leilão para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante Outorga de Concessão de Instalações de Transmissão da Rede Básica do SIN e de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada.

Em 2010, a Aneel deverá realizar Chamada Pública exclusiva para empreendedores que comercializaram energia elétrica no Leilão LER de 2009, visando a subsidiar a definição das ICG que serão utilizadas pelos respectivos parques eólicos.

### *Mecanismo de Realocação de Energia*

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE é um mecanismo financeiro desenvolvido por um processo de cinco etapas, que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN. Tais etapas são detalhadas abaixo:

- (1) aferição se a produção total líquida de energia dentro do MRE alcança os níveis totais de energia assegurada dos membros do MRE como um todo;

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de energia assegurada, conforme determinados pelo ONS;
- (3) caso determinadas geradoras, participantes do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de energia assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de energia assegurada. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada “energia otimizada”, é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de uma mesma região e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de energia assegurada;
- (4) se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de energia assegurada (ou sua energia contratada, para aqueles membros do MRE que não tiverem contratado 100% de sua energia assegurada), e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada “energia secundária”, deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço CCEE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e
- (5) se, após a etapa (3) ou (4) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido o nível de energia assegurada total do MRE, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no PLD.

### ***Energia Otimizada***

As geradoras, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de energia assegurada são compensados por custos variáveis de O&M e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de energia assegurada devem pagar custos de O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de energia assegurada durante o mesmo período. Atualmente, a TEO paga pelas geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R\$8,51/MWh para todas as geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE (conforme determinado na Resolução Normativa da ANEEL n.º 926/2009).

### ***Aspectos Regulatórios***

#### ***Fundamentos Históricos***

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Elétrico, para revisar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Elétrico que introduziu a geração competitiva, com o valor da energia definido pelo mercado, a transmissão independente e de livre acesso, a comercialização determinou: (i) o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo “take or pay”, a preços e volumes aprovados pela ANEEL; (iii) a criação do ONS, uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do SIN; e (iv) o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram, um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da RTE, com vistas a ressarcir as distribuidores pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do PROINFA, visando a incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

O Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, o qual consiste no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de



## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Finalmente, em 15 de março de 2004, o governo promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, o qual disciplina a comercialização de energia, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

### *Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro*

#### ***Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE***

O CNPE é um órgão de assessoramento do Presidente da República, tem como atribuição principal a formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

#### ***Empresa de Pesquisa Energética – EPE***

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

#### ***Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE***

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

#### ***Ministério de Minas e Energia – MME***

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

#### ***Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL***

O setor de energia elétrica do Brasil é também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (ii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

#### ***Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS***

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

### ***Mercado Atacadista de Energia - MAE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE***

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

### ***Outras instituições: ANA, IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais***

A ANA é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais – a exemplo do Ingá – a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

O IBAMA é a agência ambiental ligada ao Ministério do Meio Ambiente e responsável pelo monitoramento e fiscalização ambiental em âmbito federal. O IBAMA é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em âmbito regional ou nacional – localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados, cujos impactos ultrapassem os limites territoriais do Brasil ou de um ou mais Estados.

Por fim, os órgãos e agências ambientais municipais são responsáveis pelo licenciamento das atividades que impliquem impacto ambiental local, e, nos demais casos, tem-se que os órgãos e agências ambientais estaduais detêm a competência para realizar o licenciamento ambiental – a exemplo do IMA, órgão ambiental licenciador no Estado da Bahia.

### ***Concessões***

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é normalmente de 35 anos para novas concessões de geração, e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes de geração poderão ser renovadas, a critério do Poder Concedente, por um período adicional de 20 anos.

Atualmente, a Companhia não está sujeita ao regime de concessão, já que opera apenas usinas eólicas e PCHs, ambas sujeitas ao regime de autorização, conforme descrito abaixo. No entanto, caso a Companhia decida investir em grandes projetos hidrelétricos no futuro, deverá obrigatoriamente se sujeitar ao regime das concessões de serviços públicos. Além disso, atualmente grande parte dos direitos e deveres dos concessionários de energia elétrica aplicam-se, ainda que de forma subsidiária, aos autorizatários de geração de energia elétrica.

### ***Autorizações***

As PCHs e as usinas eólicas atuam na modalidade de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE) ou autoprodutores de Energia Elétrica, estando sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações para exploração de PCHs e de usinas eólicas não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões. Autorizações para exploração de PCHs e de usinas eólicas são outorgadas a título gratuito. As PCHs

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ainda são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei 9.427/96).

Os titulares das autorizações para exploração de PCHs, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas que farão a conexão de nossas PCHs e de usinas eólicas aos sistemas de distribuição da concessionária local e, conseqüentemente, ao SIN.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações para exploração de parques eólicos são válidas por 35 anos e as autorizações para exploração de PCHs são válidas por 30 anos, ambas podendo ser prorrogadas à critério da ANEEL. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIE pode contratar livremente os preços (e não tarifas) de venda de energia elétrica, o que não seria possível se sua atividade econômica fosse regida pelas regras aplicáveis às concessionárias de serviços públicos.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77 e da Lei n.º 9.427, as PCHs e as usinas eólicas têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas.

Somos detentores de Autorizações outorgadas pela ANEEL para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos potenciais hidrelétricos denominados PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1 e PCH Colino 2, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

A ANEEL nos outorgará autorizações para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos 14 (quatorze) parques eólicos vencedores no primeiro leilão de energia dedicado exclusivamente para fontes eólicas, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

As autorizações perdem a sua validade quando do término do prazo fixado pela ANEEL. No entanto, a ANEEL poderá extinguir nossas autorizações antes do prazo fixado, se: (i) comercializarmos energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações; (ii) descumprirmos as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência; (iii) transferirmos à terceiros os bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL; (iv) não recolhermos a multa decorrente de penalidade imposta por infração; (v) solicitarmos o término antecipado; ou (vi) desativarmos a central geradora eólica ou das PCHs. Caso nossos termos de autorização sejam extintos pela ANEEL

Ao final do prazo de nossas autorizações, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados.

### *Penalidades*

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a doze meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, inclusive: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e (iii) mudanças no controle societário do detentor da autorização ou concessão. Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.

### *Término Antecipado das Autorizações*

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo Poder Concedente. No entanto, o Poder Concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;
  - descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;
  - transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;
  - não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;
  - descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração da central geradora eólica ou das PCHs;
  - solicitação das respectivas autorizadas; ou
  - desativação da central geradora eólica ou das PCHs.
- b) **política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs e a geração de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- **Licença Prévia:** solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- **Licença de Instalação:** autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- **Licença de Operação:** solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de EIA/RIMA. Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em Unidades de

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conservação, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

O processo de licenciamento de PCHs possui algumas especificidades definidas pela Resolução CONAMA nº. 279/01. De acordo com essa Resolução, os empreendimentos elétricos de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental. Desse modo, em lugar do EIA/RIMA, deve ser elaborado o RAS que, junto com o registro na ANEEL, será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$50,00 a R\$50 milhões. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de nossos empreendimentos.

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendimentos que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, devem ser registrados no CTF, perante o IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da TCFA. Nossas atividades estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Em atendimento à Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, investimos na criação e gestão de Unidades de Conservação como forma de compensar os impactos causados pela implantação e operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

Para viabilizar a implantação e gestão destas, elaboramos o Programa de Implantação e Consolidação de Unidades de Conservação e estimamos dispensar o montante de R\$0,9 milhões.

### **Uso de Recursos Hídricos**

A utilização de recursos hídricos para as finalidades de (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água, depende de prévia autorização do órgão ambiental competente.

Todas as PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata possuem outorga de utilização de recursos hídricos, expedidas pela SRH, válidas até junho de 2010, autorizando a construção das barragens de nossos empreendimentos.

#### *Reserva de disponibilidade hídrica*

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto às secretarias estaduais de recursos hídricos ou no caso de lagos e rios sob domínio federal, junto à ANA. A sua obtenção é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCH.

### **Proteção da Flora**

A implantação de determinados empreendimentos, como PCHs, podem prescindir de supressão de APP. As APP compreendem as florestas e demais formas de vegetação que, por determinação legal, não podem ser removidas em razão da sua localização. A proteção das APP tem por objetivo preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora, e proteger o solo e o bem estar da população humana.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O Código Florestal determina também que as florestas e outras formas de vegetação nativa, apenas são suscetíveis de supressão, se mantida, a título de Reserva Legal, uma porcentagem mínima da vegetação local de cada propriedade rural.

Nossos empreendimentos já instalados não estão localizados próximos à Unidades de Conservação. Não obstante, o Código Florestal Brasileiro determina que algumas áreas, como as margens de rios e os topos de morros, são consideradas Áreas de Preservação Permanente, onde as intervenções somente são permitidas em casos especiais, como de utilidade pública ou interesse social. Em casos excepcionais, é exigida uma autorização prévia de intervenção por parte da autoridade ambiental competente.

Para a instalação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, a supressão em Áreas de Preservação Permanente realizada foi devidamente autorizada pelo IBAMA. Todavia devemos revegetar uma área total de 143 ha de Áreas de Preservação Permanente, referentes às PCHs Cachoeira da Lixa, até 2012, e Colino I e II, até 2013. O custo envolvido é de aproximadamente R\$800,8 mil.

Igualmente, a localização das áreas mantidas a título de Reserva Legal nas propriedades em que se encontram as PCHs Cachoeira da Lixa e Colino 1 foram devidamente aprovadas pela SEMA. Com relação à Colino 2, a verbação de Reserva Legal está em fase de regularização. Caso o órgão ambiental competente, em consonância com a legislação ambiental vigente, entenda pela possibilidade de considerar Áreas de Preservação Permanente no cômputo do percentual de Reserva Legal, não haverá nenhum custo significativo adicional.

### **Responsabilidade Ambiental**

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

#### *Administrativa*

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.686 de 10 de dezembro de 2008 e Lei nº 7.029, de 11 de dezembro de 2009. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

#### *Cível*

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais co-responsáveis.

Conseqüentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

#### *Criminal*

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa, (ii) restritiva de direitos e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

O diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, à penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

### Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado MDL, descrito no art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar RCEs em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de Gases de Efeito Estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Importante ressaltar que, especificamente com relação aos projetos referentes à PCHs, o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PROINFA serão de titularidade da Eletrobrás.

### Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com a IFC, subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais se estabeleceu parâmetros sócioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por 68 instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições sócio-ambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle sócio-ambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os Princípios do Equador assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Inicialmente, tais princípios eram aplicados a projetos de valor igual ou superior a US\$50 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$10 milhões.

Adotamos em nossas atividades os elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador, inclusive em virtude da participação em nosso capital do InfraBrasil, fundo de *private equity* administrado pelo Santander. Esse é um relevante indicativo de nosso respeito ao meio ambiente e do cumprimento de normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### *Gerenciamento Ambiental da Companhia*

Nossas atividades estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente.

Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental de forma concorrente. A legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os Municípios, por sua vez, têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local.

### **Licenciamento Ambiental**

Possuímos 3 PCHs instaladas na Bacia do rio Jucuruçu, localizada no Estado da Bahia. A PCH Cachoeira da Lixa, localizada nos municípios de Itamaraju e Jucuruçu, e as PCHs Colino 1 e Colino 2, localizadas nos municípios de Vereda e Jacuruçu, possuem Licença de Operação válida, devidamente concedida pelo órgão ambiental do Estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente - IMA.

No âmbito do processo de licenciamento esses empreendimentos foram objeto de EIA/RIMA. Neste concluiu-se que a localidade em que foram instaladas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 é caracterizada pela (i) baixa riqueza de espécies da flora e fauna; (ii) ausência de atividade minerária; (iii) ausência de fontes poluidoras; (iv) existência de barreiras naturais à atividade migratória da ictiofauna; e (v) reduzido número de propriedades e benfeitorias vizinhas.

Além disso, outras 6 PCHs, quais sejam as PCHs Juracitaba, Mascote, Santa Clara Jusante, Pedras, Cachoeira Grande e Vereda, também localizadas no Estado da Bahia, já iniciaram os respectivos processos de licenciamento junto ao órgão estadual ambiental competente, a fim de obterem a Licença Prévia (que no Estado da Bahia é denominada de Licença de Localização – LL) para os empreendimentos. Destas já foram concedidas as Licenças de Localização para as PCHs Juracitaba e Santa Clara Jusante, estando o licenciamento dos demais empreendimentos sob análise no IMA.

Possuímos dois empreendimentos em estágio avançado de licenciamento no Estado de Minas Gerais – PCHs Eixo B3 e Figueirinha 2, ambos de competência do órgão estadual. Com relação a estes empreendimentos, de acordo com a legislação estadual, a pedido do interessado e mediante avaliação do órgão ambiental, é possível a emissão da Licença Prévia e a Licença de Instalação concomitantemente.

No âmbito da competência federal, sob a responsabilidade do IBAMA, possuímos um empreendimento em licenciamento, a PCH Taquarizinho, situada na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os estudos ambientais estão sendo realizados, de acordo com o Termo de Referência expedido pelo IBAMA.

Já possuímos Licença Prévia para 40 parques eólicos, totalizando 1.017,0 MW de capacidade projetada, todos situados no Estado da Bahia. Atualmente, estamos em fase de elaboração dos programas ambientais para a obtenção das Licenças de Instalação. De acordo com o cronograma para implementação dos empreendimentos, o início das obras está previsto para o terceiro trimestre de 2010.

Estamos também em fase de elaboração de EIA/RIMA para a implantação de 13 PCHs no Estado do Tocantins, de acordo com o Termo de Referência expedido pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

Executamos ainda atividades relacionadas com a transmissão de energia por meio da operação da linha de transmissão de LT 138 KV. No entanto, a atividade de operação da LT não está inclusa entre aquelas sujeitas ao licenciamento ambiental no Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual 11.235/08 e a Resolução CEPRAM 3925/09.

### **Gerenciamento Ambiental**



## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Realizamos um constante trabalho de monitoramento ambiental e adotamos uma série de medidas de prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais decorrentes de nossas atividades.

Estamos em fase de desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para os empreendimentos do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata. O SGA visa implantar a nossa Política Ambiental por meio do atendimento às normas, procedimentos e requisitos para obtenção no futuro da NBR ISO 14001.

Assumimos o compromisso de melhoria contínua de nosso desempenho ambiental por meio do atendimento à legislação ambiental aplicável e do estabelecimento de objetivos e metas. Nesse sentido, nossa Política Ambiental tem como diretrizes:

- respeito e cumprimento à legislação ambiental vigente;
- utilização de técnicas que compatibilizem ganhos de qualidade e produtividade com o uso racional dos recursos naturais;
- sistema de gerenciamento ambiental estruturado para avaliar e controlar as atividades que causam impactos considerados significativos, estabelecer objetivos e metas, executar auditorias internas, efetuar análises críticas e revisões periódicas, visando a prevenção da poluição e a melhoria contínua; e
- transparência de suas atividades e ações.

Nossos objetivos e metas ambientais, por sua vez, são:

- programas institucionais de educação ambiental;
- prevenção de acidentes e capacitação para combate à situação de emergência;
- redução de impactos por geração / disposição de resíduos sólidos;
- redução de impacto / alteração nos corpos hídricos; e
- redução de impactos de geração e consumo de energia elétrica.

Executamos ainda um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, nos termos definidos pelo órgão ambiental competente, e um Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio arqueológico, histórico e cultural das áreas de influência das PCHs instaladas.

Por fim, vale ressaltar que obtivemos também a aprovação do IMA para implantar um Programa de Monitoramento Sedimentológico, por meio do qual adotaremos medidas para evitar o desenvolvimento de processos erosivos que culminem com o assoreamento dos rios nos quais estão instalados nossos empreendimentos. São realizados, ainda, vários outros programas de controle ambiental, a exemplo do Monitoramento do Ecossistema Aquático, de Controle de Espécies Exóticas, e da Fauna, além de Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social voltados às comunidades próximas aos nossos empreendimentos.

### Créditos de Carbono

Nossas 3 PCHs em operação fazem parte do PROINFA. De acordo com o Decreto nº 5.882/2006, eventuais créditos de carbono obtidos serão de titularidade da Eletrobrás, de modo que não adotamos providências para obtenção de tais créditos.

Não obstante, conforme a Portaria MME nº 52, de 10 de fevereiro de 2009, nossos projetos vencedores do Leilão LER 2009 estão livres para serem certificados e se beneficiar dos créditos de carbono oriundo dos contratos a serem celebrados em decorrência, de forma que, como parte de nossa estratégia, pretendemos certificar os créditos de carbono destes e de futuros projetos, no âmbito do Protocolo de Kyoto, de forma a adicionar essa receita ao nosso resultado.

Em 11 de agosto de 2009, enviamos cartas a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e ao Secretariado do United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), seguindo as diretrizes estabelecidas no anexo 61 do relatório da 48ª reunião do

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conselho Executivo da UNFCC, “Orientação sobre a demonstração e avaliação prévia do MDL”, para 7 parques eólicos que somam 1,5 MW de potência instalada, os quais iniciamos o processo de cadastramento junto a EPE para o LER 2009, e dentre os quais estão incluídos os 14 parques vencedores do certame. Em 1º de setembro de 2009, a UNFCCC publicou em seu *website* o registro de tais empreendimentos.

Em 14 de junho de 2010, enviamos novas cartas agrupando os 14 parques eólicos vencedores do LER 2009 em duas áreas geográficas e atualmente estamos trabalhando na elaboração dos Relatórios de Concepção de Projetos para posterior registro junto aos órgãos competentes das Nações Unidas.

### ***Política de Sustentabilidade e Meio-ambiente***

Desenvolvemos nossas atividades objetivando assegurar sustentabilidade a longo prazo, pois entendemos que esse é um dos pilares centrais para o bom curso de nossos negócios. Assim, buscamos conscientizar nossos colaboradores, fornecedores e comunidades nas quais atuamos no sentido de preservar o meio-ambiente e utilizar racionalmente os recursos naturais. A geração de energia por usinas eólicas e PCHs é uma geração limpa, que reduz a dependência de consumo de combustíveis fósseis, sendo possível emitir créditos de carbono, que são Certificados emitidos por entidade internacional credenciada ao verificar-se a efetiva contribuição do projeto para a redução de emissão de gases do efeito estufa em consonância com a nova Política Nacional de Mudanças Climáticas e com as determinações da ONU.

Nossa política de sustentabilidade busca, portanto: (i) privilegiar, sempre que possível, o aproveitamento e a capacitação profissional de mão de obra dos locais onde nossos empreendimentos serão desenvolvidos, com a criação de empregos e geração de renda; (ii) buscar a redução contínua do impacto ambiental de nossas atividades; (iii) prevenir acidentes; e (iv) melhorar nossas relações com as entidades fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas. Nossa política prevê, ainda, a utilização dos recursos advindos da comercialização de CERs emitidos por nossos empreendimentos, para apoiar atividades de cunho social, ambiental e cultural nas comunidades onde esses CERs forem gerados.

A abordagem socioambiental é intrínseca ao nosso negócio, seja pela natureza e opção de negócio em geração de energia renovável, pela visão do componente de inovação e de diferenciação de mercado, pela composição do time de profissionais com formação e experiência específicas na área socioambiental ou pela existência de programas ambientais nas regiões onde são implantados os empreendimentos.

Grande parte de nossos empreendimentos em estudo ou em desenvolvimento situa-se em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que maximiza os impactos positivos de nossa atividade, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como viabilizando investimentos em infraestrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criando uma boa receptividade para a nossa atividade por parte das comunidades envolvidas e poder público nas nossas áreas de atuação. Além disso, pretendemos desenvolver continuamente nosso modelo de gestão ambiental, que busca reduzir o impacto ambiental de nossas atividades, inclusive com prevenção de acidentes e melhoria nas nossas relações com entidades públicas fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas.

Entendemos que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a sua integração nos processos da organização são de extrema relevância para o sucesso de nossos negócios. Essa estratégia de sustentabilidade permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimentos privilegie empresas que buscam inserir nos novos negócios a sustentabilidade e a responsabilidade sócio-ambiental, reduzindo riscos de incorrer em custos não previstos e/ou atrasos na execução do Plano de Negócios, mantendo bom relacionamento com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Essa postura permite, ainda, que nos consolidemos como referência em sustentabilidade no mercado, garantindo que a liderança e a equipe da organização estejam altamente alinhadas e motivadas com o tema.

### ***Responsabilidade Social***

Consideramos que a ética, a transparência e a responsabilidade são a chave para a condução de nossos negócios junto às comunidades onde nossos empreendimentos estão localizados.

Deste modo, enfatizamos a importância de nossas relações com entidades governamentais e com as comunidades onde operamos ou planejamos operar possibilitando uma atuação de “cidadania empresarial” positiva. Essa cidadania empresarial inclui o respeito pelo meio-ambiente e pelas pessoas nas áreas abrangidas pelos nossos atuais e futuros projetos. Esperamos, desse modo, que os nossos projetos de geração de energia elétrica possibilitem uma melhoria na qualidade de vida nessas regiões,

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

gerando mais empregos e desenvolvendo novas atividades econômicas em harmonia com o meio ambiente.

**c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia não depende de nenhuma patente, marca, licença, concessão, franquia ou contrato de royalties relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

**INFORMAÇÕES ACERCA DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES: (A) RECEITA PROVENIENTE DOS CLIENTES ATRIBUÍDOS AO PAÍS SEDE DA COMPANHIA E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA; (B) RECEITA PROVENIENTE DOS CLIENTES ATRIBUÍDOS A CADA PAÍS ESTRANGEIRO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA; (C) RECEITA TOTAL PROVENIENTE DE PAÍSES ESTRANGEIROS E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA.**

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

**REGULAÇÃO DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES E INFLUÊNCIA NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA:**

Não aplicável.

## 7.8 - Relações de longo prazo relevantes

### **OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA QUE NÃO FIGUREM EM OUTRA PARTE NESTE FORMULÁRIO:**

A Companhia tem relacionamento de longo prazo com Banco do Nordeste Brasileiro e Banco Santander (Brasil) S.A. (sucessor, por incorporação, do Banco ABN Amro Real S.A.), os quais financiaram parte relevante dos recursos necessários para a construção das nossas três PCHs em operação.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### GRUPO ECONÔMICO DA COMPANHIA

#### a) controladores diretos e indiretos e d) participações de sociedades do grupo na Companhia

Nosso capital social é composto por 140.763.600 ações, sendo 93.033.067 ações ordinárias e 47.730.533 ações preferenciais. Na data da realização da nossa última Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04 de outubro de 2010, nossa composição acionária era a seguinte:

	Ações ON		Ações PN		Capital Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	%
RR Participações	72.089.212,00	77,49%	5.844.034,00	12,24%	55,36%
Membros do Conselho de Administração	17.170,00	0,02%	33.332,00	0,07%	0,04%
Outros	20.926.685,00	22,49%	41.853.167,00	87,69%	44,60%
Total	93.033.067,00	100%	47.730.533,00	100%	

#### Outros Contratos entre Acionistas

Em 24 de maio de 2010, a RR Participações celebrou com o InfraBrasil o *Contrato de Permuta de Ações*, por meio do qual estabeleceram os termos e condições aplicáveis à permuta de 7.714.888 ações ordinárias, de propriedade da RR Participações, por 7.714.888 ações preferenciais, de propriedade do InfraBrasil. Após a permuta (i) a RR Participações passou a ser detentora de 71.539.468 ações ordinárias e 2.127.732 ações preferenciais da Companhia; e (ii) o InfraBrasil passou a ser detentor de 11.651.467 ações ordinárias e 23.302.933 ações preferenciais da Companhia.

#### RR Participações

Nosso acionista controlador direto é a RR Participações, uma sociedade de participação (*holding*) não operacional, a qual detém, atualmente, 67,8% do nosso capital social e, após a oferta pública de units (sem considerar o exercício integral da opção de lote suplementar e sem considerar a colocação das units adicionais), deterá 53,1% de nosso capital social e 76,5% de nosso capital votante. Após a oferta pública de units, nosso único acionista controlador direto continuará sendo a RR Participações, cujos acionistas encontram-se indicados no quadro abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	
	Ações Ordinárias	(%)
Ricardo Lopes Delneri	2.822.788	65
Renato do Amaral Figueiredo	1.519.957	35
<b>Total</b>	<b>4.342.735</b>	<b>100</b>

<sup>†</sup> A totalidade do capital social da RR Participações é detida por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, na proporção, respectivamente, de 65% e 35%.



## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

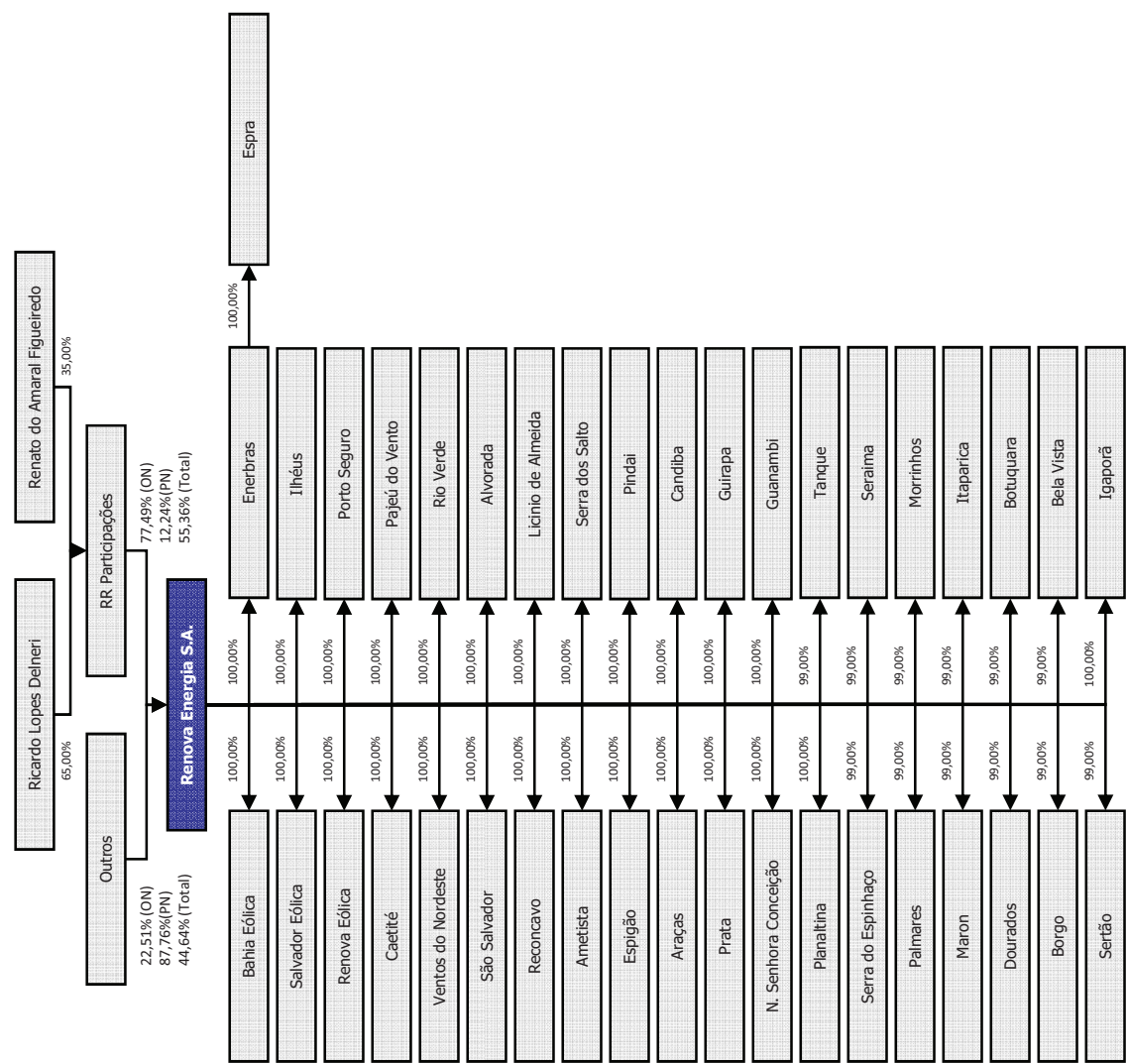
### b) controladas e coligadas, c) participações da Companhia em sociedades do grupo e e) sociedades sob controle comum

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em sociedade do grupo			
		31.03.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	Controlada	100%	100%	100%	100%
Energética Serra da Prata S.A.	Controlada	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%
Bahia Eólica Participações S.A.	Controlada	100%	100%	-	-
Salvador Eólica Participações S.A.	Controlada	100%	100%	-	-
Renova Eólica Participações S.A.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Reconcavo Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Araças Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas N. Senhora Conceição Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Serra dos Salto Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Pindai Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Guirapa Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	Controlada	100%	99%	-	-
Centrais Elétricas Tanque Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Sertão Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Seraima Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Palmares Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Morrinhos Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Maron Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Dourados Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Borgo Ltda.*	Controlada	-	-	-	-
Centrais Elétricas Bela Vista Ltda.*	Controlada	-	-	-	-

\* Essas sociedades foram constituídas após 31 de março de 2010 e a participação da Companhia no capital social de cada uma delas é de 99%.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma



### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Data da operação</b>	<b>29/01/2010</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Constituição de nova empresa
<b>Descrição da operação</b>	<p>Em 2009, constituímos as holdings Bahia Eólica, Salvador Eólica e Renova Eólica, bem como as SPEs Caetitê, Ventos do Nordeste, São Salvador, Reconcavo, Ametista, Espigão, Araças, Prata, N. Senhora Conceição, Planaltina, Igaporã,</p> <p>Em 2010, constituímos as seguintes SPEs: Tanque, Sertão, Serra do Espinhaço, Seraima, Palmares, Morrinhos, Maron, Itaparica, Dourados, Botuquara, Borgo e Bela Vista. Ilhéus, Porto Seguro, Pajéu do Vendo, Rio Verde, Alvorada, Licínio de Almeida, Serra dos Saltos, Pindaí, Candiba, Guirapá e Guanambi, exclusivamente com vistas à participação no Leilão LER 2009.</p>
<b>Data da operação</b>	<b>15/01/2010</b>
<b>Evento societário</b>	Incorporação
<b>Descrição da operação</b>	<p>Em 15 de janeiro de 2010, a Hourtin Holdings foi incorporada pela Companhia, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data, de forma que o InfraBrasil passou a deter participação direta em nosso capital social.</p>
<b>Data da operação</b>	<b>29/09/2009</b>
<b>Evento societário</b>	Incorporação
<b>Descrição da operação</b>	<p>Em 29 de maio de 2009, o InfraBrasil, então detentor da totalidade das Debêntures da Enerbras, conferiu as referidas debêntures em aumento de capital da Hourtin Holdings, sociedade integralmente detida pelo InfraBrasil.</p> <p>Em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada também em 29 de maio de 2009, a Hourtin Holdings aumentou nosso capital social, tendo integralizando as novas ações emitidas (i) mediante a conferência da totalidade das Debêntures da Enerbras; e (ii) um aporte em dinheiro, tudo nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data. Dessa forma, a Renova passou a deter a totalidade das Debêntures da Enerbras.</p> <p>Na mesma Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, foi também aprovada a incorporação da RRI Participações (nossa antiga controladora direta) pela Companhia, também objeto do Fato Relevante divulgado em 29 de maio de 2009. Dessa forma, após o referido aumento de capital e a incorporação da RRI Participações pela Companhia, a Companhia passou a ter como principais acionistas a RR Participações (controlada por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo), detentora de 67,82% de nosso capital social, e a Hourtin Holdings (controlada pelo InfraBrasil), detentora de 32,18% de nosso capital social. Ainda em 29 de maio de 2009, a Renova, então detentora da totalidade das Debêntures da Enerbras, capitalizou o crédito referente ao principal e juros da totalidade das Debêntures da Enerbras, com o consequente cancelamento das Debêntures da Enerbras.</p>

## **8.4 - Outras informações relevantes**

**FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

### **BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA:**

#### **a) ativos imobilizados (inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a localização)**

Possuímos 3 PCHs já instaladas no Estado da Bahia, que são compostas por casa de força e barragem, e que compartilham uma subestação elevatória. A casa de máquinas de tais PCHs compreende todos os equipamentos mecânicos, incluindo as turbinas, bem como os equipamentos de natureza elétrica, tais como o grupo gerador e o transformador, dentre outros.

Nós adquirimos as terras que foram alagadas em decorrência da instalação das nossas 3 PCHs e as áreas utilizadas para reservatório. Esses ativos possuem vida útil prolongada e não demandam investimentos adicionais, além da sua manutenção. As nossas 3 PCHs instaladas possuem licença ambiental de operação, concedida pelo IMA do Estado da Bahia.

Temos contratos vigentes com proprietários de imóveis em áreas a serem inundadas em virtude da instalação de algumas PCHs de nosso portfólio, por meio dos quais nos foram outorgadas opções para a aquisição desses imóveis na hipótese de efetivo desenvolvimento dessas PCHs.

Somos parte em contratos de arrendamento que compreendem a totalidade das terras necessárias para a instalação de nossos Parques Eólicos em Implementação, representando uma área aproximada de 13.500 hectares. Tais contratos, somados, representarão um custo médio anual será de, aproximadamente, R\$500 mil, reajustados pelo IGPM.

#### **b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia: (i) duração; (ii) território atingido; (iii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; e (iv) possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.**

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares, perante o INPI, do pedido de registro nº 828990018 para a marca “Renova Energia”. Acreditamos que não teremos problemas em obter o registro definitivo da marca “Renova Energia” em razão de (i) “Renova” ser o nosso nome comercial e razão social; e (ii) não termos recebido nenhuma oposição de terceiros ao registro desta marca até o momento. Não obstante, consignamos que um eventual e hipotético indeferimento do registro da marca “Renova Energia”, embora pouco provável, não ocasionará efeitos adversos em nossas atividades.

Em adição, a marca “Enerbras” encontra-se registrada perante o INPI sob o nº 825595843. Porém, referida marca encontra-se em fase de análise pelo INPI face à apresentação do Pedido de Nulidade Administrativa interposto pela sociedade Enerbras Materiais Elétricos Ltda., que alega o uso anterior da marca. Apresentamos manifestação ao Pedido de Nulidade Administrativa, tempestivamente, em 14.01.2009, e desde então não houve qualquer movimento com relação a este assunto. Acreditamos que não teremos problemas em obter o registro desta marca em razão (i) de “Enerbras” ser o nome comercial e razão social de uma das controladas da Companhia; e (ii) da distinção das classes do registro concedido a empresa Enerbras Materiais Elétricos Ltda. e do registro pleiteado por nossa controlada. Não obstante, consignamos que um eventual e hipotético indeferimento do registro da marca acima descrita, embora pouco provável, não ocasionará efeitos adversos em nossas atividades.

Também implementamos uma política de proteção de marcas de nossa titularidade, realizando o controle dos pedidos de registro de marcas depositados por terceiros, de maneira a assegurar nossos direitos e interesses. Nesses casos, tomamos as providências cabíveis junto ao INPI para proteger nossas marcas, de maneira a não prejudicar as nossas atividades.

Adicionalmente, nós e nossas controladas possuímos domínios registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, sendo eles: (i) [renovaenergia.com.br](http://renovaenergia.com.br), com prazo de vigência até janeiro de 2012; (ii) [enerbrasce.com.br](http://enerbrasce.com.br), com prazo de vigência até setembro de 2010; e (iii) [renovaftp.com.br](http://renovaftp.com.br), com prazo de

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

vigência até abril de 2011. Ressaltamos que os titulares de pedidos de marcas ou marcas registradas com nomes correlatos têm preferência no registro dos domínios, razão pela qual acreditamos que não teremos problemas para renová-los no futuro, consignando que eventual indeferimento do registro de algum domínio não trará efeitos adversos para nossas operações.

- c) **sociedades em que a Companhia tem participação: (i) denominação social; (ii) sede; (iii) atividades desenvolvidas; (iv) participação do emissor; (v) se a sociedade é controlada ou coligada; (vi) se possui registro na CVM; (vii) valor contábil da participação; (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários; (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil; (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados; (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais; e (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação.**

A Companhia tem participação na Enerbras Centrais Elétricas S.A., que por sua vez tem participação na Energética Serra da Prata S.A., que é a companhia proprietária das nossas três PCHs em operação.

Ainda, a Companhia tem participação em 34 sociedades de propósito específico (SPEs), nas quais serão aportados os projetos eólicos em desenvolvimento e implementação, incluindo os 14 parques eólicos vencedores no Leilão LER 2009.

A tabela abaixo apresenta nossas subsidiárias:

Denominação Social	Participação da Companhia				Valor Contábil da Participação (em R\$)	Dividendos				Razão para manutenção de tal participação
	2010	2009	2008	2007		2010	2009	2008	2007	
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	100%	100%	100%	100%	74,358 milhões	-	-	-	-	N/A
Energética Serra da Prata S.A.	99%	99%	99%	99%						
Bahia Eólica Participações S.A.	100%	100%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Salvador Eólica Participações S.A.	100%	100%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Renova Eólica Participações S.A.	100%	100%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Reconcavo Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Araças Ltda.	100%	99%	0	0	219,4 mil	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas N. Senhora Conceição Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Denominação Social	Participação da Companhia				Valor Contábil da Participação (em R\$)	Dividendos				Razão para manutenção de tal participação
	2010	2009	2008	2007		2010	2009	2008	2007	
Planaltina Ltda.										
Centrais Eólicas Igaporá Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Serra dos Saltos Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Pindai Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Guirapa Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	100%	99%	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Tanque Ltda. *	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Sertão Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Seraima Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Palmares Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Morrinhos Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Maron Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Dourados Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Borgo Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A
Centrais Elétricas Bela Vista Ltda.*	0	0	0	0	100,00	-	-	-	-	N/A

\* Essas sociedades foram constituídas após 31 de março de 2010 e a participação da Companhia no capital social de cada uma delas é de 99%.

Todas as sociedades indicadas na tabela acima são nossas controladas, estabelecidas no município de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Paulo VI, 1.498, Pituba, sendo que possuem por objeto social o

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

*“desenvolvimento, implementação, operação e exploração de usinas elétricas oriundas de fonte de energia eólica, bem como comercialização da energia elétrica produzida”.*

Até 31 de março de 2010, nenhuma das referidas sociedades obteve ou solicitou registro de companhia aberta perante a CVM. Tampouco existe (i) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários; (ii) valorização ou desvalorização de tal participação nos últimos 3 exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, de acordo com o valor contábil.



9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
3 PCHs	Brasil	BA	Vereda	Arrendada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Renova Energia	Brasil	definitivo	N/A	N/A
Marcas	Enerbrás	Brasil	definitivo	N/A	N/A

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Bahia Eólica Participações S.A.	11.183.629/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	11.349.807/0001-50	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	11.201.885/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	219.400,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	11.201.767/0001-03	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	219.400,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2007	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	11.349.756/0001-67	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2009	100,00	
31/12/2008	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2007	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	11.366.231/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2009	100,00	
31/12/2008	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2007	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	11.201.833/0001-37	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2009	219.400,00	
31/12/2008	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2007	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	11.197.321/0001-44	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil 31/12/2009	219.400,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	11.350.499/0001-83	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil 31/12/2009	100,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	11.345.796/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil 31/12/2009	100,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Igaporá Ltda.	11.366.011/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil 31/12/2009	100,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	11.366.468/0001-10	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	11.349.904/0001-43	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	11.371.340/0001-45	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Pajeu do Vento Ltda.	11.365.985/0001-75	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Pindai Ltda.	11.350.542/0001-00	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	11.363.327/0001-44	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	11.366.056/0001-80	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Centrais Eólicas Recôncavo Ltda.	11.201.797/0001-01	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	219.400,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	11.350.476/0001-79	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	11.197.380/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	219.400,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	11.349.836/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor contábil	31/12/2009	100,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						



9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2007	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	11.204.086/0001-90	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor mercado				
				Valor contábil	31/12/2009	219.400,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	04.287.373/0001-46	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor mercado				
				Valor contábil	31/12/2009	74.358.000,00		
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Elétrica								
Energética Serra da Prata S.A.	05.982.449/0001-16	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Elétrica	99,000000
31/12/2009	0,000000	0,000000		Valor mercado				
				Valor contábil				
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Elétrica								
Renova Eólica Participações S.A	11.289.590/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		31/12/2009	100,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								
Salvador Eólica Participações S.A	11.283.084/0001-34	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de Energia Eólica	100,000000
Valor mercado								
31/12/2009	0,000000	0,000000		31/12/2009	100,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000						
31/12/2007	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de Energia Eólica								

## 9.2 - Outras informações relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Nosso processo de desenvolvimento de um projeto de geração de energia inicia-se com a identificação de um potencial energético, que, a partir de então, passa a ser avaliado de acordo com nossos critérios de seleção, que incluem a análise da viabilidade técnica, sócio-ambiental e econômico-financeira do respectivo projeto, bem como a avaliação de concorrência por meio de consultas ao banco de dados da ANEEL e avaliações de campo.

As fases de implementação desses projetos, divididos entre projetos de geração por meio de parques eólicos e PCHs, estão descritas a seguir.

#### *Fases de Implementação de Projetos de Geração Eólica*

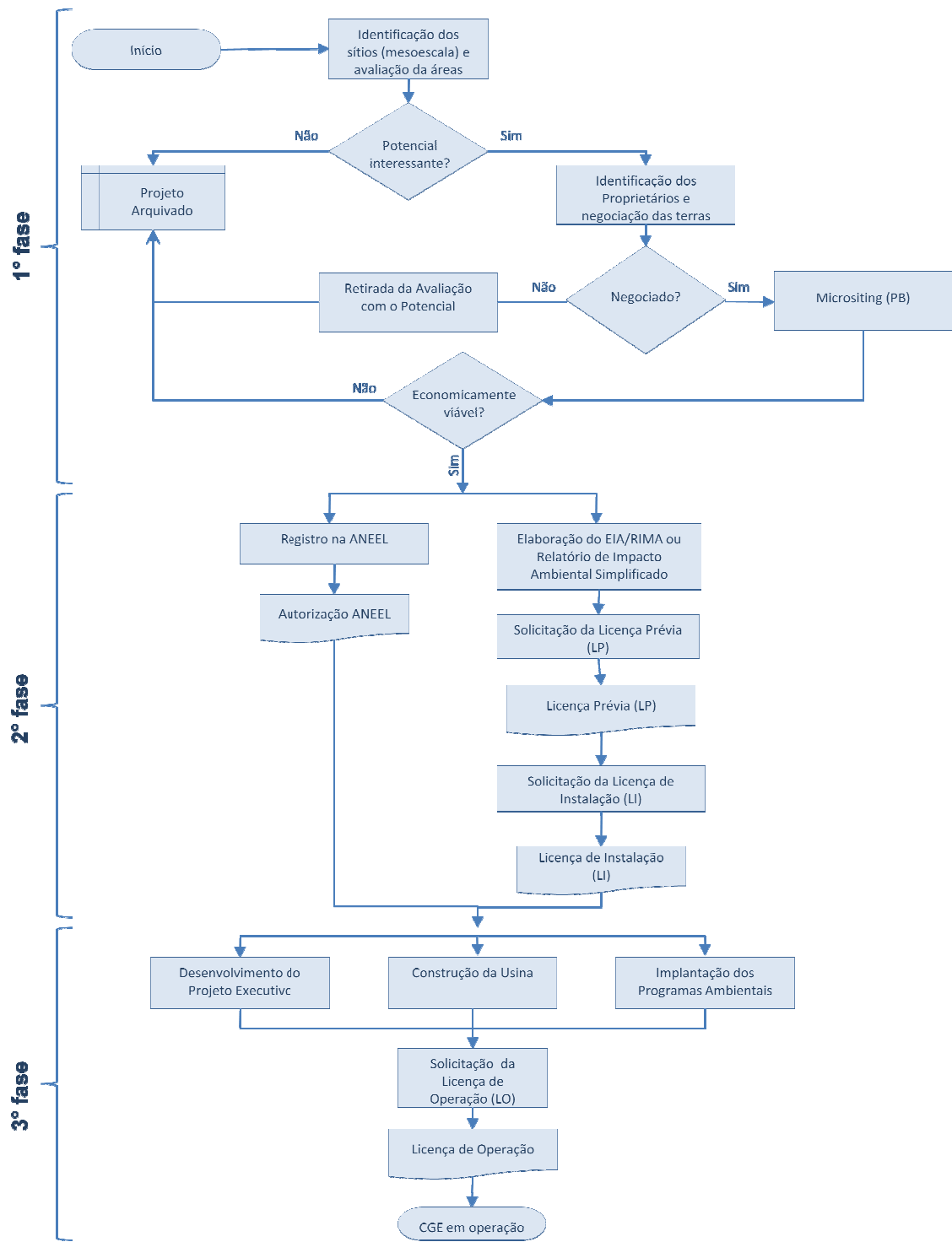
Iniciamos nossos projetos de usinas eólicas por meio da identificação dos sítios, utilizando modelos de computacionais de mesoscala, e avaliação das áreas com potencial energético que nos interesse. Sendo encontradas áreas com potencial energético, passamos à identificação e negociação do acesso às terras, o que nos permitirá realizar o microposicionamento dos aerogedores e configurar o potencial parque eólico (*Micrositing*).

Após realizarmos o *Micrositing* e concluirmos pela viabilidade econômica do projeto, dividimos nossos esforços em duas frentes de trabalho: (i) a primeira concentrada no registro do processo junto à ANEEL, para que esta outorgue a autorização necessária; e (ii) a segunda focada no licenciamento ambiental, para o qual elaboramos o estudo ambiental adequado (EIA-RIMA ou estudo de impacto ambiental simplificado, conforme exigência do órgão), passando, em seguida, pelas fases de obtenção de Licença Prévia (ou Licença de Localização, como é denominada a Licença Prévia no Estado da Bahia) e Licença de Instalação.

Concluídos esses trabalhos, iniciam-se simultaneamente (i) a construção da usina; (ii) o desenvolvimento de nosso projeto executivo; e (iii) a implantação de nossos programas ambientais, que, após concessão da Licença de Operação, culminam com o início da operação do parque eólico.

Para facilitar o entendimento, indicamos no fluxograma abaixo as fases de desenvolvimento e implementação de usinas eólicas:

9.2 - Outras informações relevantes



Nosso portfólio de projetos eólicos com PPA ou registro na ANEEL totaliza uma potencial capacidade instalada de 946,5 MW. A tabela abaixo descreve a fase de implantação dos projetos eólicos já submetidos à ANEEL:

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
1	Recôncavo	30	48500.004245/2008-67	Desp. 2411/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
2	Santana	30	48500.004246/2008-10	Desp. 2412/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a

## 9.2 - Outras informações relevantes

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
				implantação de central geradora eólica.
3	Diamantina	22,5	48500.004247/2008-56	Desp. 2413/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
4	Sertão	6	48500.004241/2008-89	Desp. 2414/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
5	Lençóis	30	48500.004239/2008-18	Desp. 2415/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
				Desp. 2416 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
				Desp. 4732/09 - altera desp. 2416/08, de forma a registrar nova capacidade instalada que passa a ser 15.000 kW.
6	Serra do Salto	15	48500.004197/2008-15	Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009
				Port.548/10- Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Serra do Salto, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI
				Port 689/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica
				Desp. 2417/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
				Desp. 4733/09 – altera o desp. 2417/08, de forma a registrar a nova capacidade instalada que passa a ser 16.500 kW
				Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009
7	Guanambi	16,5	48500.004205/2008-15	Port 530/10 - Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Guanambi, de, no Regime Especial de Incentivos para o desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI,
				Ato Declaratório 37/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.
				Port 700/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Guanambi Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica
				Desp. 2418/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
				Desp. 4728/09 – altera desp. 2418/08, de forma a registrar a nova capacidade instalada que passa a ser 27.000 kW.
				Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009
8	Guirapá	27	48500.004196/2008-62	Port.520/10 Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Guirapá, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI
				Ato Declaratório 39/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.

## 9.2 - Outras informações relevantes

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
9	Licínio de Almeida	22,5	48500.004200/2008-92	<p>Port 743/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Guirapá Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica</p> <p>Desp. 2419/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 4729/09 - altera desp. 2419/08, de forma a registrar a nova capacidade instalada que passa a ser 22.500 kW.</p> <p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.550/10 - Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Licínio de Almeida, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI</p> <p>Ato Declaratório 33/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.</p> <p>Port 692/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Licinio de Almeida Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica.</p> <p>Desp. 2420/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 4730/09 - altera desp. 2420/08, de forma a registrar nova capacidade instalada que passa a ser 9.000 kW.</p> <p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.714/10 - Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Candiba, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI</p> <p>Port 691/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Candiba Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica</p> <p>Desp. 2421/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.516/10 Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Pindaí, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme condições em Anexo.</p> <p>Ato Declaratório 34/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.</p> <p>Port 699/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Pindaí Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica</p> <p>Desp. 2422/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 2423/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 4724/09 - altera despacho 2423/08 de forma a registrar a nova capacidade instalada que passa a ser 7.500 kW.</p>
10	Candiba	9	48500.004199/2008-04	
11	Pindaí	22,5	48500.004201/2008-37	
12	Itaparica	30	48500.004219/2008-39	
13	Alvorada	7.5	48500.004210/2008-28	

## 9.2 - Outras informações relevantes

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
14	Da Prata	19,5	48500.004234/2008-87	<p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.558/10 - Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Alvorada, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.</p> <p>Ato Declaratório 32/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.</p> <p>Port 695/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Alvorada Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica</p> <p>Desp. 2424/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p>
15	Rio Verde	30	49500.004209/2008-01	<p>Desp. 2525/08 - Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.716/10 - Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Rio Verde, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI</p> <p>Port 742/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Rio Verde Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica</p>
16	Dos Araçás	30	48500.004217/2008-40	<p>Desp. 2426/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 2427/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p> <p>Desp. 4726/09 – altera desp. 2427/08, de forma a registrar a nova capacidade instalada que passa a ser 24.000 kW.</p>
17	Pajeú do Vento	24	48500.004248/2008-09	<p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.542/10 - Aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica Pajeú dos Ventos , no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI</p> <p>Ato Declaratório 38/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.</p> <p>Port 694/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Pajeú dos Ventos Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica</p> <p>Desp. 2428/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.</p>
18	Porto Seguro	6	48500.004226/2008-31	<p>Desp. 4727/09 – altera desp. 2428/08, de forma a registrar nova capacidade instalada que passa a ser 6.000 kW.</p> <p>Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009</p> <p>Port.715/10 - Aprova o enquadramento da</p>

## 9.2 - Outras informações relevantes

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
				Central Geradora Eólica Porto Seguro, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI Port 698/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica
19	Coxilha Alta	30	48500.004236/2008-76	Desp. 2429/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
20	Riacho de Santana	30	48500.004235/2008-21	Desp. 2432/08 – Registra que a Renova informou à ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
21	Renova	30	48500.004227/2008-85	Desp. 2433/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
22	Conquista	30	48500.004266/2008-82	Desp. 2434/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
23	Botuquara	30	48500.004240/2008-34	Desp. 2435/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica. Desp. 2436/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica. Desp. 4734/09 – altera desp. 2436/08, de forma a registrar nova capacidade instalada que passa a ser 25.500kW.
24	Planaltina	25,5	48500.004249/2008-45	Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009 Port.541/10 – Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Planaltina, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI. Ato Declaratório 31/10- Instrui o número de reide perante a receita federal. Port 697/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Planaltina Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica
25	São Salvador	30	48500.004243/2008-78	Desp. 2437/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
26	Bahia	30	48500.004242/2008-23	Desp. 2438/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
27	Bom Sucesso	30	48500.004244/2008-12	Desp. 2439/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
28	Espigão	16,5	48500.004218/2008-94	Desp. 2440/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
29	Serra do Espinhaço	19,5	48500.004214/2008-14	Desp. 2441/08– Registrar que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
30	Bela Vista	30	48500.004220/2008-63	Desp. 2446/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.



## 9.2 - Outras informações relevantes

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
31	Dourados	30	48500.004213/2008-61	Desp. 2447/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
32	Ametista	30	48500.004212/2008-17	Desp. 2448/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica. Desp. 2449/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
33	Igaporã	30	48500.004223/2008-05	Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009 Port.509/10 – Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Igaporã, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI Ato Declaratório 35/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.
34	Ventos do Nordeste	19,5	48500.002223/2008-52	Port 696/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Igaporã Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica Desp. 2450/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
35	Dos Pilões	30	48500.004216/2008-03	Desp. 2451/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
36	Monte Alto	13.5	48500.004221/2008-16	Desp. 2452/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica. Desp. 2453/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
37	Nossa Senhora Da Conceição	24	48500.004225/2008-94	Desp. 4735/09 – altera desp. 2453/08, de forma a registrar nova capacidade instalada que passa a ser 24.000 kW. Port.507/10 – Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Nossa Senhora da Conceição, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI Ato Declaratório 31/10- Instrui o numero de reide perante a receita federal.
38	Ilhéus	10.5	48500.004224/2008-41	Port 693/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica Desp. 2454/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica. Desp. 4736/09 – altera desp. 2454/08, de forma a registrar nova capacidade instalada que passa a ser 10.500 kW. Desp. 932/10 Registra a conformidade da documentação para constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) de empreendimentos do Edital do Leilão ANEEL 003/2009. Port 690/10 - Autoriza a empresa Centrais Eólicas Ilheus Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica

**9.2 - Outras informações relevantes**

USINA	PARQUE EÓLICO	POTÊNCIA (MW)	PROCESSO ANEEL	ATO ANEEL
39	Caetité	19,5	48500.004211/2008-72	Desp. 2455/08 – Registrar que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.
40	Dos Palmares	30	48500.004215/2008-51	Desp. 2456/08 – Registra que a Renova informou a ANEEL, por meio da carta s/nº de 15.05.2008, o desenvolvimento de estudo objetivando a implantação de central geradora eólica.

## 9.2 - Outras informações relevantes

O registro de nossos estudos na ANEEL nos permite a realizar a habilitação técnica junto à EPE, bem como as demais providências juntos aos órgãos ambientais, mas não nos gera quaisquer direitos ou obrigações com relação às fases subsequentes do processo de outorga da autorização, inclusive no que diz respeito a eventuais leilões de energia conduzidos pela ANEEL para tal finalidade.

### *Fases de Implementação de Projetos de Geração por meio de PCHs*

Iniciamos nossos projetos de PCHs por meio de avaliação preliminar da viabilidade de construção de uma usina em determinado local. Caso existam indícios de potencial energético que possam nos interessar, passamos ao levantamento de estudos básicos e orçamento preliminar do projeto, para verificação da sua eventual viabilidade econômica.

Nossos trabalhos, então, passam para a elaboração do inventário do rio, caso ainda não tenha sido estudado, o qual é registrado na ANEEL para que seja possível a execução do projeto básico de engenharia da usina, o qual, por sua vez, também é submetido à ANEEL para outorga de autorização.

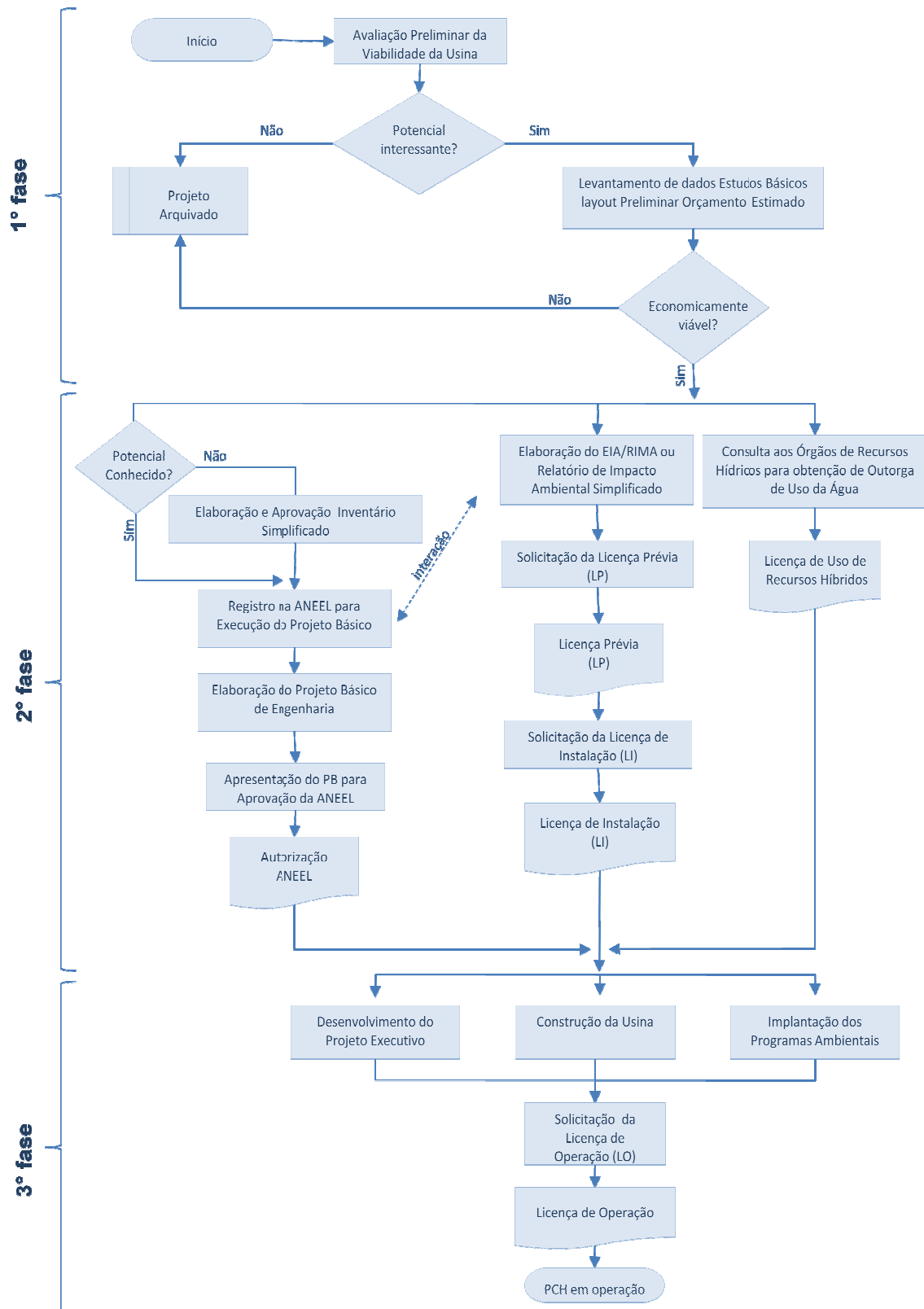
Sendo o projeto economicamente viável, dividimos nossos esforços em três frentes paralelas de trabalho: (i) elaboração do projeto de engenharia e obtenção de autorizações da ANEEL; (ii) obtenção de licenças ambientais; e (iii) obtenção de autorizações para uso dos recursos hídricos.

O licenciamento ambiental inicia-se com a elaboração do estudo ambiental adequado (EIA-RIMA ou estudo de impacto ambiental simplificado, conforme exigência do órgão ambiental), passando, em seguida, pelas fases de obtenção de LP e LI. Além disso, os órgãos responsáveis são consultados sobre a outorga de uso de recursos hídricos.

Concluídos esses trabalhos, iniciam-se simultaneamente (i) a construção da usina; (ii) o desenvolvimento de nosso projeto executivo; e (iii) a implantação de nossos programas ambientais, que, após concessão da Licença de Operação, culminam com o início da operação da PCH.

## 9.2 - Outras informações relevantes

Para facilitar o entendimento, indicamos no fluxograma abaixo as fases de desenvolvimento e implementação de PCHs:



Na data deste Formulário de Referência, nosso portfólio de Projetos Básicos de PCHs em análise pela ANEEL totaliza uma potencial capacidade instalada de 150,93MW. A tabela abaixo descreve a fase de implantação dos projetos dessas PCHs:

## 9.2 - Outras informações relevantes

### Projetos Básicos

#	Projeto Básico	Potência (MW)	Energia Assegurada (MW)	Situação Aneel	UF	Processo Aneel	Despacho ANEEL
1	Juracitaba Sta. Clara	7,0	4,3	Aceite	BA	48500.005019/2007-12	Desp. 2.182 /08 Off. 1.224/2002-SGH
2	Jusante	6,0	3,6	Aceite	BA	48500.004232/2002-02	Desp. 027/10
3	Pedras	7,3	5,2	Aceite	BA	48500.005541/2007-02	Desp. 869/08
4	Água Azul	30,0	16,6	Aceite	BA	48500.000586/2007-20	Desp. 2.362 /07
5	Mascote Cachoeira	29,0	15,9	Aceite	BA	48500.000587/2007-92	Desp. 365/09
6	Grande	3,3	2,6	Aceite	BA	48500.005526/2007-56	Desp. 428/09
7	Vereda	3,3	2,6	Aceite	BA	48500.005562/2007-10	Desp. 177/09
8	Engano	9,0	5,7	Aceite	GO	48500.000482/2008-59	Desp. 483/10
9	Lajeado	6,0	3,6	Aceite	GO	48500.000490/2008-03	Desp. 1.921/09
10	B3	9,3	5,3	Aceite	MG	48500.001592/2008-38	Desp. 3.709/09
11	Cantu I	15,0	8,2	Aceite	PR	48500.001182/2008-97	Desp. 1786 /10
12	Figueirinha II	7,7	4,2	Aceite	MG	48500.006822/2009-36	Desp. 4548 /09
13	Mareta	7,0	3,8	R. Ativo Em desenvolvimento	MG	48500.001806/2008-76	
14	Taquarizinho	11,0	6,1		MS/MT		
<b>TOTAL</b>		<b>150,93</b>	<b>86,8</b>				

### Inventários

#	Inventários Entregues à Aneel	Potência total (MW)	Quantidade de PCHs	Situação	UF	Processo Aneel	Despacho Aneel
1	Fetal	53,3	3	Aceite	MG	48500.000509/2008-11	1.171/09
2	Sucuriu	10,0	1	Aceite	MS	48500.001571/2008-12	469/09
3	Balsas	299,3	11	Aceite	TO	48500.001100/2009-95	3.916 /09
4	Cavernoso	25,6	2	Aceite	PR	48500.004378/2008-33	4.653 /09
5	Uberaba	57,9	2	Aceite	MG	48500.001051/2009-91	212/10
6	Janeiro/Guara	19,2	3	Aceite	MG	48500.001047/2009-22	716/10
	Sub-total	465,3	22				
#	Inventários em Elaboração	Potência total (MW)	Quantidade de PCHs	Situação	UF	Processo Aneel	Despacho Aneel
7	Ondas	25,0	1	Entregue	BA	48500.005498/2008-58	4.537/08
8	Pedras	9,9	1	R. Ativo	BA	48500.000433/2010-31	785/10
9	Canabrava	40,0	2	Entregue	GO	48500.001514/2009-14	2.464 /09
10	Açungui	64,3	4	Entregue	PR	48500.001045/2009-33	1.541 /09
11	Tricolor	34,2	2	Entregue	PR	48500.001044/2009-99	2.135 /09
12	Corrente e afluentes*	400,0	6	R. ativo	BA	48500.005959/2009-73	1.042/10
13	Cachoeira	38,7	1	R. ativo	MA	48500.001036/2009-42	186/10
14	Parnaibinha + Riozinho	64,0	3	R. ativo	MA	48500.001035/2009-06	1.794/10
15	Suaçui Grande	15,0	1	Entregue	MG	48500.001983/2008-52	2.728 /09
16	Pardo	60,0	3	R. ativo	BA	48500.002738/2008-62	4.588 /08
17	Riachão	12,2	1	R. ativo	MG	48500.000436/2010-74	1.199/10
18	Jequié ou das almas	88	2	R. ativo	BA	48500.006375/2009-15	4.206/09
	Sub-total	851,3	27				
<b>TOTAL Inventários</b>		<b>1.456,5</b>	<b>49</b>				

## 9.2 - Outras informações relevantes

\*projeto realizado em parceria com a Neenergia

Importante salientar também que, como consequência do nosso processo contínuo de prospecção, novos empreendimentos poderão ser adicionados ao nosso portfólio de projetos, o que nos confere importante vantagem competitiva e nos garante crescimento sustentável de longo prazo.

### ***PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2***

Fomos autorizados pela ANEEL, conforme disposto na Resolução ANEEL nº 697, de 24 de dezembro de 2003, a nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico do córrego Colino, que passa nos Municípios de Vereda e Medeiros Neto, Estado da Bahia, por meio da PCH Cachoeira da Lixa, com potência instalada de 14,8MW. A Autorização, inicialmente outorgada às empresas Enerbras e WaterMark, foi transferida para a Espra, mediante Resolução Autorizativa ANEEL nº 427, de 23 de dezembro de 2004.

Adicionalmente, também recebemos autorização da ANEEL para explorar, na qualidade de produtores independentes de energia, os potenciais hidrelétricos denominados PCH Colino 1 e PCH Colino 2, nos termos das Resoluções ANEEL nº 703 e 695, respectivamente, ambas de 24 de dezembro de 2003. Referidas autorizações, inicialmente outorgadas às empresas Enerbras Comercializadora de Energia Ltda. e WaterMark Engenharia e Sistemas Ltda., foram transferidas para a Espra, mediante a Resolução Autorizativa ANEEL nº 425 e 426. As usinas estão localizadas nos Municípios de Vereda e Medeiros Neto, Estado da Bahia e possuem potência instalada de 11MW e 16MW, respectivamente.

O prazo das autorizações referidas acima é de 30 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação. Caso ao final do prazo de nossas autorizações não sejam elas renovadas, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados.

Conforme previsto nas Portarias MME nº 569, 570 e 571, todas de 21 de dezembro de 2005, as garantias físicas de fornecimento de cada uma de nossas PCHs para fins de participação no MRE são as descritas na tabela abaixo:

<b>PCH</b>	<b>Garantia Física (Energia Assegurada)</b>
Cachoeira da Lixa	8,26MW médios
Colino 1	7,34MW médios
Colino 2	10,49MW médios

Por meio do Despacho nº 2.001, de 23 de maio de 2008, foi autorizado pela ANEEL o início da operação comercial da PCH Cachoeira da Lixa a partir de 24 de maio de 2008. Adicionalmente, no dia 16 de julho de 2008, foi proferido o Despacho ANEEL nº 2.626, por meio do qual a PCH Colino 2 foi também autorizada a entrar em operação comercial a partir do dia 17 de julho de 2008. Por fim, por meio do Despacho nº 3.514, de 22 de setembro de 2008, a PCH Colino 1 foi autorizada a entrar em operação comercial a partir do dia 23 de setembro de 2008.

### ***Parques Eólicos em Implementação – Leilão LER 2009***

Em 14 de dezembro de 2009, no Leilão LER 2009, nos comprometemos a comercializar 270MW de capacidade instalada (127MW médios), a serem geradas por meio dos nossos Parques Eólicos em Implementação. Por meio de ato publicado em 24 de fevereiro de 2010, o resultado do leilão foi homologado e seu objeto foi adjudicado aos vencedores, dentre os quais estão nos Parques Eólicos em Implementação.

Os projetos de geração de energia proveniente de fonte eólica vencedores no Leilão LER 2009 receberão autorização com prazo de vigência de 35 anos e celebrarão, com a CCEE, Contrato de Energia de Reserva com vigência de 20 anos.

Nos termos do cronograma tentativo divulgado pela ANEEL em 22 de dezembro de 2009, as autorizações estavam previstas para serem outorgadas aos parques eólicos em 20 de abril de 2010 e os respectivos Contratos de Energia de Reserva, em 27 de abril de 2010.

## 9.2 - Outras informações relevantes

No início do mês de agosto o Ministério de Minas e Energia (MME) aprovou as 14 autorizações dos parques eólicos, embora não foram outorgadas as autorizações para exploração dos empreendimentos até o momento, a Companhia estima ter 100% dos CER assinados até o final da primeira semana de setembro 2010.

### *Leilão LER 2010*

Em agosto de 2010 deverá ser realizado o LER 2010, em que deverá ser adquirida energia elétrica proveniente de fontes renováveis, tais como a fonte eólica, biomassa e PCHs. Para esse leilão, cadastramos os parques a seguir relacionados, juntamente com as suas potências instaladas e respectivos fatores de capacidade:

Parque Eólico	Capacidade (MW)	Fator de Capacidade (%)
Parque Eólico Ametista	30	52,5
Parque Eólico Araças	30	51,3
Parque Eólico Bela Vista	30	44,6
Parque Eólico Borgo	24	50,46
Parque Eólico Botuquara	30,0	47,7
Parque Eólico Caetité	19,5	53,2
Parque Eólico Dourados	30	45,5
Parque Eólico Espigão	16,5	50,4
Parque Eólico Itaparica	30	42,6
Parque Eólico Maron	30	41,29
Parque Eólico Morrinhos	30	45,18
Parque Eólico Palmares	30	40,7
Parque Eólico Seraima	30	43,21
Parque Eólico Serra do Espinhaço	19,5	43
Parque Eólico Sertão	6,0	48,1
Parque Eólico Tanque	24	43,06
Parque Eólico Ventos do Nordeste	19,5	49,9
Parque Eólico da Prata	19,5	50,8 %
<b>Total</b>	<b>448,5</b>	<b>50,4%</b>

### *Contratos Relevantes*

#### **Contratos de Compra e Venda de Equipamentos de Geração de Energia e respectivos Serviços Correlatos relacionados aos Parques Eólicos em Implementação**

Em 7 de maio de 2010, foram celebrados com a General Electric International, Inc. e com a General Electric do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. (“General Electric”) Contratos de Compra e Venda de Equipamento de Geração de Energia e Prestação de Serviços Correlatos (“Contratos de Aquisição dos Aerogeradores”). Tais contratos disciplinam os princípios e as regras gerais para o fornecimento de 180 aerogeradores, de 1,5MW cada, e respectivos serviços de transporte e comissionamento, destinados aos Parques Eólicos em Implementação.

Nos termos dos referidos contratos, a General Electric deve concluir as instalações dos nossos Parques Eólicos em Implementação até 30 de junho de 2012, bem como garantir (a) cada unidade de aerogerador e respectivos serviços nos termos dos contratos, pelo prazo de 24 meses após conclusão das instalações dos nossos Parques Eólicos em Implementação, ou 30 meses após a entrega do ultimo componente principal, o que ocorrer primeiro; e (b) cada ferramenta “*WindSCADA*” e serviços correlatos pelo prazo de 24 meses após conclusão das instalações dos nossos Parques Eólicos em Implementação, ou 33 meses após a entrega do ultimo componente principal, o que ocorrer primeiro.

O valor agregado dos Contratos de Aquisição dos Aerogeradores é de R\$854.655.540,00, a ser pago em parcelas, cujos vencimentos estão atrelados ao desempenho de certas obrigações pela General Electric, bem como à ocorrência de certos eventos específicos, conforme estabelecidos nos referidos contratos. Além de efetuar os pagamentos de acordo com os contratos, são também as principais obrigações que a Companhia assumiu (i) construir as fundações e plataformas de fixação necessárias para a instalação dos

## 9.2 - Outras informações relevantes

aerogeradores; (ii) fornecer todos os projetos, *layouts*, informações e indicações necessárias sobre os Parques Eólicos em Implementação, incluindo e rotas de acesso; (iii) fornecer toda a energia elétrica necessária para a montagem e comissionamento dos aerogeradores, bem como as conexões dedicadas necessárias para acesso remoto aos sistemas de controle dos Parques Eólicos em Implementação; e (iv) fornecer espaço para armazenamento dos aerogeradores antes da instalação dos mesmos, bem como espaço e demais condições para acomodação do pessoal da General Electric.

As principais hipóteses de rescisão unilateral pela General Electric são: (i) quebra ou ruptura das obrigações contratuais pela Companhia; (ii) cessão ou transferência não autorizada dos direitos e obrigações inerentes aos contratos; (iii) suspensão das obras pela Companhia em prazo único superior a 180 dias ou cumulativamente por prazo superior a 365 dias; (iv) insolvência ou qualquer forma de intervenção nas atividades da Companhia ou de qualquer um dos garantidores dos contratos; e (v) inadimplemento de qualquer pagamento ou de qualquer das condições de pagamento não sanado no prazo de 30 dias, contados da cientificação de tal inadimplemento.

### Memorando de Entendimentos para o Financiamento de Projeto de Geração de Energia Eólica

Em 04 de dezembro de 2009, celebramos com a GE Energy LLC. (“GEE”) o Memorando de Entendimentos para o Financiamento de Projeto de Geração de Energia Elétrica, o qual foi posteriormente aditado em 29 de janeiro de 2010. Por meio do referido documento, a GEE se comprometeu a complementar a linha de financiamento que será obtida pela Companhia para a construção dos Parques Eólicos em Implementação, pela subscrição e integralização de debêntures de emissão da Companhia (ou uma afiliada sua) (“Debêntures GEE”).

Nos termos do memorando de entendimentos e sujeito à determinadas condições, a Companhia poderá emitir, e a GEE se comprometeu a subscrever e integralizar, as Debêntures GEE, as quais possuirão prazo de resgate de 12 anos e sobre as quais incidirão juros e correção de acordo com a variação positiva do IPCA.

### Contratos Financeiros

#### *Financiamento por meio de Abertura de Crédito com o BNB*

Em 30 de junho de 2006, a Espra, nossa controlada, celebrou Contrato de Financiamento por meio de Abertura de Crédito com o BNB, por meio de escritura pública, no valor de aproximadamente R\$127,0 milhões, com juros de 9,5% ao ano, com bônus de adimplemento de 15% sobre os encargos financeiros para pagamentos realizados nas respectivas datas de vencimento. Tais recursos são destinados a financiar o programa para a implantação do projeto da Espra de exploração de três PCHs (PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1 e PCH Colino 2) na região do extremo sul do Estado da Bahia. Em 31 de março de 2010 o saldo devedor era de R\$120,1 milhões.

O contrato prevê o pagamento do valor do financiamento em parcelas mensais e o pagamento de quantias específicas em determinadas datas, sendo que o vencimento da última parcela ocorrerá em 30 de junho de 2026. Durante a vigência do contrato, somos obrigados a manter a relação garantia/financiamento de, no mínimo, 152,79%. São hipóteses de vencimento antecipado da dívida, dentre outras: (i) ocorrer a revogação, pela ANEEL, das autorizações concedidas para funcionamento do projeto; (ii) a Espra gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma, em favor de terceiros, os direitos lastreadores do referido contrato, sob qualquer pretexto e para quem quer que seja, salvo prévia e expressa autorização do BNB; (iii) a Espra tiver seu controle efetivo, direto ou indireto, modificado após a celebração deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do BNB; (iv) a Espra deixar de aplicar ou aplicar irregularmente os recursos oriundos do financiamento; (v) a Espra suspender as atividades relativas ao projeto financiado por mais de 30 dias; e (vi) a Espra sofrer protestos de dívida líquida e certa, em montantes superiores a R\$500 mil, salvo se o protesto for por erro ou seus efeitos não forem sustados no prazo máximo de 30 dias, além de outras hipóteses de vencimento antecipado comuns para esse tipo de operação. Além disso, há obrigação da Espra de (i) dar prévia e formal comunicação ao BNB em caso de cessão ou vinculação das garantias, ainda que em grau subsequente, bem como em caso de constituição de novas garantias hipotecárias ou de oferecer fiança bancária, em operações com outros credores; e (ii) submeter à aprovação do BNB propostas de matérias concernentes à cisão, fusão, incorporação envolvendo a Espra, ou qualquer outro ato que importe ou que possa vir a importar em modificações na atual configuração societária da Espra, alteração na composição do capital social votante ou em transferência do controle acionário da Espra.



## 9.2 - Outras informações relevantes

Tal financiamento é garantido da seguinte forma:

*Garantia Fidejussória.* O financiamento é garantido por fiança outorgada pela Enerbras, Renato do Amaral Figueiredo e Ricardo Lopes Delneri.

*Hipotecas.* Ainda, como garantia do financiamento, foram hipotecados em primeiro grau, em favor do BNB, quatro imóveis com todas as instalações e benfeitorias existentes, referentes às áreas onde se localizam PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

*Penhor de Ações.* Há também garantia de penhor sobre a totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Espra e de propriedade da Enerbras, em favor do BNB, ficando preservado em favor da Enerbras, no entanto, o respectivo direito de voto durante a vigência do contrato de penhor, salvo no que disser respeito à deliberação de algumas matérias específicas, as quais estarão sujeitas à obtenção do prévio consentimento do BNB, tais como a: (a) alteração do Estatuto Social da Espra; (b) fusão, cisão ou incorporação da Espra; (c) declaração de autofalência ou pedido de recuperação judicial da Espra; e (d) alteração na participação societária detida pela Enerbras na Espra.

*Penhor Sobre os Direitos Emergentes das Autorizações.* Adicionalmente, foram empenhados em favor do BNB os direitos de receber todos e quaisquer direitos e valores devidos pelo Poder Concedente com relação às resoluções autorizativas da ANEEL para a atuação da Espra como geradora de energia elétrica, por meio da exploração das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

*Cessão da Receita dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica.* Há cessão e vinculação da receita proveniente dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Espra com a Eletrobrás, mediante transferência, para conta reserva, de valor correspondente a seis parcelas de amortização de principal e acessórios da dívida.

Adicionalmente, o BNB atua como banco arrecadador do total da receita proveniente dos contratos de compra e venda de energia firmados entre a Eletrobrás e a Espra, conforme contrato de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças.

### *Instrumento Particular de Promessa de Repasse de Recursos Captados no Exterior*

Em 04 de agosto de 2006, a Espra celebrou instrumento particular de promessa de repasse de recursos captados no exterior com o Banco Real no valor de R\$20,0 milhões e com Taxa DI mais juros de 2,5% ao ano. Os recursos são provenientes de captação feita no exterior junto ao *International Finance Corporation* – Banco Mundial, e foram liberados por meio de uma cédula de crédito bancário emitida pela Espra em favor do Banco Real, conforme descrita abaixo. No âmbito deste contrato e até a liquidação de referida cédula de crédito bancário, a Espra obrigou-se a: (a) conceder ao Banco Real S.A. os mesmos direitos e preferências que conceder a qualquer outro credor; (b) não dar em garantia ou constituir qualquer tipo de ônus ou gravame sobre quaisquer bens ou direitos por ela detidos, exceto conforme o disposto no contrato de prestação de garantia ou no contrato de financiamento celebrado com o BNB sem a prévia anuência e por escrito do Banco Real; (c) não realizar, ou no caso dos devedores solidários, não permitir que a Espra realize, qualquer distribuição de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio; e (d) não contrair outras dívidas ou financiamentos que não a dívida objeto deste contrato ou do contrato de financiamento celebrado com o BNB, entre outras obrigações comuns a esse tipo de contrato.

### *Cédula de Crédito Bancário Emitida em Favor do Banco Real, sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.*

No âmbito do Instrumento Particular de Promessa de Repasse de Recursos Captados no Exterior descrito acima, em 31 de janeiro de 2007, a Espra emitiu Cédula de Crédito Bancário de Repasse de Recursos Captados no Exterior em favor do Banco Real, no valor de R\$20,0 milhões e com taxa de juros de 2,5% ao ano mais 100% do CDI, conforme aditada. Em 29 de junho de 2007, a Enerbras assumiu a posição da Espra como devedora principal do contrato, e a Espra passou a figurar como devedora solidária da Enerbras. Os pagamentos deverão ser realizados em nove parcelas semestrais pela Enerbras, com primeiro vencimento em 30 de julho de 2010 e vencimento da última parcela 23 de maio de 2014. Somos devedores solidários em relação a essa obrigação. Em 01 de outubro de 2007, a Enerbras liquidou antecipadamente parcela do valor principal da dívida equivalente a R\$ 5,00 milhões. Em 31 de março de 2010 o saldo devedor era de R\$23,2 milhões.

## 9.2 - Outras informações relevantes

As principais hipóteses de vencimento antecipado da dívida previstas neste contrato são: (a) não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes de outros contratos firmados pela Enerbras e/ou Renova com o Banco Real ou terceiros, inclusive o Contrato de Financiamento por meio de Escritura Pública de Abertura de Crédito celebrado com o BNB em 30 de junho de 2006; (b) cancelamento, revogação, suspensão ou não obtenção de qualquer autorização governamental que prejudique o desenvolvimento do programa de construção das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2; e (c) outras hipóteses de vencimento antecipado comuns em contratos financeiros, tais como recuperação judicial ou falência dos devedores, perecimento ou depreciação de garantias, alteração do controle societário direto ou indireto. A Enerbras obriga-se, ainda, a não distribuir dividendos até o início da amortização do principal e juros objeto da cédula de crédito e a limitar seu endividamento total ao máximo de R\$75,0 milhões em suas demonstrações financeiras, bem como manter o índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,3.

Tal financiamento é garantido da seguinte forma:

*Hipotecas.* Foi constituída hipoteca de segundo grau sobre os imóveis referentes às áreas das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

*Penhor de Ações.* Adicionalmente, há garantia de penhor sobre 4.327.535 ações ordinárias de emissão da Enerbras de titularidade da Renova.

*Cessão Fiduciária de Direitos.* Há também a cessão fiduciária dos direitos a dividendos decorrentes de 5.151.760 ações de emissão da Espra, sendo 2.513.380 ordinárias e 2.638.380 preferenciais, de propriedade da Enerbras.

*Conta Reserva.* A Enerbras obrigou-se a constituir conta reserva do serviço da dívida no prazo de seis meses contados da data de início da operação comercial da primeira unidade das três PCHs indicadas acima.

### **Outras considerações Sobre Endividamento**

Apresentamos cartas-consulta solicitando financiamento de até R\$880 milhões (oitocentos e oitenta milhões de reais) perante o BNB, o BNDES e a SUDENE, na modalidade de *project finance*, para nossos 14 Parques Eólicos em Implementação.

Todavia, tendo em vista que não celebramos quaisquer documentos formais junto ao BNB, ao BNDES e/ou à SUDENE com vistas à concessão de tais financiamentos, não é possível precisar que tais financiamentos serão de fato contratados, nem as condições em que os mesmos poderão ser obtidos.

Em 11 de maio de 2010, o BNDES comunicou à Companhia o enquadramento de 3 de nossos Parques Eólicos em Implementação, e em 10 de agosto outros 6 parques, totalizando os 9 parques protocolados para o financiamento com o BNDES e que se encontram na fase de análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES. Tal enquadramento, no entanto, não significa a aprovação da concessão do financiamento pleiteado pela Companhia.

### **Outros Contratos Relevantes**

#### *Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE*

A Espra celebrou com a Eletrobrás, em 30 de junho de 2004, três contratos de compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás, cujo objeto é a venda, no âmbito do PROINFA, da energia elétrica gerada por nossas PCHs pelo prazo de 20 anos, contados da data planejada para entrada em operação comercial.

Nos termos dos referidos contratos de compra e venda de energia elétrica, a Eletrobrás comprometeu-se a adquirir energia elétrica gerada por nossas PCHs nos montantes e valores de acordo com a tabela abaixo:

PCH	Montante Contratado	Valor (na data de contratação)	Valor (em junho de 2010) (1)	Vigência
Cachoeira da Lixa	71.055 MWh por ano	R\$121,35/ MWh	R\$165,85/ MWh	27.02.2028
Colino 1	63.141 MWh por ano	R\$121,35/MWh	R\$165,85/ MWh	29.06.2028
Colino 2	90.329 MWh por ano	R\$121,35/MWh	R\$165,85/ MWh	29.04.2028

## 9.2 - Outras informações relevantes

<sup>(1)</sup> Valores ajustados de acordo com o IGPM desde a assinatura dos respectivos contratos.

Os contratos de compra e venda de energia que celebramos com a Eletrobrás prevêem, ainda, determinadas hipóteses de rescisão, dentre as quais se destacam: (i) impossibilidade da entrega da energia contratada nos prazos estipulados ou não entrada em operação comercial das usinas em data posterior a 180 dias contados da data planejada; (ii) paralisação do suprimento de energia sem justa causa; (iii) subcontratação do objeto do contrato ou a realização de qualquer operação societária que altere nosso controle acionário sem a prévia anuência da Eletrobrás; e (iv) decretação de nossa falência, insolvência ou dissolução.

### *Contratos de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD*

Possuímos três Contratos de Uso do Sistema de Distribuição celebrados com a COELBA em 22 de outubro de 2004. A vigência de cada contrato é de 12 meses, contados a partir da data de seu início, ou seja, a partir do dia da efetiva conexão de nossa unidade geradora ao Sistema de Distribuição da COELBA. O uso contratado varia de acordo com a PCH conforme tabela abaixo:

PCH	Montante de Uso Contratado
Cachoeira da Lixa	Entrada em operação da primeira turbina: 7,4 MWh
	Entrada em operação da segunda turbina: 14,8 MWh
Colino 1	Entrada em operação da primeira turbina: 5,5 MWh
	Entrada em operação da segunda turbina: 11 MWh
Colino 2	Entrada em operação da primeira turbina: 8 MWh
	Entrada em operação da segunda turbina: 16 MWh

Tais montantes podem ser alterados unilateralmente por iniciativa nossa, desde que a COELBA seja comunicada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação ao início do mês de contrato.

Em relação a cada mês do Contrato é cobrada tarifa de uso no valor de R\$3,65 por KW/mês, com um percentual de redução de 50% em razão por conta do disposto na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que confere incentivo aos produtores de energia renovável, garantindo nossa competitividade junto ao mercado consumidor. Além disso, a ANEEL divulgou Resolução Homologatória nº 845, de 30 de junho de 2009, na qual essa tarifa será reduzida para R\$2,527 por KW/mês a partir de abril de 2010.

A garantia do pagamento à COELBA poderá consubstanciar-se em depósito em sua conta bancária no valor de três vezes o valor da fatura mensal ou então por meio de carta de fiança bancária, no valor correspondente a doze meses do faturamento. Em relação a sua rescisão, esta poderá se dar: (i) pelo inadimplemento de qualquer das obrigações decorrentes dos respectivos CUSDs, (ii) pelo término da concessão da COELBA, (iii) pela extinção da autorização conferida a cada uma das PCHs; e (iv) a nosso exclusivo critério.

### *Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição – CCD*

Celebramos três Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição com a COELBA, em 22 de outubro de 2004. Tais contratos têm como objeto regular os direitos e obrigações referentes à conexão de nossas instalações e equipamentos necessários ao fornecimento de energia elétrica a COELBA, para as PCHs Cachoeira da Lixa, a qual se conectará à subestação Itamaraju, PCH Colino 1 que será conectada à subestação Itamaraju e PCH Colino 2, conectada à subestação Itamaraju, todas gerenciadas pela COELBA.

Os Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição celebrados com a COELBA prevêem um prazo de duração de 12 meses contados da efetiva conexão de nossas PCHs ao sistema de distribuição da COELBA, podendo ser renovados por períodos adicionais de 12 meses até o término da concessão de uma das partes contratantes.

Em relação a sua rescisão, esta pode se dar (i) pelo inadimplemento de qualquer das obrigações decorrentes dos respectivos CCDs, (ii) pelo término da concessão da COELBA, (iii) pela extinção da Autorização conferida a cada uma de nossas PCHs; e (iv) a nosso exclusivo critério.

Somos isentos do pagamento dos encargos de conexão, uma vez que construímos as instalações de conexão em áreas de concessão da COELBA.

## 9.2 - Outras informações relevantes

### *Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção de Usinas – O&M*

Celebramos um Contrato de Prestação de Serviços e Manutenção para nossas PCHs, com a empresa Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., o qual regula as atividades de administração, planejamento, suporte e consultoria de engenharia, execução e controle da operação e da manutenção necessárias ao bom funcionamento das PCHs. Como resultado das referidas atividades, garantimos que as PCHs terão disponibilidade média anual mínima de 95%.

O Contrato está em vigor desde 1º de agosto de 2007 e tem o prazo de vigência estipulado em 60 meses contado do início das operações comerciais da primeira unidade geradora das PCH, podendo ser renovado por até dois períodos iguais e consecutivos. O valor contratual foi estipulado em R\$8,0 milhões, pago parceladamente a cada mês contratual, podendo ser reajustado anualmente pela variação do IGPM. Atualmente o valor mensal é de R\$128 mil.

A rescisão do Contrato dar-se-á por: (i) inadimplência de qualquer das partes, não sanada em 30 dias; (ii) decretação de falência ou recuperação judicial de qualquer das partes; ou (iii) interrupção dos serviços por prazo superior a 180 dias em caso de ocorrência de evento de caso fortuito ou força maior.

### **Seguros**

Praticamos uma consistente política de seguros por meio da qual contratamos determinadas apólices de seguros junto a grandes seguradoras brasileiras, líderes em seus mercados de atuação, tais como (i) Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais; (ii) Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S.A; e (iii) Ace Seguradora S.A.

Possuímos uma apólice de seguro D&O contratada com a seguradora Ace Seguradora S.A., com limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil dos nossos administradores fixado em R\$10,0 milhões.

Nossa controlada indireta Espra mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por termos, condições e montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

A Espra celebrou, ainda, contrato de seguro com a ACE Seguradora S.A., para cobertura dos principais riscos envolvidos na operação das PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata de acordo com as práticas habituais para esse tipo de empreendimento e com condições usuais aplicáveis às empresas atuantes em nosso setor. O valor em risco total da apólice é de R\$179,3 milhões e os limites máximos de indenização são de (i) R\$100,0 milhões para danos materiais, quebras de máquinas, incluindo danos elétricos, alagamento e inundação; e (ii) aproximadamente R\$32,5 milhões para lucros cessantes.

Além disso, a Espra possui apólice de seguro com a Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S.A., contratada na modalidade responsabilidade civil, com cobertura para as operações das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e para nossa unidade administrativa, a qual visa reembolsar, até o limite de garantia especificada na apólice, das quantias pelas quais viermos a ser responsabilizados civilmente em decorrência de danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros. O limite da cobertura da referida apólice é de R\$10,0 milhões para responsabilidade civil e R\$2,0 milhões para danos morais. Ademais, durante a vigência desta apólice, a Espra também possuirá cobertura para danos corporais, materiais e prejuízos decorrentes de poluição e/ou contaminação ambiental, de natureza súbita e/ou acidental.

Em adição, a Espra também possui apólices de seguro contratadas com cobertura para prejuízo decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas nos CUSD em favor da Companhia Elétrica do Estado da Bahia - COELBA. Referidas apólices têm por objeto regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações em relação ao uso do sistema de distribuição de energia elétrica, visando atender as necessidades de transporte de energia da central geradora das PCHs Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa.

Muito embora nossa administração acredite que a cobertura de seguro contratadas seja compatível às atividades por nós desenvolvidas, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas respectivas apólices. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais para a recomposição ou reforma do nosso patrimônio que

## 9.2 - Outras informações relevantes

acreditamos não afetarão adversamente nossas atividades. Para mais informações, consulte a seção “Fatores de Risco”, contida no item “4” deste Formulário de Referência.

### ***Política Comercial***

A energia gerada atualmente por nossas 3 PCHs em operação foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA, por um prazo de 20 anos.

Ainda, comercializamos no Leilão LER 2009 a energia a ser gerada por meio de nossos Parques Eólicos em Implementação, pelo prazo de 20 anos, energia essa que será adquirida pela CCEE. O início da operação comercial desses parques está previsto para julho de 2012. Aos preços que vendemos no Leilão LER 2009, com lotes vendidos a R\$144,94 ou R\$146,94 por MWh (média ponderada de R\$145,80 por MWh), e considerando uma produção de energia de 127 MWh médios, equivalente a garantia física desses parques determinada pelo MME, o valor total correspondente a essa energia contratada, a preços de 2009, seria de aproximadamente R\$162 milhões (em termos de receita bruta anual).

Quanto à energia a ser gerada por nossos empreendimentos a serem futuramente implantados, temos alternativas de comercializá-la: (i) em leilões específicos para fontes alternativas no ACR; (ii) em leilões A-3 e A-5, em produto específico para fontes alternativas no ACR; (iii) no ACL, para comercializadoras, para grandes consumidores conectados em alta tensão, bem como para consumidores especiais, que têm autorização para comprar no ACL energia proveniente apenas de fontes alternativas; e (iv) a parceiros, no regime de autoprodução. Selecionaremos, dentre tais alternativas, aquelas que oferecerem as melhores condições de rentabilidade de longo prazo frente a risco.

### ***Concorrência***

#### ***Concorrência por Inventários de Rios e Projetos Básicos na ANEEL***

As fases do processo de inventário de rios e elaboração de projetos básicos de PCHs e a sua apresentação à ANEEL não conferem exclusividade para exploração do potencial hidrelétrico pelo requerente, mas é assegurado ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário o direito de preferência a, no máximo, 40% do potencial inventariado, ou no mínimo, um aproveitamento identificado, desde que enquadrado como PCH. Dessa forma, estamos sujeitos a concorrência de outras empresas atuantes no setor de geração de energia elétrica até o aceite do projeto básico pela ANEEL.

#### ***Concorrência na Comercialização de Energia***

A concorrência no ACR se dá por meio de leilões de compra de energia. A proposta vencedora, além da concessão ou da autorização, obtém um contrato de venda da energia com prazo entre 15 e 30 anos. Já no ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação, sendo preços e condições acordados entre as partes. Nesse ambiente, a competição é exercida entre os concessionários e autorizados de geração, comercializadoras e importadores de energia elétrica. Dessa forma, tendo em vista que há grande dispersão de concorrentes nesses ambientes de contratação, concorremos com as diversas empresas do setor elétrico.

### ***Marketing***

Até a presente data não realizamos investimentos significativos em marketing, mas pretendemos investir no desenvolvimento de uma ampla base de clientes no mercado livre, sendo que estimamos que tais investimentos deverão ser inferiores a 0,5% de nossa receita bruta anual.

### ***Políticas de Relacionamento com Clientes e Parceiros***

Buscamos pautar nosso relacionamento com clientes e parceiros comerciais pela transparência e respeito às melhores práticas de governança corporativa.

### ***Política de Cobrança e Inadimplência***

Pretendemos adotar um conjunto de ações e procedimentos que visem a nos proteger de eventual inadimplência de nossos clientes. Pretendemos adotar, dentre outras medidas, rigoroso critério de análise de crédito para aprovação de inclusão de clientes em nosso cadastro ativo, bem como a exigência de

## 9.2 - Outras informações relevantes

patrimônio líquido mínimo, apresentação de garantias contratuais, penalidades contratuais, inclusive multas, juros de mora e, eventualmente, rescisão contratual.

### *Prestadores de Serviço*

Celebramos junto à General Electric Contratos de Compra e Venda de Equipamento de Geração de Energia e Prestação de Serviços Correlatos referentes à aquisição de 180 aerogeradores de 1,5MW e respectivos serviços de transporte, montagem e comissionamento necessários para a conclusão dos nossos Parques Eólicos em Implementação.

Eventualmente, podemos contratar prestadores de serviços em condições usuais de mercado para as atividades de (i) elaboração de projetos de potenciais PCHs, incluindo prospecção de aproveitamento hidrelétrico, inventários de curso d'água, elaboração de projetos básicos para apresentação perante a ANEEL e estudos de impacto ambiental (ii) operação e manutenção de parques eólicos e PCHs e das linhas de transmissão, abrangendo administração, planejamento, suporte e consultoria de engenharia; (iii) consultoria, planejamento e suporte técnico em tecnologia da informação; e (iv) outros serviços diretamente relacionados às nossas atividades.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

#### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar os 14 parques eólicos em construção e vencedores do leilão de energia de reserva realizado em dezembro de 2009, assim como cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

#### b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

#### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de nosso endividamento, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação e processos de captação de recursos em andamento, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

#### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

Para a implantação de nossos empreendimentos de geração, captamos recursos por meio de contratos financeiros de longo prazo, que são alocados em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, o BNB e a SUDENE, assim como instituições financeiras privadas na modalidade de *project finance*. Privilegiamos a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

#### e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos manter nossa estratégia de captação de financiamentos de longo prazo, por meio de nossas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, o BNB e a SUDENE, assim como instituições financeiras privadas na modalidade de *project finance* e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

#### f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Tendo em vista que nossos projetos de investimento para construção de parques eólicos e PCHs exigem grande quantidade de investimentos, é provável que continuemos a manter relevante nível de endividamento. Em razão disso, a relação entre capital e dívida da nossa companhia poderá variar significativamente no futuro.

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Credor(es)	Taxa de Juros	Vencimento	Em				
			31 de dezembro de			Em 30 de junho de	
			2009	2008	2007	2010	2009
			(em milhares de reais)				
Banco Nordeste do Brasil S.A.....	9,5% a.a.	30.06.2026	121.133	125.129	106.371	119.031	123.175
Banco Santander (Brasil) S.A.....	2,5 %a.a. + 100% do CDI	23.05.2014	22.653	20.103	17.447	23.917	21.443
Debêntures.....	12,5% a.a. + IGPM	31.07.2026*	--	78.219	53.924	--	--
<b>Total.....</b>	--	--	<b>143.786</b>	<b>223.451</b>	<b>177.742</b>	<b>142.948</b>	<b>144.618</b>

\* As debêntures foram canceladas em 29 de maio de 2009.

### **Considerações Sobre o Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nordeste do Brasil S.A.**

Em 30 de junho de 2006, a nossa subsidiária Espra celebrou o BNB escritura pública referente a um contrato de financiamento no valor aproximado de R\$127 milhões, sobre o qual incidem juros de 9,5% ao ano, com uma redução de 15% para amortização antes do vencimento. Tal financiamento custeou a implementação de nossas primeiras três PCHs, a Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, localizadas no extremo sul do Estado da Bahia. Ademais, tal financiamento liberado de acordo com a comprovação da construção das PCHs. Em 30 de junho de 2010, o saldo do financiamento obtido junto ao BNB era de R\$119 milhões.

Nos termos do contrato, nos obrigamos a amortizar o débito por meio de parcelas mensais, acrescidas de algumas parcelas com vencimento em datas específicas e manter a relação garantia/financiamento de, no mínimo, 152,79%. O último pagamento será feito em 30 de junho de 2026. O contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses: (i) revogação pela ANEEL de qualquer das autorizações para operar nossas PCHs; (ii) qualquer oneração, transferência ou cessão à terceiros dos direitos decorrentes do contrato, sem o prévio consentimento do BNB; (iii) qualquer alteração no controle direto ou indireto da Espra consumada sem consentimento prévio do BNB; (iv) o emprego dos recursos do financiamento com finalidade diversa da acordada; (v) interrupção nas operações por período superior a 30 dias; (vi) execução de nota promissória ou instrumento similar de contração de dívida por uma quantia superior a R\$0,5 milhão, exceto por uma execução errônea ou cujos efeitos se atenham a um período de 30 dias; e (vii) qualquer outra hipótese de rescisão antecipada usualmente adotada em contratos desta natureza. Ademais, a Espra deverá (i) notificar formalmente o BNB sobre qualquer transferência ou incidência de direitos de terceiros sobre as garantias do financiamento; e (ii) submeter à aprovação do BNB qualquer proposta de cisão, fusão ou aquisição envolvendo a Espra, bem como qualquer outro ato que possa resultar em alterações na sua estrutura societária atual, controle de seu capital votante ou transferência de seu controle.

As garantias do financiamento obtido perante o BNB são as seguintes:

- *Garantia Fidejussória.* O financiamento é garantido por fiança outorgada pela Enerbras, Renato do Amaral Figueiredo e Ricardo Lopes Delneri.
- *Hipoteca.* Ainda, constituímos, em favor do BNB, uma hipoteca de primeiro grau das propriedades, bem como todas as instalações e benfeitorias existentes nas quais nossas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 estão localizadas.
- *Penhor de ações.* A Enerbras empenhou em favor do BNB a totalidade das ações ordinárias representativas de sua participação no capital social da Espra, com a exceção de que os respectivos direitos de voto permanecem com a Enerbras, salvo para matérias que requerem prévia aprovação do BNB, que incluem (i) mudanças no Estatuto Social da Espra; (ii) fusão, cisão ou operações de consolidação que afetem a Espra; (iii) a declaração de falência da Espra ou o pedido de recuperação judicial; e (iv) a alteração na participação detida pela Enerbras na Espra.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- *Penhor sobre os direitos emergentes de resoluções autorizativas da ANEEL.* Empenhamos, em favor do BNB, os direitos emergentes das resoluções autorizativas da ANEEL, que autorizam a Espra a gerar energia elétrica por meio da operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.
- *Penhor de Recebíveis.* Empenhamos também a receita proveniente dos contratos de compra e venda de energia elétrica que firmamos com a Eletrobrás para garantir o financiamento obtido junto ao BNB. Nos termos do instrumento de penhor, o BNB poderá executá-lo caso haja a rescisão antecipada do contrato de financiamento.
- *Fundo de Liquidez em Conta Reserva.* Temos também um saldo de R\$11 milhões aplicado em um fundo de investimento financeiro em 30 de junho de 2010, com aplicações em títulos públicos de renda fixa e referenciada pelo CDI, administrado pelo BNB, que se encontra caucionado e vinculado ao financiamento.

Por fim, em decorrência das condições estabelecidas para o penhor de direitos e cessão de receitas, o BNB atua como agente coletor das receitas advindas do fornecimento de eletricidade à Eletrobrás.

### ***Considerações sobre o Contrato de Promessa de Repasse de Empréstimo com o Banco ABN Amro Real S.A., sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.***

Em 4 de agosto de 2006, a Espra celebrou com o Banco Real um contrato de promessa de repasse de empréstimo do IFC no valor de até R\$20,0 milhões e com taxa DI acrescido de juros de 2,5% ao ano. O valor é liberado mediante a formulação de pedidos de desembolso, contra a emissão de cédulas de crédito bancário em favor do Banco Real. Em 31 de janeiro de 2007, em substituição das obrigações assumidas neste contrato, a Enerbras realizou a emissão de uma cédula de crédito bancário, da qual somos co-obrigados. A cédula de crédito bancário totaliza a quantia de R\$20,0 milhões, com reajuste equivalente a 100% do CDI – CETIP, acrescido de juros de 2,5% ao ano. A liquidação da cédula será feita por meio de 9 pagamentos semestrais, sendo o primeiro com vencimento em 30 de julho de 2010 e o último em 23 de maio de 2014. Em 1º de outubro de 2007, amortizamos o valor do principal por meio de um adiantamento no valor de R\$5,0 milhões. O saldo desta CCB era de R\$23,9 milhões em 30 de junho de 2010.

As obrigações assumidas incluem (i) a concessão dos mesmos direitos e prerrogativas concedidas aos demais credores; (ii) a abstenção de conceder garantias ou estabelecer encargos sobre seus bens e direitos, exceto pelo que for decorrente do financiamento obtido perante o BNB e dos demais contratos celebrados com este; sem a prévia anuência e por escrito do Banco Real; (iii) a abstenção de distribuir lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio de acionistas (os co-obrigados assumiram a responsabilidade de garantir que tal distribuição não seja feita); (iv) a abstenção de aumentar o nível de endividamento da Companhia, exceto com relação à este repasse de empréstimo e o financiamento obtido junto ao BNB; (v) direcionar os recursos obtidos com o repasse de empréstimo para a implementação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2; (vi) estabelecer, dentro de seis meses do início das operações de nossa primeira PCH, uma conta-garantia com o Banco Real, com quantia no mínimo equivalente a 50% do empréstimo, com início juntamente ao primeiro desembolso feito e com término mediante a liquidação do empréstimo; e (vii) outras provisões habituais aos contratos desta natureza. As garantias concedidas incluem uma hipoteca de segundo grau sobre as propriedades onde estão localizadas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, bem como um penhor de todas as ações ordinárias detidas pela Companhia no capital social da Enerbras.

As principais hipóteses de vencimento antecipado em que a dívida decorrente da cédula de crédito bancário está sujeita são: (i) descumprimento das obrigações assumidas em outros contratos celebrados pela Companhia ou pela Enerbras com o Banco Real ou qualquer terceiro, incluindo o financiamento que nos foi concedido pelo BNB em 30 de junho de 2006; (ii) cancelamento, revogação ou interrupção de autorizações já existentes ou falha na obtenção de novas autorizações governamentais, necessárias à implementação e operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2; e (iii) outros eventos de rescisão antecipada habitualmente previstos em contratos financeiros, tais como a decretação de falência ou insolvência, depreciação ou perecimento de garantias ou mudanças no controle direto ou indireto da Companhia. Ademais, a Enerbras se comprometeu a não distribuir dividendos até o início da amortização do principal e pagamento dos respectivos encargos financeiros, bem como a não aumentar o seu nível de endividamento além do limite de R\$75,0 milhões.

As garantias concedidas são as seguintes:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- *Hipoteca.* Constituímos, em favor do Banco Real, uma hipoteca de segundo grau sobre as propriedades em que estão localizadas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.
- *Penhor de ações.* O empréstimo é garantido pelo penhor de 4.327.535 ações ordinárias de emissão da Enerbras de titularidade da Renova.
- *Cessão fiduciária de direitos.* Adicionalmente, a Enerbras cedeu ao Banco Real o direito ao recebimento de dividendos referentes a 5.151.760 ações representativas de sua participação no capital social da Espira, sendo 2.513.380 ações ordinárias e 2.638.380 ações preferenciais.

### ***Considerações Sobre a emissão das Debêntures***

Em 1 agosto de 2006, a Enerbras, a fim de obter parte dos recursos necessários à implementação do projeto para a construção e operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, e demais obras complementares, implementado pela Espira, celebrou escritura de emissão, para colocação privada, de até 1.153 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie subordinada com garantia adicional, conforme aditada (“Debêntures da Enerbras”). As Debêntures da Enerbras eram divididas em 6 séries, sendo: (i) até 329 debêntures da série I; (ii) até 74 debêntures da série II; (iii) até 110 debêntures da série III; (iv) até 22 debêntures da série IV; (v) 418 debêntures da série V; e (vi) 200 debêntures da série VI, no valor total de R\$59.967 mil. As debêntures eram atualizadas anualmente pela variação do IGPM e renderiam juros remuneratórios correspondentes a 12,5% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. O vencimento final das Debêntures da Enerbras ocorreria em 31 de julho de 2026. A amortização das Debêntures da Enerbras ocorreria trimestralmente, após o período de carência de dois anos a contar de 20 de setembro de 2007, em valor correspondente a 85% do fluxo de caixa da Enerbras durante o trimestre imediatamente anterior, sendo que esse percentual deveria ser aumentado para 100% após o serviço da dívida da cédula de crédito emitida em favor do Banco Real.

As Debêntures da Enerbras possuíam as seguintes garantias: (i) penhor, em segundo grau, das ações ordinárias e penhor, em primeiro grau, das ações preferenciais de emissão da Enerbras, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a Enerbras, a Renova e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário, em 10 de setembro de 2007; e (ii) cessão fiduciária sobre os recursos depositados e mantidos pela Enerbras em certas contas abertas junto ao Deutsche Bank S.A. e vinculação de receitas recebidas pela Enerbras, nos termos do Contrato de Custódia, Administração e Cessão Fiduciária de Conta, celebrado entre a Enerbras, o Deutsche Bank S.A. e o Agente Fiduciário, em 10 de setembro de 2007.

O valor referente ao principal, juros e encargos das Debêntures da Enerbras, foi capitalizado na própria Enerbras, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Enerbras.

### ***Outras Considerações Sobre Endividamento***

Apresentamos cartas-consulta solicitando financiamento de até R\$880 milhões (oitocentos e oitenta milhões de reais) perante o BNB, o BNDES e a SUDENE, na modalidade de *project finance*, para construção de nossos Parques Eólicos em Implementação.

Todavia, tendo em vista que não celebramos quaisquer documentos formais junto ao BNB, ao BNDES e/ou à SUDENE com vistas à concessão de tais financiamentos, não é possível precisar que tais financiamentos serão de fato contratados, nem as condições em que os mesmos poderão ser obtidos.

Em 11 de maio de 2010, o BNDES comunicou à Companhia o enquadramento de 3 de nossos Parques Eólicos em Implementação, e em 10 de agosto outros 6 parques, totalizando os 9 parques protocolados para o financiamento com o BNDES e que se encontram na fase de análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES. Tal enquadramento, no entanto, não significa a aprovação da concessão do financiamento pleiteado pela Companhia.

#### **g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não tem limites de financiamento já contratados.

#### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 De Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

#### Principais Alterações nas Contas de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2009	2008		2009 x 2008	
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)				
		AV (%)		AV (%)	(%)
Receita Operacional Líquida	33.753	100,00%	15.367	100,00%	119,65%
Custo do serviço de energia elétrica e custo de operação	(11.542)	(34,20%)	(5.701)	(37,10%)	102,46%
Lucro Bruto	22.211	65,80%	9.666	62,90%	129,78%
Despesas Operacionais	(7.521)	(22,28%)	(13.119)	(85,37%)	(42,67%)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.505)	(22,24%)	(12.975)	(84,43%)	(42,16%)
Despesas Tributárias	(16)	(0,05%)	(64)	(0,42%)	(75,00%)
Outras Receitas / Despesas	1	0,00%	(78)	(0,51%)	(101,28%)
Resultado Financeiro Líquido	(14.746)	(43,69%)	(20.496)	(133,38%)	(28,05%)
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(55)	(0,16%)	(23.947)	(155,83%)	(99,77%)
Imposto de renda e contribuição social	(1.482)	(4,39%)	(916)	(5,96%)	61,79%
Prejuízo Líquido	(1.537)	(4,55%)	(24.863)	(161,79%)	(93,82%)

#### Receita Operacional Líquida

A nossa receita operacional líquida relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$33,8 milhões, representando um aumento de R\$18,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando tivemos receita operacional líquida de R\$15,4 milhões. Esta receita é proveniente de nossa controlada Espira e esta variação ocorreu devido às nossas três PCHs terem entrado em operação comercial a partir dos meses de maio, junho e setembro 2008, tendo contribuído integralmente para nossos resultados em 2009. Nossa tarifa de energia em 2009 era de R\$159,20 por MWh, tendo sido reajustada pelo IGPM em junho de 2009. Antes desse reajuste nossa tarifa era de R\$153,61 por MWh.

#### Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 2009, nossos custos do serviço de energia elétrica foram de R\$11,5 milhões, representando um aumento de R\$5,8 milhões em comparação com os custos do serviço vendido em 2008, de R\$5,7 milhões. Esse aumento resultou da entrada em operação das PCHs da nossa controlada Espira, o resultado de 2008 contempla os gastos incorridos a partir da entrada em operação das PCHs Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, do qual R\$6,9 milhões foram incorridos principalmente a títulos de custos de depreciação, R\$3,0 milhões em despesas de manutenção e operação e R\$1,6 milhão com a TUSD.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram equivalentes a R\$7,5 milhões, apresentando uma redução de R\$5,4 milhões na comparação com o exercício de 2008, quando as nossas despesas operacionais foram de R\$12,9 milhões. Esta variação ocorreu devido principalmente ao reconhecimento de despesas extraordinárias com consultores legais, financeiros e técnicos em 2008 e à entrada em operação das PCHs ao longo de 2008. Em 2009, nossas principais despesas operacionais foram as seguintes: (i) R\$2,5 milhões em despesas com pessoal; (ii) R\$1,5 milhão em despesas com aluguéis e arrendamentos; (iii) R\$1,6 milhões em despesas com prestadores de serviços; e (iv) R\$1,9 milhões em despesas com viagens, publicações e outros.

#### Resultado Financeiro Líquido

Tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$14,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em comparação com um resultado financeiro líquido negativo de R\$20,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Enquanto que nossa receita financeira pouco variou em 2009, tendo sido de R\$4,1 milhões contra R\$3,6 milhões em 2008, nossa despesa financeira

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

reduziu de R\$24,1 milhões em 2008 para R\$18,8 milhões em 2009. Essa redução das despesas financeiras se deve ao cancelamento das debêntures em 29 de maio de 2009, sobre as quais, incidiam juros remuneratórios pré-fixados a taxa de 12,5% a.a. incidentes sobre o saldo não amortizado do valor unitário atualizado. Este cancelamento resultou em uma redução de R\$6,0 milhões no ano de 2009.

### Prejuízo Líquido

O prejuízo líquido da Companhia foi de R\$1,5 milhão em 2009, variando positivamente em R\$23,3 milhões em relação ao prejuízo de R\$24,9 milhões apurado em 2008. Os fatores que contribuíram para esta redução foram as receitas auferidas pelas nossas 3 PCHs em operação e a redução das nossas despesas gerais e administrativas.

### Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

	Em 31 de dezembro de				
	2009		2008		2009 x 2008
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)				
		AV (%)		AV (%)	(%)
ATIVO					
Circulante	47.028	16,07%	12.316	4,97%	281,84%
Disponibilidades	41.475	14,17%	6.811	2,75%	508,94%
Contas a receber de clientes	3.903	1,33%	3.862	1,56%	1,06%
Adiantamento a Fornecedores	659	0,23%	547	0,22%	20,48%
Impostos a Recuperar	477	0,16%	620	0,25%	(23,06%)
Despesas antecipadas	387	0,13%	340	0,14%	13,82%
Cauções e depósitos vinculados	55	0,02%	-	-	
Outros Créditos	72	0,02%	136	0,05%	(47,06%)
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo	13.142	4,49%	10.870	4,39%	20,90%
Cauções e depósitos vinculados	13.077	4,47%	10.845	4,38%	20,58%
Creditos com partes relacionadas	40	0,01%	-	0,00%	
Títulos de Capitalização	25	0,01%	25	0,01%	-
Permanente	232.563	79,45%	224.522	90,64%	3,58%
Outros Investimentos	70	0,02%	70	0,03%	0,00%
Imobilizado	202.433	69,15%	205.597	83,00%	(1,54%)
Intangível	30.060	10,27%	18.855	7,61%	59,43%
TOTAL DO ATIVO	292.733	100,00%	247.708	100,00%	18,18%
PASSIVO					
Circulante	15.434	5,27%	12.847	5,19%	20,14%
Fornecedores	1.968	0,67%	7.283	2,94%	(72,98%)
Empréstimos e Financiamentos	11.852	4,05%	4.027	1,63%	194,31%
Obrigações Trabalhistas	478	0,16%	543	0,22%	(11,97%)
Obrigações Tributárias	620	0,21%	911	0,37%	(31,94%)
Outras contas a pagar	516	0,18%	83	0,03%	521,69%
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo	138.354	47,26%	225.844	91,17%	(38,74%)
Empréstimos e Financiamentos	131.935	45,07%	141.206	57,01%	(6,57%)
Debêntures	-	0,00%	78.219	31,58%	(100,00%)
Desagio na aquisição investimento	6.419	2,19%	6.419	2,59%	0,00%
Participação de Minoritários	0	0,00%	--	--	--
Patrimônio Líquido	138.945	47,46%	9.017	3,64%	1.440,92%
Capital social	46.536	15,90%	34.343	13,86%	35,50%
Reserva de ágio na emissão de ações	119.272	40,74%	-	-	100,00%
Resultados Acumulados	(26.863)	(9,18%)	(25.326)	(10,22%)	6,07%

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2009 x 2008
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)		
	AV (%)	AV (%)	(%)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>292.733</b>	<b>247.708</b>	<b>18,18%</b>

### ATIVO

#### **Circulante**

*Disponibilidade:* O saldo desta conta passou de R\$6,8 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$41,5 milhões, na mesma data de 2009, principalmente devido à integralização em dinheiro, pelo InfraBrasil, de parcela de R\$50,0 milhões do aumento de capital da Companhia realizado em 29 de maio de 2009.

*Adiantamento a Fornecedores:* O saldo desta conta passou de R\$0,5 milhão, em 31 de dezembro de 2008, para R\$0,7 milhão, na mesma data de 2009, refletindo o aumento de nossos investimentos em nossos projetos de parques eólicos, inventários e projetos básicos.

#### **Permanente**

*Imobilizado:* O saldo desta conta passou de R\$205,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$202,4 milhões, na mesma data de 2009, devido à depreciação ocorrida durante o ano de 2009.

*Intangível:* O saldo desta conta passou de R\$18,9 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$30,1 milhões, na mesma data de 2009, demonstrando, portanto, uma variação de 59,43%, que pode ser atribuída principalmente aos investimentos da Companhia em novos projetos básicos, inventários e projetos de eólicas.

### PASSIVO

#### **Circulante**

*Fornecedores:* O saldo desta conta passou de R\$7,3 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$2,0 milhões, na mesma data de 2009, devido principalmente à redução de pagamentos de ativos imobilizados ocorridos em 2008.

*Empréstimos e Financiamentos:* O saldo desta conta passou de R\$4,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$11,9 milhões, na mesma data de 2009, devido aos pagamentos previstos em contrato.

#### **Exigível à Longo Prazo**

*Empréstimos e Financiamentos:* O saldo desta conta passou de R\$141,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$131,9 milhões, na mesma data de 2009, devido aos pagamentos incorridos e classificação de parcelas de amortização para curto prazo, conforme previsto nos contratos financeiros da Companhia.

*Debêntures:* O saldo desta conta passou de R\$78,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para zero na mesma data de 2009, devido ao cancelamento das debêntures e sua integralização no capital social da Companhia, em 29 de maio de 2009, totalizando R\$81,5 milhões.

#### **Patrimônio Líquido**

O saldo desta conta passou de R\$9,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$138,9 milhões, na mesma data de 2009, devido a (i) aumento no capital social ocorrido em 29 de maio de 2009 no montante de R\$12,2 milhões; (ii) reserva de ágio no valor total de R\$119,3 milhões, gerado na emissão das ações decorrentes do aumento de capital da Companhia realizado em 29 de maio de 2009; e (iii) prejuízo do exercício no valor de R\$1,5 milhão.

#### **Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 De Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Principais Alterações nas Contas de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2008		2007		2008 x 2007
	<i>(em milhares de reais, exceto porcentagem)</i>				
		AV (%)		AV (%)	(%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	15.367	100,00%	-	0,00%	100,00%
<b>Custo do serviço de energia e custo de operação</b>	(5.701)	(37,10%)	-	0,00%	100,00%
<b>Lucro Bruto</b>	9.666	62,90%	-	0,00%	100,00%
<b>Despesas Operacionais</b>	(13.039)	(84,85%)	(3.710)	0,00%	251,46%
Despesas Gerais e Administrativas	(12.975)	(84,43%)	(3.567)	0,00%	263,75%
Despesas Tributárias	(64)	(0,42%)	(143)	0,00%	(55,24%)
<b>Outras Receitas / Despesas</b>	(78)	(0,51%)	9.274	0,00%	(100,84%)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	(20.496)	(133,38%)	(8.459)	0,00%	142,30%
<b>Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	(23.947)	(155,83%)	(2.895)	0,00%	727,18%
Imposto de renda e contribuição social	(916)	(5,96%)	-	0,00%	0,00%
<b>Prejuízo Líquido</b>	(24.863)	(161,79%)	(2.895)	0,00%	758,83%

#### Receita Operacional Líquida

A nossa receita operacional líquida relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$15,3 milhões, proveniente da entrada em operação das nossas 3 PCHs. A tarifa de energia praticada de junho a dezembro de 2008 foi de R\$153,61 por MWh.

#### Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 2008, nossos custos do serviço de energia elétrica foram de R\$5,7 milhões, os quais foram compostos por R\$0,6 milhão referente a TUSD, R\$3,5 milhões com depreciação e R\$1,6 milhão em serviços de terceiros e outros. Como nossas PCHs só entraram em operação em 2008, não tivemos custos de serviço de energia elétrica em 2007.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As nossas despesas operacionais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram de R\$12,9 milhões, apresentando um aumento de R\$9,3 milhões em relação ao exercício de 2007, quando tivemos despesas operacionais de R\$3,6 milhões. Esta variação ocorreu em virtude de as atividades das 3 PCHs da Companhia terem se iniciado somente em maio de 2008. Em 2008, nossas principais despesas operacionais foram: (i) R\$5,0 milhões em despesas com empregados; (ii) R\$1,3 milhão em despesas com aluguéis e arrendamentos; (iii) R\$5,5 milhões em despesas com prestadores de serviços; e (iv) R\$2,6 milhões em despesas com viagens, publicações, depreciação e outros.

#### Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais demonstraram variação negativa de R\$9,3 milhões. Esta variação é devida ao cancelamento das debêntures ocorrido antes de sua data de vencimento, em 2007.

#### Resultado Financeiro Líquido

Tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$20,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em comparação com um resultado financeiro líquido negativo de R\$8,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Enquanto nossa receita financeira aumentou de R\$0,1 milhão em 2007 para R\$3,6 milhões em 2008, nossa despesa financeira aumentou de R\$8,5 milhões em 2007 para R\$24,1 milhões em 2008. Esse aumento das despesas financeiras se deve aos encargos decorrentes de emissão das debêntures, correspondentes a juros remuneratórios pré-fixados a taxa de 12,5% a.a. incidentes sobre o saldo não amortizado do valor unitário atualizado.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Prejuízo Líquido

O prejuízo líquido apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$24,9 milhões, em comparação a um prejuízo de R\$2,9 milhões no exercício de 2007, refletindo as atividades da Companhia no seu início operacional ocorrido em 2008.

### Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

	Em 31 de dezembro de				
	2008		2007		2008 x 2007
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)				
		AV (%)		AV (%)	(%)
ATIVO					
Circulante	12.316	4,97%	5.784	2,90%	112,93%
Disponibilidades	6.811	2,75%	5.121	2,57%	33,00%
Contas a receber de clientes	3.862	1,56%			100,00%
Adiantamento a Fornecedores	547	0,22%	328	0,16%	66,77%
Impostos a Recuperar	620	0,25%	335	0,17%	85,07%
Despesas antecipadas	340	0,14%	--	--	100,00%
Cauções e depósitos vinculados	0	0,00%	--	--	100,00%
Outros Créditos	136	0,05%	--	--	100,00%
Não Circulante		0,00%			
Realizável a Longo Prazo	10.870	4,39%	4.306	2,16%	152,44%
Cauções e depósitos vinculados	10.845	4,38%	4.269	2,14%	154,04%
Creditos com partes relacionadas	0	0,00%	12	0,01%	-100,00%
Títulos de Capitalização	25	0,01%	25		100,00%
Permanente	224.522	90,64%	189.145	94,94%	18,70%
Outros Investimentos	70	0,03%			100,00%
Imobilizado	205.597	83,00%	168.256	84,45%	22,19%
Intangível	18.855	7,61%	20.889	10,48%	-9,74%
Total do Ativo	247.708	100,00%	199.235	100,00%	24,33%
PASSIVO					
Circulante	12.847	5,19%	15.616	7,84%	-17,73%
Fornecedores	7.283	2,94%	10.770	5,41%	-32,38%
Empréstimos e Financiamentos	4.027	1,63%	4.565	2,29%	100,00%
Obrigações Trabalhistas	543	0,22%	26	0,01%	1988,46%
Obrigações Tributárias	911	0,37%	255	0,13%	257,25%
Outras contas a pagar	83	0,03%	--	100,00%	100,00%
Não Circulante			--		
Exigível a Longo Prazo	225.844	91,17%	179.739	90,21%	100,00%
Empréstimos e Financiamentos	141.206	57,01%	119.253	59,86%	18,41%
Debêntures	78.219	31,58%	53.924	27,07%	45,05%
Empréstimos de Pessoas Ligadas		0,00%	8	0,00%	-100,00%
Outras Contas a Pagar		0,00%	135	0,07%	-100,00%
Desagio na aquisição investimento	6.419	2,59%	6.419	3,22%	0,00%
Patrimônio Líquido	9.017	3,64%	3.880	1,95%	132,40%
Capital social	34.343	13,86%	4.342	2,18%	100,00%
Prejuízos Acumulados	(25.326)	(10,22%)	(462)	-0,23%	5381,82%
Total do Passivo	247.708	100,00%	199.235	100,00%	24,33%

### ATIVO

#### Circulante

*Disponibilidade:* O saldo desta conta passou de R\$5,1 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$6,8 milhões, na mesma data de 2008, refletindo a entrada em operação das nossas 3 PCHs.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Permanente

*Imobilizado:* O saldo desta conta passou de R\$168,2 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$205,6 milhões, na mesma data de 2008, demonstrando, portanto, uma variação de 22,3%, reflexo da conclusão da construção das nossas 3 PCHs.

*Intangível:* O saldo desta conta passou de R\$21,0 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$18,9 milhões, na mesma data de 2008, demonstrando, portanto, uma variação negativa 9,74%, que pode ser atribuída principalmente à conclusão da construção das nossas 3 PCHs em operação ao longo de 2008 e sua reclassificação da rubrica de “Ativo Intangível” para “Ativo Imobilizado” em 2008.

### PASSIVO

#### Circulante

*Fornecedores:* O saldo desta conta passou de R\$10,8 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$7,3 milhões, na mesma data de 2008, devido a pagamento de prestadores de serviços e fornecedores de materiais.

*Empréstimos e Financiamentos:* O saldo desta conta passou de R\$4,6 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$4,0 milhões, na mesma data de 2008, devido a apresentar-se nesta conta somente a parcela de curto prazo.

#### Exigível à Longo Prazo

*Empréstimos e Financiamentos:* O saldo desta conta passou de R\$119,3 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$141,2 milhões, na mesma data de 2008, devido às apropriações de encargos de financiamento conforme contratos.

*Debêntures:* O saldo desta conta passou de R\$53,9 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$78,2 milhões, na mesma data de 2008, devido a (i) R\$10,0 milhões conforme o boletim de subscrição de debêntures da 6ª série da 1ª emissão em agosto 2008 e (ii) encargos apropriados em função de atualização monetária e juros remuneratórios.

#### Patrimônio Líquido

O saldo desta conta passou de R\$3,9 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$9,0 milhões, na mesma data de 2008, devido (i) ao aumento de capital no valor de R\$30,0 milhões sendo o saldo do capital social em 31 de dezembro de 2008 de R\$34,3 milhões representado por 801.606 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e (ii) ao prejuízo no período de R\$24,9 milhões.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Comparação das Informações Financeiras dos Períodos de Três Meses Encerrados em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

#### Principais Alterações nas Contas de Resultado

	Período de três meses encerrado em 30 de junho de				
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)				
	2010	2009		2010 x 2009	
		(em milhares de reais)			
		AV (%)		AV (%)	(%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	8.780	100,00%	8.363	100,00%	4,99%
<b>Custo do serviço de energia e custo de operação</b>	(2.976)	(33,90%)	(2.716)	(30,90%)	9,57%
<b>Lucro Bruto</b>	5.804	66,10%	5.647	64,30%	2,78%
<b>Despesas Operacionais</b>	(4.270)	(48,60%)	(2.594)	(29,50%)	64,61%
Despesas Gerais e Administrativas	(4.193)	(47,80%)	(2.592)	(29,50%)	61,77%
Despesas Tributárias	(77)	(0,90%)	(2)	(0,00)	3.750,00%
<b>Outras Receitas / Despesas</b>	(172)	(2,00%)	(76)	(0,90%)	126,32%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	(2.268)	(25,80%)	(5.329)	(60,70%)	(57,44%)
<b>Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	(906)	(10,30%)	(2.352)	(26,80%)	(61,48%)
Imposto de renda e contribuição social	(414)	(4,70%)	(368)	(4,20%)	12,50%
<b>Prejuízo Líquido</b>	(1.320)	(15,00%)	(2.720)	(31,00%)	(51,47%)

#### Receita Operacional Líquida

A nossa receita operacional líquida relativa ao período de três meses encerrado em 30 de junho de 2010 foi de R\$ 8,8 milhões, tendo sido de R\$8,4 milhões para o mesmo trimestre em 2009, proveniente da energia elétrica gerada por nossas 3 PCHs em operação. A tarifa de energia praticada de março a junho de 2010 foi de R\$159,20 por MWh.

#### Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 30 de junho de 2010, nossos custos do serviço de energia elétrica foram de R\$ 3,0 milhões, (R\$2,7 milhões para o mesmo trimestre em 2009), os quais foram compostos por R\$ 0,3 milhão referente a TUSD, (R\$0,2 milhão referente ao período de 30 de junho de 2009), R\$ 1,8 milhão com depreciação, (R\$ 1,8 milhão para o mesmo período em 2009) e R\$ 0,9 milhão, (R\$0,7 milhão para o mesmo período em 2009) em serviços de terceiros e outros.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As nossas despesas operacionais relativas ao período de três meses encerrado em 30 de junho de 2010 foram de R\$4,3 milhões, apresentando uma redução de R\$1,7 milhão em relação ao período de três meses encerrado em 30 de junho de 2009, quando tivemos despesas operacionais de R\$2,6 milhões. Em 2010, nossas principais despesas operacionais foram: (i) R\$0,9 milhão em despesas com empregados; (ii) R\$0,2 milhão em despesas com aluguéis e arrendamentos; (iii) R\$0,9 milhão em despesas com prestadores de serviços; e (iv) R\$2,3 milhão em despesas com viagens, publicações, depreciação e outros.

#### Resultado Financeiro Líquido

Tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$2,3 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2010, em comparação com um resultado financeiro líquido negativo de R\$5,3 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2009. Enquanto nossa receita financeira aumentou de R\$0,9 milhão em 2009 para R\$1,0 milhão em 2010, nossa despesa financeira diminuiu de R\$6,2 milhões em 2009 para R\$3,3 milhões em 2010. Tal redução das despesas financeiras se deve ao fato de não haver mais despesas com debêntures, as quais foram capitalizadas no mês de maio de 2009.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2010 foi de R\$1,3 milhão, em comparação a um prejuízo de R\$2,7 milhão no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2009. Houve uma redução de R\$1,4 milhão em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação está parte relacionada com o fato que no trimestre findo em 30 de junho de 2010 não houve o provisionamento dos juros das debêntures pela Companhia, as quais foram canceladas em 29 de maio de 2009.

### Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

	Em 30 de junho de				
	2010		2009		2010 x 2009
	(em milhares de reais, exceto porcentagem)				
	AV (%)		AV (%)		(%)
ATIVO					
Circulante	41.320	14,13%	56.094	19,06%	(26,34%)
Disponibilidades	24.295	8,31%	937	0,32%	2.492,85%
Contas a receber de clientes	3.879	1,33%	5.157	1,75%	(24,78%)
Adiantamento a Fornecedores	11.997	4,10%	0	0,00	100,00%
Impostos a Recuperar	0	0,00	0	0,00	--
Despesas antecipadas	156	0,05%	0	0,00	100,00%
Cauções e depósitos vinculados	55	0,02%	0	0,00	100,00%
Outros Créditos	938	0,32%	50.000	16,99%	(98,12%)
Não Circulante	251.099	85,87%	238.166	80,94%	5,43%
Realizável a Longo Prazo	11.292	3,86%	12.417	4,22%	(9,06%)
Cauções e depósitos vinculados	11.218	3,84%	12.381	4,21%	9,39%
Creditos com partes relacionadas	49	0,02%	36	0,01%	36,11%
Títulos de Capitalização	25	0,01%	0	0,00	100,00%
Permanente	239.807	82,01%	225.749	76,72%	6,23%
Outros Investimentos	70	0,02%	70	0,02%	0,00
Imobilizado	202.510	69,25%	203.900	69,29%	(0,68%)
Intangível	37.227	12,73%	21.779	7,40%	70,93%
Total do Ativo	292.419	100,00%	294.260	100,00%	(0,63%)
PASSIVO					
Circulante	18.701	6,40%	11.560	3,93%	61,77%
Fornecedores	2.996	1,02%	5.651	1,92%	(46,98%)
Empréstimos e Financiamentos	6.986	2,39%	4.145	1,41%	68,54%
Obrigações Trabalhistas	709	0,24%	858	0,29%	(17,37%)
Obrigações Tributárias	627	0,21%	776	0,26%	(19,20%)
Outras contas a pagar	7.383	2,52%	130	0,04%	5.579,23%
Não Circulante	135.260	46,26%	146.892	49,92%	(7,92%)
Exigível a Longo Prazo	128.841	44,06%	140.473	47,74%	(41,70%)
Empréstimos e Financiamentos	128.841	44,06%	140.473	47,74%	(8,28%)
Debêntures	-	-	-	-	-
Desagio na aquisição investimento	6.419	2,20%	6.419	2,18%	0,00%
Patrimônio Líquido	138.458	47,35%	135.808	46,15%	1,95%
Capital social	165.808	56,70%	46.536	15,81%	256,30%
Reserva de capital	-	-	119.272	40,53%	n/a
Prejuízos Acumulados	(27.350)	(9,35%)	(30.000)	(10,20%)	(8,83%)
Total do Passivo	292.419	100,00%	294.260	100,00%	(0,63%)

### ATIVO

#### Circulante

*Disponibilidade:* O saldo desta conta passou de R\$1 milhão em 30 de junho de 2009 para R\$24 milhões na mesma data de 2010, refletindo a integralização em dinheiro, pelo InfraBrasil, de parcela de R\$50,0 milhões do aumento de capital da Companhia realizado em 20 de maio de 2009.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Permanente

*Imobilizado:* O saldo desta conta passou de R\$204 milhões, em 30 de junho de 2009, para R\$203 milhões, na mesma data de 2010, demonstrando, portanto, uma variação de -1%, reflexo dos efeitos da depreciação.

*Intangível:* O saldo desta conta passou de R\$22 milhões, em 30 de junho de 2009, para R\$37 milhões, na mesma data de 2010, demonstrando, portanto, uma variação positiva de 71%, que pode ser atribuída principalmente aos investimentos feitos no desenvolvimento dos projetos da Companhia.

### PASSIVO

#### Circulante

*Fornecedores:* O saldo desta conta passou de R\$6 milhões, em 30 de junho de 2009, para R\$3 milhões, na mesma data de 2010, devido ao pagamento dos fornecedores num prazo menor.

*Empréstimos e Financiamentos:* O saldo desta conta passou de R\$7 milhões, em 30 de junho de 2009, para R\$4 milhões, na mesma data de 2010, devido às parcelas a vencer do contrato do IFC com o Banco Real tornarem-se exigíveis no curto prazo.

#### Exigível à Longo Prazo

*Empréstimos e Financiamentos:* O saldo desta conta passou de R\$140,4 milhões, em 30 de junho de 2009, para R\$128,8 milhões, na mesma data de 2010, devido às parcelas a vencer do contrato do IFC com o Banco Real tornarem-se exigíveis no curto prazo.

#### Patrimônio Líquido

O saldo desta conta passou de R\$135,8 milhões, em 30 de junho de 2009, para R\$138,5 milhões, na mesma data de 2010, esta variação refere-se ao lucro do período.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

**a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

A demanda por energia elétrica depende do desempenho dos demais setores produtivos do País, que, por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Uma diminuição na atividade econômica normalmente irá afetar a demanda pela energia por nós gerada. Comercializamos a energia gerada com base em uma estratégia de obtenção das melhores condições de comercialização de energia, selecionando as melhores oportunidades de venda. Tais oportunidades podem aparecer por meio de leilões de energia nova ou de energia de reserva no ACR, como fizemos com o Leilão LER 2009, pelo qual asseguramos um volume significativo de venda de energia pelos próximos 20 anos, ou no mercado livre de energia, incluindo os Consumidores Especiais no ACL. Acreditamos que tal flexibilidade nos confere vantagens competitivas face à oscilação de preços, em razão de potenciais cenários de escassez de energia, ao mesmo tempo em que nos protege de uma exposição excessiva às condições de mercado.

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de renda, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente de nossas PCHs é corrigido pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente de nossos parques eólicos será corrigido pelo IPCA.

A Companhia espera não haver variações significativas do volume de energia elétrica a ser produzida e comercializada pelas suas PCHs em operação e pelos parques eólicos em implantação e, portanto, não espera sofrer efeito materialmente adverso em seus resultados em decorrência desse fator.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria de nossos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM e o IPCA. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a nossa receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

#### **Inflação**

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices.

A maioria de nossos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Nossos gastos com a contratação de serviços e utilidades (aluguel do imóvel de nossa sede e fornecimento de eletricidade, telefonia, água e gás) representaram aproximadamente 13% das nossas despesas gerais e administrativas em 2009. Tais gastos estão atrelados aos índices de medição da inflação, em especial o IGPM. Nossos gastos com empregados representaram aproximadamente 34% das nossas despesas gerais e administrativas em 2009, os gastos com serviços terceirizados representaram 14%, os gastos com depreciação representaram 2%, enquanto os demais gastos representaram 38% das nossas despesas gerais e administrativas no mesmo período. No Brasil, salários de empregados geralmente sofrem reajuste anual, baseado em acordos coletivos entre os sindicatos a que pertencem e os empregadores, os quais usualmente utilizam o INPC como parâmetro para suas negociações.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Taxa de Juros

O resultado das nossas operações também está exposto às variações das taxas de juros. Contratamos empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são em sua maioria reajustados com base na TJLP e CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. O consumo privado no Brasil cresceu de R\$1,4 trilhão em 2003 para R\$2,4 trilhão em 2008, o que representou um CAGR de 11,7% entre 2003 e 2008. O consumo dos primeiros 9 meses de 2009 fechou em R\$1,9 trilhão.

### Taxa de Câmbio

Como a maioria dos nossos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos Parques Eólicos em Implementação, bem como a totalidade de nossas receitas é denominada em Reais, não estamos expostos a variação da taxa de câmbio.

### Tributação

Estamos sujeitos ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$48,0 milhões ou a R\$4,0 milhões multiplicado pelo número de meses de atividade, é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia adota o regime de tributação do lucro real e nossas controladas operacionais Espira e nossas SPEs adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

Ademais, para parques eólicos e PCHs instalados em regiões de influência da SUDAM e SUDENE (Região Amazônica e Nordeste do Brasil), é possível pleitear o benefício de redução da alíquota de imposto de renda (inclusive do adicional) em 75%, calculado sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, contados a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto aprovado entrar em operação, resultando numa alíquota total (IRPJ e CSLL) de 15,25% nesses empreendimentos. As alterações na legislação tributária brasileira, que são frequentes, poderão ter um impacto significativo sobre os resultados de nossas operações. Ressaltamos, porém, que caso optemos por pleitear o benefício, estaremos obrigados a apuração do Lucro Real, assim como estaríamos sujeitos ao regime da não-cumulatividade para as contribuições de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e poderemos nos beneficiar de mecanismos semelhantes. Nós nos qualificamos para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolve, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espira e aos nossos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de janeiro de 2010 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Esperamos enquadrar nossos projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infra-Estrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infra-estrutura. Pretendemos também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EVENTOS RELEVANTES ABAIXO QUE TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis. Desde 2008, operamos com 3 PCHs e, em virtude do resultado do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2009 em que comercializamos energia a ser produzida por 14 parques eólicos em construção no interior do Estado da Bahia, em 2012 passaremos a operar também com geração de energia por fonte eólica.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Em 2009, a Companhia passou por um processo de reorganização societária, que teve como principal fato a integralização de aumento de capital da Companhia por meio de debêntures emitidas pela sua subsidiária integral Enerbras Centrais Elétricas S.A., processo esse que gerou eventos não recorrentes que impactaram os resultados financeiros desse período. Em 15 de janeiro de 2010 incorporamos nossa acionista, a Hourtin Holdings, cujo patrimônio líquido contábil na data da incorporação correspondia a R\$ 163.984.646,00. Este valor foi destinado à reserva especial de ágio na incorporação, conforme disposto no art. 6º da Instrução CVM 319/99.

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

#### a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Preparamos nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que é baseada na Lei das Sociedades por Ações, que inclui, a partir de 1º de janeiro de 2008, os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941, nas regras e regulamentos emitidos pela CVM e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON.

O principal objetivo da Lei 11.638 e da Lei 11.941 é atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM com base nas normas internacionais de contabilidade.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações foram avaliadas e mensuradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Tais mudanças caracterizam-se como mudança de prática contábil conforme disposto na Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 do CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, as companhias eram permitidas a refletirem os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro 2008. Em 31 de dezembro de 2008 não existiram ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis que impactaram os lucros acumulados da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1 das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia para o período de três meses findo em 30 de junho de 2010, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010. Adicionalmente, a Companhia irá reapresentar a ITR de junho de 2010, comparativamente com junho de 2009 também ajustados às normas de 2010, pelo menos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010.

#### b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei 11.941/09) não trouxeram efeitos patrimoniais significativos que pudessem afetar a comparação entre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008 e 2009.

#### c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores. O parecer de auditoria da KPMG relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 contém parágrafo de ênfase acerca do fato de a Companhia possuir diversos projetos em andamento e de sua controlada indireta Espira, que iniciou durante o exercício de 2008 as operações de suas usinas PCHs. A Companhia entende que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2009 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

A Companhia possui diversos projetos em andamento e sua controlada indireta Espira iniciou durante o exercício de 2008 as operações de suas PCHs. A administração da Companhia elaborou um estudo de



**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

viabilidade econômica financeira das usinas, o qual demonstra que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Dessa forma, em 30 de junho de 2010 a administração estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

**POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):**

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar nosso patrimônio líquido e a nossa condição financeira, bem como nosso resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das nossas estimativas. Revisamos nossas estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a nossa administração entende serem nossas práticas contábeis críticas.

### **Deterioração e Depreciação do Ativo Imobilizado e Intangível**

Reconhecemos regularmente as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nossos intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas nossas estimativas durante o período pelo qual esperamos geração de benefícios econômicos. Além disso, monitoramos o uso de nossos ativos fixos e intangíveis para determinar a necessidade de contabilização de sua deterioração. A determinação desta deterioração envolve julgamentos e estimativas quanto ao retorno adequado dado por estes ativos em relação ao seu valor contábil. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas, as despesas de deterioração, depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

### **Imposto de renda e contribuição social**

Contabilizamos o ativo e passivo fiscal diferidos com base nas diferenças entre os valores contábeis e a base tributária de nossos ativos e passivos, levando em consideração os dispositivos da Instrução da CVM nº 371/02. Revisamos com regularidade a recuperabilidade do ativo fiscal diferido. De acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, um ativo fiscal somente é reconhecido caso sua probabilidade de ser realizável seja provável. Nossa administração acredita que a realização do ativo fiscal diferido líquido seja provável, mas seu valor é sujeito às incertezas tendo em vista que depende da medida em que tal ativo poderá ser realizado, que por sua vez depende dos lucros tributáveis de períodos futuros. O montante do ativo fiscal diferido considerado realizável poderá, no entanto, ser reduzido caso sejam reduzidas as estimativas de lucro tributável futuro durante o período no qual o ativo fiscal diferido seria utilizado.

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espira, que foi apurado com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

### **Provisão para Contingências**

Registramos, quando necessário, provisões para contingências legais com base em análise do litígio em andamento. Contabilizamos valores considerados suficientes por nossa administração e com base no parecer de nossos advogados internos e externos para cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que nosso julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, devemos reavaliar as obrigações potenciais relacionadas ao litígio em andamento e rever nossas estimativas.

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.

Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais

## **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

### **COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:**

#### **a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Do total de recursos captados, a quantia de R\$ 73.400 foi utilizada para pagamento de adiantamentos de aquisição de 180 aerogeradores de 1,5MW, bem como serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric e o restante encontra-se aplicado para pagamento de custos já orçados e em fase de contratação, referente à construção dos Parques Eólicos.

## 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, poderemos ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado spot), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o nosso custo de produção.

### b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## **10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:**

Não aplicável.

## 10.10 - Plano de negócios

### COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

**a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Comercializamos no Leilão de Energia de Reserva realizado em 2009 a energia a ser gerada por meio de nossos 14 parques eólicos em construção no interior do Estado da Bahia. Os contratos a serem celebrados terão vigência de 20 anos. O investimento para a implantação dos referidos parques eólicos será de, aproximadamente, R\$1,0 bilhão, dos quais 80% correspondem à aquisição de 180 aerogeradores de 1,5MW, bem como serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric.

Parte relevante do financiamento para a construção de tais parques deverá ser obtido junto a bancos e entidades de fomento governamentais, tais como o BNDES, o BNB e a SUDENE, assim como instituições financeiras privadas na modalidade de *project finance*.

**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não aplicável.

**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável.



## 10.11 - Outros fatores com influência relevante

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.**

### Liquidez e Recursos de Capital

Para administrar a nossa liquidez, consideramos o nosso caixa e equivalentes de caixa e as nossas contas a receber e a pagar. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento dos valores que faturamos contra nossos clientes. Geralmente, observamos um intervalo médio de 10 dias entre o pagamento das nossas despesas e o efetivo recebimento das receitas dos nossos serviços.

*Caixa e equivalentes de caixa.* O saldo desta conta passou de R\$6,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, para R\$41,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, devido ao aumento em nossas disponibilidades em função dos investimentos orçados para novos projetos da Companhia decorrente da integralização em dinheiro, pelo InfraBrasil, de parcela de R\$50,0 milhões do aumento de capital da Companhia realizado em 29 de maio de 2009, visando aos investimentos orçados para novos projetos da Companhia. O saldo desta conta passou de R\$ 41,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$24 milhões em 30 de junho de 2010, devido à aplicação de recursos para a continuidade dos projetos da Companhia.

*Contas a receber.* O saldo desta conta permaneceu em R\$3,9 milhões em 30 de junho de 2010, mesmo valor registrado em 31 de dezembro de 2009 e na mesma data de 2008, devido ao fato de o contrato de venda de energia celebrado com a Eletrobras não apresentar alterações em seus termos e condições originalmente contratados.

### Fontes de Recursos

A nossa principal atual fonte de recursos de capital corresponde à receita proveniente da venda de energia, que utilizamos para despesas de manutenção e operacionais e para investimento em novos projetos. Também obtivemos recursos de capital por meio do aumento de capital realizado em 29 de maio de 2009, com o aporte de R\$50 milhões em dinheiro por parte do Infrabrazil e através da oferta pública de ações concluída em 12 de agosto de 2010 onde captamos R\$ 160,7 milhões.

### Investimentos (CAPEX)

O Capex acumulado até o final de 2007 foi de R\$189,1 milhões e com o incremento de R\$38,9 milhões em 2008, atingiu R\$228 milhões ao final de 2008. Em 2009, o aumento no Capex foi de R\$16,8 milhões, chegando a um Capex acumulado ao final de 2009 de R\$244,8 milhões. Em 30 de junho de 2010, o Capex acumulado atingiu o montante de R\$254,8 milhões, denotando um aumento de R\$6,0 milhões em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Os Capex dos últimos 3 anos foram utilizados para a construção das nossas 3 PCHs em operação e para o desenvolvimento de novos projetos de PCHs e parques eólicos.

O investimento para a implantação dos nossos Parques Eólicos em Implementação, vencedores do Leilão LER 2009, será de, aproximadamente, R\$1,0 bilhão, dos quais 80% correspondem à aquisição de 180 aerogeradores de 1,5MW, incluindo os respectivos serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric. Os demais fornecimentos estão em fase de contratação.

Investiremos parcela substancial dos recursos da Oferta na implantação de nossos Parques Eólicos em Implementação e no desenvolvimento e construção de PCHs e de outros parques eólicos. Prevemos incorrer em expressivos investimentos de capital, e, conseqüentemente, em expressivas despesas de juros por longos períodos em razão das características das atividades planejadas. Dessa forma, poderemos não apresentar rentabilidade ou fluxo de caixa positivo, o que pode nos impedir de pagar dividendos.

### Fluxo de Caixa

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, bem como nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2009. Nossas informações sobre o fluxo de caixa foram extraídas das demonstrações financeiras consolidado auditadas:

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>	<b>Período de três meses encerrado em 30 de junho de</b>
-----------------------	--	--

## 10.11 - Outros fatores com influência relevante

	2009	2008	2007	2010	2009
	(em milhares de reais)				
Disponibilidades líquidas geradas por (utilizadas nas) atividades operacionais.....	17.207	(1.645)	(92)	5.162	(46.524)
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimento.....	(16.841)	(38.958)	(111.558)	(8.502)	(2.192)
Disponibilidades líquidas geradas por (utilizadas nas) atividades de financiamento.....	34.298	42.293	112.947	(2.459)	46.571
<b>Redução das disponibilidades líquidas.....</b>	<b>34.664</b>	<b>1.691</b>	<b>1.297</b>	<b>(5.799)</b>	<b>(2.145)</b>

### *Disponibilidades Líquidas Geradas por (utilizada nas) Atividades Operacionais*

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades operacionais podem variar de acordo com a flutuação de nossa receita operacional, custo dos serviços, despesas operacionais e receita (despesa) financeira. Essa receita operacional consiste principalmente na venda de energia das nossas 3 PCHs, conforme contrato de compra de energia celebrado com a Eletrobrás. Tivemos um uso de recursos oriundos de atividades operacionais de R\$1,6 milhão em 2008, comparados a R\$17,2 milhões gerados em 2009, devido principalmente à contribuição integral de receita das 3 PCHs em 2009. No período de três meses encerrado em 30 de junho de 2010, tivemos uma geração de recursos oriundos de atividades operacionais de R\$5,2 milhões, comparados a um uso de recursos de R\$46,5 milhões gerados no mesmo período do ano anterior. O fluxo de caixa das atividades operacionais no período de três meses encerrados em 30 de junho de 2010 foi impactado principalmente pelo pagamento de adiantamento para construção dos parques eólicos.

### *Disponibilidades Líquidas Utilizadas nas Atividades de Investimento*

Nossas disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimento são afetadas principalmente pela construção das 3 PCHs e pelo desenvolvimento de novos projetos de PCHs e parques eólicos. As disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimentos sofreram uma redução de 131,3%, passando de uso de R\$39,0 milhões em 2008 para R\$16,8 milhões em 2009, sendo que o uso atingiu R\$8,5 milhões ao final do trimestre encerrado em 30 de junho de 2010, denotando uma variação de 388% em relação ao mesmo período de 2009, em função do aumento dos investimentos em desenvolvimento de novos projetos. Em 2008, a variação pode ser atribuída à conclusão das 3 PCHs, sendo que o valor usado em 2009 refere-se aos nossos projetos em desenvolvimento. Em 2007, tivemos um uso de R\$111,6 milhões de disponibilidade líquida nas atividades de investimento, resultante principalmente de adições ao ativo imobilizado devido a construção das nossas 3 PCHs.

### *Disponibilidades Líquidas Geradas por (utilizadas nas) Atividades de Financiamento*

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades de financiamento decorrem da contratação e pagamento de empréstimos e transações com partes relacionadas. Nosso fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento sofreu variação negativa de R\$8,0 milhões, passando de R\$42,3 milhões em 2008, para R\$34,3 milhões em 2009, em decorrência principalmente do início do pagamento do empréstimo do BNB. Em 2007, nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades de financiamento totalizaram R\$113,0 milhões, principalmente em virtude do ingresso dos recursos do empréstimo do BNB de R\$76,0 milhões em 2007. No período trimestral encerrado em 30 de junho de 2010, nosso fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento demonstrou uma variação negativa de R\$49 milhões, atingindo um uso de R\$2,5 milhões, valor este referente à liquidação das Debêntures que ocorreram em 29 de maio de 2009.

### **Capacidade de Pagamento**

A nossa principal fonte de receitas para pagamento de nossas obrigações financeiras é a venda de energia elétrica. Em função do perfil de nossa dívida, nossa posição atual de caixa e diante do fluxo de caixa gerado por nossas operações, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores que temos atualmente contratados, incluindo aqueles referentes aos Parques Eólicos em Implementação, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

### **Obrigações Contratuais**

## 10.11 - Outros fatores com influência relevante

A tabela abaixo apresenta os vencimentos de nossas obrigações contratuais mais relevantes com impacto na nossa liquidez em 31 de dezembro de 2009 e 30 de junho de 2010, que são relativas ao nosso endividamento (empréstimos, e financiamentos) e a outras obrigações assumidas sob certos contratos:

<b>Obrigação</b>	<b>Total</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>De três a cinco anos</b>	<b>De cinco anos ou mais</b>
<i>(em R\$ milhares)</i>					
<b>Em 30 de junho de 2010</b>					
Endividamento (principal)	<b>135.827</b>	<b>6.986</b>	<b>15.960</b>	<b>19.052</b>	<b>93.779</b>
Endividamento (encargos e correção monetária)	<b>7.121</b>	<b>7.121</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>142.948</b>	<b>14.107</b>	<b>15.960</b>	<b>19.052</b>	<b>93.779</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>					
Endividamento (principal)	<b>137.899</b>	<b>5.964</b>	<b>24.304</b>	<b>10.996</b>	<b>96.634</b>
Endividamento (encargos e correção monetária)	<b>5.887</b>	<b>5.887</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>143.786</b>	<b>11.851</b>	<b>24.304</b>	<b>10.996</b>	<b>96.634</b>

### Informações Quantitativas e Qualitativas de Risco de Mercado

Estamos sujeitos a riscos de mercado no curso normal de nossas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente a alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral, às nossas atividades e à regulamentação do setor em que atuamos, tais como aplicáveis às nossas licenças.

#### *Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio*

Não somos parte em contratos relevantes em moeda estrangeira e não estamos expostos a taxas de câmbio.

#### *Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Juros e Inflação*

Nosso endividamento está sujeito a taxas de juros variáveis, tais como a TJLP, CDI e IGPM, de forma que um eventual crescimento da inflação poderá nos afetar adversamente. Em 30 de junho de 2010, 16% de nossas dívidas estavam sujeitas às taxas de juros atreladas ao CDI, enquanto 84% de nossas dívidas estavam sujeitas às taxas fixadas pelo Governo Federal por meio de decreto, no âmbito do FNE, sendo atualmente de 9,5% ao ano. Em decorrência disso, qualquer variação nesses índices poderá resultar em um aumento ou diminuição direta de nossas dívidas e de nossas despesas financeiras, em virtude da correção monetária dos respectivos saldos em aberto. Atualmente, não realizamos nenhuma operação de *hedge* para minimizar os riscos inerentes à flutuação das taxas de juros. A receita proveniente de nossos contratos de fornecimento de energia é ajustada anualmente, com base no IGPM. Além disso, o Contrato de Compra e Venda de Equipamento de Geração de Energia e Prestação de Serviços Correlatos celebrado com a General Electric para a construção dos Parques Eólicos em Implementação é reajustado anualmente de acordo com a variação do IPCA.

#### *Riscos Regulatórios*

Nossas atividades são reguladas e supervisionadas pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outras agências regulatórias têm exercido, historicamente, influência relevante em nossos negócios, incluindo nossos níveis de produção de eletricidade, bem como nos tipos, termos e condições dos contratos de compra e venda de energia que somos autorizados a celebrar. Nossas licenças para desenvolver e operar parques eólicos e PCHs são concedidas de forma provisória. Neste sentido, nossas licenças podem ser revogadas a qualquer momento pela autoridade competente, em defesa do interesse público e de forma discricionária, sem qualquer obrigação desta de nos indenizar por quaisquer bens usados na geração de energia elétrica, caso tais bens ainda não tenham sido completamente amortizados ou depreciados. Caso a autoridade competente decida, de maneira unilateral, revogar nossas licenças antecipadamente, poderemos não conseguir recuperar o investimento que realizamos, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa situação financeira.

#### *Riscos Relacionados à Geração de Energia*

### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

Nossas receitas estão relacionadas à nossa capacidade de gerar e comercializar energia. Se o nosso futuro parque eólico não for capaz de gerar a energia contratada por nossos clientes, ou se não formos capazes de gerar a energia necessária para suprimento de eventuais clientes no ACL e, ainda, as compensações de energia no âmbito do MRE não forem suficientes para suprimento da demanda contratada, poderemos ser obrigados a adquirir a energia faltante no mercado de curto prazo (mercado spot), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o nosso custo de produção, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa situação financeira.

## **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

### **PROJEÇÕES**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

### **ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO:

#### a) atribuições de cada órgão e comitê

A Administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de emissão da Companhia.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de cinco e máximo de onze membros, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente, todos acionistas. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores. Segundo o Regulamento do Nível 2 e o nosso Estatuto Social, no mínimo, 20% de nossos conselheiros deverão ser conselheiros independentes.

A posse de novos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Nível 2.

Nosso Conselho de Administração reúne-se pelo menos trimestralmente em caráter ordinário e sempre que necessário, mediante convocação do seu Presidente, ou em caso de ausência ou impedimento temporário, pelo seu Vice Presidente, com antecedência mínima de cinco dias úteis em primeira convocação e dois dias úteis em segunda convocação. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros; e, em segunda convocação, com qualquer quorum, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos seus membros, cabendo ao Presidente do nosso Conselho de Administração o voto de qualidade.

A Assembléia Geral determinará, pela maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada mandato, observado o mínimo de cinco membros.

A Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, permitem a adoção do processo de voto múltiplo, que significa dar a cada ação o número de votos igual ao número de membros do Conselho de Administração, mediante requerimento por acionistas que representem, no mínimo, os seguintes percentuais de nosso capital social votante, de acordo com o valor do nosso capital social vigente no último dia do mês anterior à data da convocação para a nossa Assembléia Geral que tiver por ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração de nossa Companhia:

Intervalo do Capital Social (R\$)	Percentual Mínimo do Capital Votante para Solicitação de Voto Múltiplo (%)
0 a 10.000.000	10
10.000.001 a 25.000.000	9
25.000.001 a 50.000.000	8
50.000.001 a 75.000.000	7
75.000.001 a 100.000.000	6
acima de 100.000.001	5

A Lei das Sociedades por Ações, permite que (i) a maioria dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 15,0% do capital social votante, e (ii) a maioria dos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 10,0% do capital social total indiquem, cada um, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração em nossa Assembléia Geral. Caso os detentores de ações preferenciais e acionistas minoritários que detenham ações com direito a voto não detenham um número

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

mínimo de ações para eleger um membro do Conselho de Administração, a maioria desses acionistas poderá eleger um membro do nosso Conselho de Administração, caso eles detenham juntos, pelo menos 10,0% do capital total da companhia.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de nosso Estatuto Social, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

O nosso Conselho de Administração é formado por 6 membros, eleitos na Assembléia Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2010, com mandato até a Assembléia geral que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2011. Os membros do nosso Conselho de Administração possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.511, 6º andar.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios sociais e o orçamento de investimento da Companhia em cada exercício social; (b) eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto no Estatuto Social; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre quaisquer atos da administração; (d) convocar as Assembléias Gerais na forma prevista no Estatuto Social nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente; (e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembléia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício; (f) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros que não sejam sociedades controladas pela Companhia; (g) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e demais disposições legais aplicáveis; (h) determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos do Estatuto Social; (i) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, assim como deliberar sobre as condições referidas nos incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e sobre a oportunidade de emissão, nos casos em que a Assembléia Geral tenha delegado esses poderes ao Conselho de Administração; (j) deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, como bonds, notes, commercial papers, e outros, de uso comum no mercado; (k) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos dos Parágrafos 1º a 3º do Artigo 8º do Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão; (l) escolher e destituir os auditores independentes da Sociedade; (m) deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, a participação em concorrências públicas, a participação em consórcio de empresas, bem como sobre a constituição de subsidiárias; (n) deliberar sobre o exercício do direito de voto pela Companhia em sociedade controlada e/ou nas quais a Companhia detenha participação com relação à matérias previstas neste Artigo 17, bem como indicar, quanto aplicável, os administradores, diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das sociedades controladas pela Companhia e/ou nas quais a Companhia detenha participação; (o) distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembléia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Sociedade; (p) definir e apresentar à Assembléia Geral lista tríplice para a escolha de instituição para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, para efeitos da oferta pública de aquisição de ações da Companhia na hipótese de cancelamento do seu registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, na forma do Capítulo VIII do Estatuto Social, ou de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, na forma do Capítulo IX do Estatuto Social; (q) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia; (r) celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia (ou para qualquer de suas subsidiárias e/ou controladas), incluindo qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos da mesma natureza realizados num mesmo exercício social, exceto



## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

se a prática desse ato encontrar-se contemplada no orçamento de investimento da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração; (s) alienação ou oneração ou locação, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas, de ativos da Companhia, incluindo investimentos, cujo valor de mercado representem, individualmente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social, quantia superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se a prática desse ato encontrar-se contemplada no orçamento de investimento da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração; e (t) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Sociedade e/ou suas controladas de um lado e qualquer acionista ou sua parte relacionada de outro lado.

### Diretoria

Além dos poderes que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições do Estatuto Social. Compete, especialmente, à Diretoria: (a) apresentar à Assembléia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício; (b) fixar, com base na orientação do Conselho de Administração, a política comercial e financeira da Sociedade; e (c) representar a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, respeitadas as condições do Artigo 21 do Estatuto Social.

### Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Contamos com um Comitê de Auditoria e *Compliance* e um Comitê Financeiro, criados por disposição estatutária, os quais terão funções consultivas para assessoramento do Conselho de Administração, respectivamente, (i) nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como de revisar as nossas demonstrações financeiras e (ii) nas atividades de avaliação de investimentos e desinvestimentos em negócios que estejam compreendidos em nossos objeto social. Cumpre ao Conselho de Administração aprovar o regimento interno dos referidos Comitês, bem como indicar 3 membros, dentre os membros de nosso Conselho de Administração, para compor cada um dos Comitês, o qual deverá ser necessariamente presidido por um Conselheiro Independente.

Até o presente momento o Conselho ainda não aprovou os regimentos interno do Comitê de Auditoria e *Compliance* e do Comitê Financeiro, nem indicou os membros que irão integrar os Comitês.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração poderá instituir, para seu assessoramento, comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo competência do Conselho de Administração definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês. Até o momento não foi criado quaisquer desses comitês por nossa Companhia.

#### **b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

O Conselho Fiscal da Companhia não está instalado. Até o momento não foi criado qualquer comitê.

#### **c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê**

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

#### **d) em relação aos Membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

Nossa Diretoria é composta por até seis membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Co-Presidente, um Diretor Co-Presidente e de Operações, um Diretor de Meio-Ambiente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relação com Investidores e um Diretor Jurídico e Regulatório, sendo permitida a cumulação de cargos. O mandato dos Diretores é de dois anos, admitida a recondução. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. A posse de novos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Nível 2. Todos os membros da nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini nº 1.511, 6º andar do Edifício Berrini, CEP 04571-011. O nosso diretor de relações com investidores é o Sr. Pedro Villas Boas Pileggi, sendo seu telefone/fax (11) 3569-6746, seu e-mail [ri@renovaenergia.com.br](mailto:ri@renovaenergia.com.br) e o nosso website é [www.renovaenergia.com.br](http://www.renovaenergia.com.br).

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais mediante convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de dois dias úteis. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e, em segunda convocação com qualquer quorum e as deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos de seus membros.

As responsabilidades individuais de nossos Diretores são atribuídas pelo nosso Conselho de Administração e pelo Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Co-Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do Plano de Negócios da Companhia; (iii) representar institucionalmente a Companhia; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (vi) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Co-Presidente e de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) auxiliar o Diretor Co-Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (ii) responder pelo planejamento, engenharia, operação e manutenção do sistema de geração de energia elétrica da Companhia; e (iii) demais atividades técnicas, inclusive as relacionadas à geração de energia, e operacionais da Companhia.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza administrativa e financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados da Companhia, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia.

Compete ao Diretor de Meio-Ambiente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, sugerir, definir e coordenar os procedimentos sócio-ambientais a serem adotados pela Companhia; (ii) responsabilizar-se pelos aspectos sócio-ambientais das atividades realizadas pela Companhia, (iii) definir e acompanhar a execução de novas práticas sócio-ambientais nos projetos a serem implementados pela Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a Comissão de Valores Mobiliários e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (vii) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

Compete ao Diretor Jurídico e Regulatório, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico e regulatório da Companhia; (ii) prestar

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

aconselhamento jurídico e regulatório nas atividades da Companhia; (iii) coordenar e acompanhar o relacionamento da Companhia com os órgãos regulatórios que intervenham em suas atividades; (iv) coordenar consultores e advogados externos, acompanhando os processos administrativos e judiciais relacionados à Companhia; e (v) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Co-Presidente.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandato dos atuais membros de nossa Diretoria:

<b>Diretores</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data de eleição</b>	<b>Término do mandato</b>
Ricardo Lopes Delneri	Diretor Co-Presidente	23.06.2010	AGO de 2012
Renato do Amaral Figueiredo	Diretor Co-Presidente e de Operações	23.06.2010	AGO de 2012
Pedro Villas Boas Pileggi	Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relação com Investidores	04.04.2011	AGO de 2012
Ney Maron de Freitas	Diretor de Meio Ambiente	23.06.2010	AGO de 2012
Luiz Eduardo Bittencourt Freitas	Diretor Jurídico e Regulatório	23.06.2010	AGO de 2012

### **e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria**

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros do seu Conselho de Administração, dos seus comitês e da diretoria.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS:

#### a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas Assembléias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembléia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para nossas Assembléias gerais seja feita em até trinta dias antes da realização da respectiva Assembléia geral.

#### b) competências

Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social, compete, exclusivamente, à Assembléia Geral:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir a qualquer tempo membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social;
- deliberar sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, exceto com relação à emissão de ações dentro do limite do capital autorizado que poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- autorizar a emissão de debêntures, salvo no caso de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, cujas emissões poderão ser autorizadas pelo Conselho de Administração;
- deliberar a descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, exceto conforme previsto no § 2º do Artigo 31 do Estatuto Social;
- escolher a empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2; e
- aprovar previamente planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia.

#### c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Físico: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, 6º andar, CEP 04571-011.

Eletrônicos:

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

[www.renovaenergia.com.br](http://www.renovaenergia.com.br); [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br).

### **d) identificação e administração de conflitos de interesses**

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo o parágrafo 4º do artigo 115 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, este está vedado em proferir o seu voto, sob pena de anulabilidade da referida deliberação. Nesse sentido, na Companhia essa regra se aplica, não se admitindo o voto dos acionistas que tenham conflito com a matéria constando na ordem do dia.

### **e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia e sua administração não solicitou e não terá por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

### **f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido, este representante pode votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

### **g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembléias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembléias.

### **h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembléias**

A Companhia admite reuniões por meio de teleconferências ou videoconferências, admitida a gravação destas.

### **i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas Assembléias gerais.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	16/01/2010
		Diário Oficial do Município - SP	16/01/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	12/03/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	12/03/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	31/03/2009
			31/03/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio e Indústria - SP	12/03/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	12/03/2010
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	A Tarde - BA	22/05/2008
		Diário Oficial do Estado - BA	22/05/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	A Tarde - BA	20/06/2008
			20/06/2009

## 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

### REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos acionistas, residentes ou não no País, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Independentemente da data da eleição dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembléia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. O conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tais na Assembléia Geral que os elege. Para fins do Estatuto Social, conselheiro independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a Companhia ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Serão também considerados conselheiros independentes, aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, §4º e §5º, da Lei das Sociedades por Ações. Quando a aplicação do percentual de 20% de conselheiros independentes resultar número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos). A Assembléia Geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia são os seguintes:

Nome	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Ricardo Lopes Delneri	Presidente	18.01.2010	AGO de 2012
Renato do Amaral Figueiredo	Vice-Presidente	18.01.2010	AGO de 2012
Geoffrey David Cleaver	Membro efetivo	18.01.2010	AGO de 2012
Carlos José Teixeira Correa	Membro efetivo	18.01.2010	AGO de 2012
Marcelo Faria Parodi	Membro efetivo	18.01.2010	AGO de 2012
Mailson Ferreira da Nóbrega	Membro Independente	18.01.2010	AGO de 2012
Eduardo Munemori	Membro Efetivo	04.10.2010	AGO de 2012
Luiz Carlos da Silva Cantídio Junior	Membro Efetivo	04.10.2010	AGO de 2012
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior	Membro Independente	04.10.2010	AGO de 2012
Rubens Brandt	Membro Efetivo	04.10.2010	AGO de 2012
Ney Maron de Freitas	Membro Efetivo	04.10.2010	AGO de 2012

#### a) frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê, em seu artigo 16, que o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou em caso de sua ausência ou impedimento temporário, pelo seu Vice-Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em primeira convocação e de 2 (dois) dias em segunda convocação, mediante entrega pessoal, correio eletrônico ou por fax aos conselheiros nos locais por eles informados à Companhia, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia. Ao longo do tempo, as reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram realizadas nas datas e nos horários abaixo indicados:

2010		2009		2008		2007 <sup>1</sup>
15/01/2010	14h30	30/03/2009	15h	21/05/2008	9h	N/A
18/01/2010	15h	29/05/2009	11h	26/05/2008	10h	N/A
22/02/2010	9h	10/08/2009	15h	26/05/2008	14h	N/A
25/02/2010	13h	26/08/2009	10h	26/05/2008	16h	N/A

## 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

31/05/2010	10h	10/11/2009	15h	04/07/2008	14h	N/A
23/06/2010	16h	11/12/2009	15h	-		N/A
08/07/2010	18h	-		-		N/A
09/07/2010	9h	-		-		N/A
09/08/2010	9h	-		-		N/A
09/08/2010	14h	-		-		N/A

<sup>1</sup> Em 2007 não existia Conselho de Administração instaurado.

### **b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não existem tais disposições em acordo de acionistas.

### **c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo. Eventuais conflitos entre os acionistas que ocorram em sede do Conselho de Administração, e não consigam ser dirimidos entre as partes, deverão submetidos pelas partes à Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM.



## **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

**SE EXISTIR, DESCREVER A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E A COMPANHIA POR MEIO DE ARBITRAGEM:**

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Luiz Eduardo Bittencourt Freitas	30	Pertence apenas à Diretoria	23/06/2010	2 anos	
274.348.088-29	Advogado		23/06/2010	Não	
N/A					
Ney Maron de Freitas	43	Pertence apenas à Diretoria	23/06/2010	2 anos	
405.146.175-00	Engenheiro		23/06/2010	Não	
N/A					
Pedro Villas Boas Pileggi	35	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2011	até AGO 2012	
205.859.708-74	Administrador e bacharel em Direito	12 - Diretor de Relações com Investidores	04/04/2011	Sim	
N/A					
Carlos José Teixeira Corrêa	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2010	2 anos	
844.493.577-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/01/2010	Sim	
N/A					
Eduardo Munemori	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/10/2010	31/12/2011	
247.250.798-47	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/10/2010	Sim	
N/A					
Geoffrey David Cleaver	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2010	2 anos	
063.631.758-79	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/01/2010	Sim	
N/A					
Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/10/2010	31/12/2011	
150.915.381-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/10/2010	Sim	
N/A					
Mailson Ferreira da Nóbrega	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2010	2 anos	
043.025.837-20	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/01/2010	Sim	
N/A					
Marcelo Faria Parodi	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/01/2010	2 anos	
148.097.068-93	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/01/2010	Sim	
N/A					
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/10/2010	31/12/2011	

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
769.488.977-20	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/10/2010	Sim
N/A				
Rubens Brandt	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/10/2010	31/12/2011
253.748.468-17	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/10/2010	Sim
N/A				
Ney Maron de Freitas	43	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	04/10/2010	31/12/2011
405.146.175-00	Engenheiro		04/10/2010	Sim
N/A				
Renato do Amaral Figueiredo	39	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	18/01/2010	2 anos
146.623.258-70	Engenheiro		18/01/2010	Sim
N/A				
Ricardo Lopes Delneri	39	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	18/01/2010	2 anos
157.602.498-94	Administrador		18/01/2010	Sim
N/A				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Luiz Eduardo Bittencourt Freitas - 274.348.088-29				
O Sr. Luiz Freitas é Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. Graduiu-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2002. Em 2004, o Sr. Luiz Freitas concluiu os cursos de especialização em direito da arbitragem e processual civil na Universitá Degli Studi di Milano e o MBA em Finanças Corporativas da Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Luiz Freitas atuou nos seguintes escritórios de advocacia: Pinheiro Neto Advogados, de 1999 a 2003 e de 2005 a 2007; Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, de 2004 a 2005 e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, de 2007 a 2009. Ainda, o Sr. Luiz Freitas atuou como advogado interno da EDP – Energias do Brasil S.A. do período de fevereiro a novembro de 2009. O Sr. Luiz Freitas ingressou na Companhia em novembro de 2009.				
Ney Maron de Freitas - 405.146.175-00				
Ney Maron de Freitas - 405.146.175-00				
O Sr. Ney Maron é Diretor de Meio Ambiente. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia - UFBA em 1989 e em Direito pela Universidade Católica de Salvador - UCSAL em 2005, e possui especialização em Negócios Imobiliários pela Universidade Salvador e especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. O Sr. Ney Maron atuou como Técnico em Recursos Naturais no Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia, quando exerceu as funções de Diretor de Licenciamento Ambiental e de Chefe de Gabinete, entre 2003 e 2006, tendo ainda trabalhado na Braskem S.A., na área de Qualidade, Produtividade, Saúde Segurança e Meio Ambiente da Unidade Insumos Básicos - UNIB. O Sr. Ney Maron atua como membro-colaborador da Comissão de Meio Ambiente da OAB -BA. Ingressou na Companhia em setembro de 2007.				
Pedro Villas Boas Pileggi - 205.859.708-74				

Pedro Pileggi atuou por cinco anos nas áreas de Corporate & Investment Banking e Operações Estruturadas do Banco Santander, principalmente como responsável pela cobertura de empresas dos setores de energia elétrica e papel e celulose. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pileggi tem MBA pela Kellogg School of Management (Chicago) e conta com passagens pela prática de estratégia na Accenture e pelo Corporate do Banco BBA Creditanstalt.

Carlos José Teixeira Corrêa - 844.493.577-87

O Sr. Carlos José formou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. O Sr. Carlos José foi funcionário do Banco Real S/A, onde atuou como Gerente de Relacionamento e na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank - Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate Local do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável por mais de todos os projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde exerce a posição de Superintendente de Investimentos. É membro do Grupo de Trabalho em Infraestrutura ABDIB/ABVCAP e Coordenador do Comitê Executivo de Infraestrutura da Associação Brasileira de Venture Capital - ABVCAP.

Eduardo Munemori - 247.250.798-47

O Sr. Eduardo Munemori é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Getúlio Vargas. É sócio fundador e gestor da Explora Investimentos desde 2007. Foi sócio fundador e gestor da Constellation Asset Management (2002-2007) onde foi co-gestor dos fundos FIA e Long Short. Previamente foi gestor do family office dos controladores da Anheuser Busch - Inbev e Lojas Americanas (1999-02). Iniciou sua carreira como analista no Banco Pactual (1993-1999) onde seu time foi ranqueado entre os 3 melhores no setor de telecomunicações entre 1995 e 1998.

Geoffrey David Cleaver - 063.631.758-79

Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A, onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil - Fundo de Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real (sucessido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity.

Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior - 150.915.381-00

– O Sr. Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior ingressou no Grupo Santander em Julho de 1997, como Diretor da área Internacional. Em meados de 1999, passou a Vice Presidente, foi responsável pela área comercial do Banco de Atacado e, nos últimos anos, pelo Corporate & Investment Banking. Desde Janeiro de 2009, responde pela área de Equity Investments como Diretor Estatutário. Entre 1993 e 1997, Sr. Cantídio foi Diretor Executivo do Banco Chase Manhattan S.A. e do Banco NorChem S.A. De 1988 a 1993, foi Diretor Financeiro da Confab Industrial S.A. Sua carreira teve início no Citibank, onde trabalhou de 1984 a 1988. Sr. Cantídio atualmente faz parte do conselho das empresas WTorre Empreendimentos Imobiliários S.A., Enesa Participações S.A., Corporación Sidenor S.A., e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e já atuou em cargos administrativos nas seguintes companhias abertas: (i) Transmissora Alterosa de Energia S.A. (conselheiro); (ii) Santo Antonio Energia S.A. (conselheiro); (iii) Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa (conselheiro); (iv) Norchem Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (conselheiro); (v) Corporación Sidenor S.A. (conselheiro); (vi) Banco Santander (Brasil) S.A. (conselheiro); (vii) Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Diretoria Executiva); (viii) Agropecuária Tapirapé S.A. (Diretoria Executiva); (ix) Produban Serviços de Informática S.A. (Diretoria Executiva); (x) Santander Investimentos em Participações S.A. (Diretoria Executiva); (xi) Isban Brasil S.A. (Diretoria Executiva); (xii) Agropecuária Tapirapé S.A. (Diretoria Executiva); (xiii) Santander Seguros S.A. (Diretoria Executiva); (xiv) Santander Brasil Seguros S.A. (Diretoria Executiva); (xv) Banco Santander (Brasil) S.A. (Diretoria Executiva); (xvi) Bozano, Simonsen S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Diretoria Executiva); (xvii) Santander S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (Diretoria Executiva); (xviii) Santander Banespa S.A. Arrendamento Mercantil (Diretoria Executiva); (xix) Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (Diretoria Executiva); (xx) Santander Capitalização S.A. (Diretoria Executiva); (xxi) Banco Santander Brasil S.A. (Diretoria Executiva); e (xxii) Banco Santander Noroeste S.A. (Diretoria Executiva). O Sr. Cantídio é graduado em Business Administration pelo CCNY – City College of New York – Baruch College – NY / USA.

Mallson Ferreira da Nóbrega - 043.025.837-20

O Sr. Mallson Ferreira da Nóbrega formou-se em economia em 1974 pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal, pertencente ao Centro de Ensino Universitário de Brasília (CEUB). Foi funcionário do Banco do Brasil, no qual entrou por concurso público em 1963, tendo iniciado sua carreira em Cajazeiras (PB). Em 1968, transferiu-se para a direção geral no Banco do Brasil no Rio de Janeiro, onde se tornou assessor da diretoria, bem como assessor da presidência (1974), chefe da Divisão de Análise de Projetos (1975) e chefe da Consultoria Técnica (1976). Em 1977, foi transferido ao Ministério da Indústria e do Comércio para assumir o cargo de Coordenador de Assuntos Econômicos. Em 1979, passou a exercer o mesmo cargo no Ministério da Fazenda, do qual mais tarde se tornou secretário-geral (1983). Entre 1985 e 1987, exerceu, em Londres, o cargo de diretor-executivo do European Brazilian Bank – Eurobraz, representando o Banco do Brasil. Em 1987, assumiu a Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda, tornando-se Ministro da Fazenda em 1988. Participou da formulação do Plano Bresser (1987) e liderou o Plano Verão (1989). Como ministro, presidiu o Conselho Monetário Nacional e o Confaz e integrou os conselhos de administração do FMI, do Banco Mundial e do BID. Em 1990, fundou a MCM Consultores Associados e, em 1997, a Tendências Consultoria Integrada, empresa de consultoria em análise política e macroeconômica e perspectivas de longo prazo para a economia brasileira, com sede em São Paulo-SP, e da qual ainda é sócio. O Sr. Mallson Ferreira da Nóbrega participa do conselho de administração de empresas no Brasil e no exterior.

Marcelo Faria Parodi - 148.097.068-93

O Sr. Marcelo Faria Parodi é administrador de empresas formado pela EAESP-FGV, em 1993, com MBA pelo International Institute for Management Development (IMD) em Lausanne, Suíça. O Sr. Marcelo Faria Parodi é sócio-fundador da Compass Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Anteriormente, o Sr. Marcelo Faria Parodi atuou nos setores financeiro, industrial e de energia, respectivamente, no Banco Nacional (1991 a 1994), Anglo American (1994 a 1996), CSN (1998) e Enron (1999 a 2001). O Sr. Marcelo Faria Parodi também é membro do conselho de administração da Eucatex S.A. Indústria e Comércio e diretor da Fundação Estudar.

---

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior - 769.488.977-20

o Sr. Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie São Paulo – Brasil. Desde 1983 tem desenvolvido sua carreira profissional em empresas nacionais e multinacionais no Brasil e no exterior. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, tornando-se Gerente de Auditoria e Consultoria. Possui experiência profissional na gestão de empresas de serviços, indústria e varejo. Atuou como Gerente Nacional do Carrefour, Diretor da Pepsi-Cola Engarrafadora, Gerente Geral da Alcoa Brasil e Gerente Geral da Alcoa Argentina. Foi Presidente do Grupo Siciliano e Diretor Superintendente do Grupo Papai. É membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) desde 2001, conselheiro fiscal da Duke Energy International, Geração Parapanema S.A., da Gafisa S.A., Construtora Tenda S.A. e de uma fundação sem fins lucrativos. Sócio Fundador da OR&A, empresa focada em Gestão de Negócios e Governança Corporativa.

---

Rubens Brandt - 253.748.468-17

O Sr. Rubens Brandt graduou-se em Engenharia Mecânica com Especialização em Automação e Sistemas pela Universidade de São Paulo – USP em 1997, e possui MBA pela Fundação Cabral concluído em 2002. Nos últimos cinco anos atuou como Sócio-Diretor de empresas do Grupo Energia, tendo ocupado os seguintes cargos: Diretor Administrativo e Comercial da Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda., Diretor da EnergiaConsult – Engenharia, Consultoria e Gerenciamento de Usinas Ltda., Diretor do Consórcio Altus – Revíax – Hytronic para a modernização do Complexo Paulo Afonso.

---

Renato do Amaral Figueiredo - 146.623.258-70

O Sr. Renato Amaral é sócio-fundador, Vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor Co-Presidente e de Operações da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1993. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, que chegou a administrar US\$80 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Renato Amaral alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Renato Amaral começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A., na qual foi responsável por todas as etapas da implantação do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, com a implantação de PCHs que totalizam 42MW de capacidade instalada, tendo adquirido experiência na prospecção e desenvolvimento de tais projetos.

---

Ricardo Lopes Delneri - 157.602.498-94

O Sr. Ricardo Delneri é sócio-fundador, Presidente do Conselho de Administração, Diretor Co-Presidente da Companhia. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1992. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, que chegou a administrar US\$80,0 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Ricardo Delneri alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Ricardo Delneri começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A. O Sr. Ricardo Delneri é Diretor da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia – APMPE e participa ativamente da instituição e aprimoramento dos marcos regulatório das fontes renováveis de energia no Brasil.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					

N/A		Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)							
999.999.999-99						0					

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui relações familiares com seus administradores e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<b>Exercício Social 31/12/2009</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Brandt	253.748.468-17	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho da Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Limitada	06.101.807/0001-05		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Brandt	253.748.468-17	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho da Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Energia Consult - Engenharia, Consultoria e Gerenciamento de Usinas Ltda.	08.338.603/0001-00		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Brandt	253.748.468-17	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho da Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Grupo Energia - Engenharia, Consultoria, Gerenciamento e Operação e Manutenção de Usinas Ltda.	07.080.298/0001-36		
Diretor			
<u>Observação</u>			



**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores****FUNÇÕES:**

A Companhia possui uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral dos Administradores (“D&O”), contratada com a Ace Seguradora S.A., com cobertura extensiva às suas controladas para reparação de danos causados a terceiros, decorrentes da má conduta dos diretores, acionistas, controladores e administradores no exercício das atividades. Referida apólice de seguro D&O possui limite máximo de indenização fixado em R\$25,0 milhões e vigência até 18 de dezembro de 2010.

## **12.12 - Outras informações relevantes**

### **FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES**

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

**POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: A) OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DA REMUNERAÇÃO; B) COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, INCLUSIVE: (I) DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO E OS OBJETIVOS DE CADA UM DELES; (II) QUAL A PROPORÇÃO DE CADA ELEMENTO NA REMUNERAÇÃO TOTAL; (III) METODOLOGIA DE CÁLCULO E DE REAJUSTE DE CADA UM DOS ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO; (IV) RAZÕES QUE JUSTIFICAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO.**

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com nosso Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, podemos outorgar opção de compra ou subscrição de nossas ações ou units, sem direito de preferência para os nossos acionistas, em favor de administradores e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle.

Temos diretrizes para outorgar direitos de opção de compra de ações ou units às pessoas indicadas acima, que são administrados por nosso Conselho de Administração. Os contratos de opção a serem oferecidos representarão, a qualquer momento, até o limite de 5% do total de ações representativas de nosso capital social e poderão prever o exercício das opções outorgadas em prazos vinculados ao cumprimento de diversas metas de resultado de nossa Companhia, estabelecidas em linha com nosso Plano de Negócios e considerando para seu exercício prazos condizentes com a consecução do Plano de Negócios.

Nosso Conselho de Administração definirá os beneficiários em favor dos quais poderão ser outorgadas opções, bem como: (i) o número total de ações da Companhia que poderá ser adquirido com o exercício de cada opção; (ii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iii) o preço de exercício de cada opção e condições para pagamento do preço de exercício; e (iv) eventuais restrições aplicáveis às ações recebidas em virtude do exercício de Opções e respectivas penalidades.

O Conselho de Administração fixará, ainda, os termos e as condições de cada opção em Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações, os quais serão individualmente elaborados para cada participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato, observando a situação individual e particular de cada participante. Tal contrato deverá especificar, dentre outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (i) o número e a espécie de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção;
- (ii) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção;
- (iii) o prazo para exercício da opção;
- (iv) o preço de exercício e condições de pagamento; e
- (v) quaisquer outros termos e condições, observadas as disposições desse plano.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações ou units.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2010 foi aprovada a outorga de opções de compra e venda de ações aos Srs. Vasco de Freitas Barcellos Neto e Roberto Honczar, membros da diretoria da Companhia. O Sr. Vasco de Freitas Barcellos Neto renunciou ao cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia em 28 de maio de 2010.

O número de opções outorgadas ao Sr. Roberto Honczar é variável em função da obtenção de determinadas metas estabelecidas em cada um de nossos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações. Conforme estipulados nos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados com tais diretores, o preço para exercício da opção de compra e venda e correspondente aquisição das ações será de R\$11,25 por ação, valor que será corrigido anualmente pela variação do IPCA. Considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2010, o preço de exercício é de R\$0,11 por ação, ou seja, R\$0,34 por Unit.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Companhia mantém uma política de remuneração variável baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, buscamos atribuir aos nossos colaboradores incentivos de médio e longo prazo, que objetivam alinhar os interesses de todas as partes interessadas, tais como empregados e acionistas. Entre as metas quantitativas, destacamos o acompanhamento do resultado global pactuado da Companhia mensurado pelo lucro líquido e sua geração de caixa operacional, assim como a evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia. No plano qualitativo, mensuramos através de avaliações periódicas a adoção de valores de nossa cultura empresarial, tais como integridade, disciplina, transparência, responsabilidade, delegação, simplicidade e reconhecimento.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	5,00		16,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	140.000,00	2.250.000,00		2.390.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	320.000,00		320.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	2.090.000,00		2.090.000,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	140.000,00	4.660.000,00		4.800.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00		11,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	140.000,00	1.810.000,00		1.950.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	140.000,00	1.810.000,00		1.950.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00		8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	100.000,00	1.680.000,00		1.780.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	100.000,00	1.680.000,00		1.780.000,00

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2007 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00		5,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	820.000,00		820.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	0,00	820.000,00		820.000,00

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL

2010\*

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,32	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,32	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	R\$0,32	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$0,32	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

\* - Vide item 13.1 para informações sobre as opções outorgadas aos nossos administradores no âmbito do nosso plano de opção de ações.

2009

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2008

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A



### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>2007</b>				
(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

**EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:**

#### **a) Termos e condições gerais**

A Companhia outorga opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração. As opções são outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

#### **b) Principais objetivos do plano**

O Plano tem como principal objetivo atrair profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores.

#### **c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à *performance* financeira e expansão da capacidade instalada da Companhia.

#### **d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O Plano constitui instrumento de incentivo para o melhor desempenho individual e para o comprometimento dos administradores da Companhia, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. O plano de remuneração baseado em opções de ações privilegia meritocracia e metas.

#### **e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

O Plano alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a *performance* financeira e expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano, incentivamos a permanência de nossos executivos em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento.

#### **f) Número máximo de ações abrangidas**

O plano pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Considerando a quantidade de ações emitidas pela Companhia nesta data, esse total atingiria 5.431.110 ações.

#### **g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

Observado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano, não há número máximo de opções a serem outorgadas.

#### **h) Condições de aquisição de ações**

As condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

#### **i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

As opções já outorgadas tiveram seu preço de aquisição fixada com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

#### **j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

O prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

#### **k) Forma de liquidação**

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos outras formas, condições e prazos de pagamento.

#### **l) Restrições à transferência das ações**

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no Plano, no contrato, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

#### **m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

#### **n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante ou da companhia, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido fundado em justa causa, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, exercíveis ou não, na data do desligamento.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Além dessa regras gerais disciplinadas pelo Plano, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos nossos Conselheiros e Diretores, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, antes e após a Oferta:

ÓRGÃO	Quantidade de Ações em 31/12/2010					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	403	0,01	-	-	16.666	0,01
Diretoria	234.308	0,25	468.214	0,96	16.666	0,01
* Os Diretores que detêm ações de emissão da Companhia fazem parte do Conselho de Administração.						

### **13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: (A) ÓRGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) EM RELAÇÃO A CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES; (I) A DATA DE OUTORGA; (II) QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS; (III) PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS; (IV) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (V) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (VI) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES: (I) EM ABERTO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL; (II) PERDIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (III) EXERCIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (IV) EXPIRADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (D) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DE OUTORGA; (E) DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE EXERCÍCIO DE TODAS AS OPÇÕES OUTORGADAS.

Não havia remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2010 foi aprovada a outorga de opções de compra e venda de ações aos Srs. Vasco de Freitas Barcellos Neto e Roberto Honczar, membros da diretoria da Companhia. O Sr. Vasco de Freitas Barcellos Neto renunciou ao cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia em 28 de maio de 2010.

O número de opções outorgadas ao Sr. Roberto Honczar em 18 de Janeiro de 2010, foi determinado em função da obtenção de metas estabelecidas em cada um de nossos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações. Conforme estipulados nos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados com tais diretores, o preço para exercício da opção de compra e venda e correspondente aquisição das ações era de R\$11,25 por ação, valor que será corrigido anualmente pela variação do IPCA. Considerando o desdobramento de ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2010, o preço de exercício é de R\$0,11 por ação, ou seja, R\$0,34 por Unit.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de dezembro de 2010 foi aprovada a outorga de opções de compra e venda de ações aos Srs. Ney Maron de Freitas, membro da Diretoria e Conselho de Administração, Luiz Eduardo Bittencourt Freitas e Roberto Honczar, membros da Diretoria da Companhia.

Tendo em vista a renúncia aos cargos de Diretor Administrativos-Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, nos termos da Reunião Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de abril de 2011, o Sr. Roberto Honczar exerceu, na referida data, opção de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção vigente.

### **13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: (A) ÓRGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) EM RELAÇÃO AS OPÇÕES NÃO EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) DATA QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS; (III) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (IV) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (V) PRAZO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (VI) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (D) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (III) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (IV) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (V) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (VI) VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL

Em 8 de dezembro de 2010, foram outorgadas opções de compra de ações aos administradores da Companhia, notadamente os Diretores Roberto Honczar, Ney Maron de Freitas e Luiz Eduardo Bittencourt de Freitas, as quais foram exercidas em 14 de dezembro de 2011, nos termos das Reuniões do Conselho de Administração realizadas nas mencionadas datas.

Tendo em vista a renúncia aos cargos de Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, nos termos da Reunião Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de abril de 2011, o Sr. Roberto Honczar exerceu, na referida data, opção de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção vigente.

**13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: (A) ORGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) EM RELAÇÃO AS OPÇÕES EXERCIDAS: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE EXERCÍCIO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS; (D) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES INFORMAR: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES ADQUIRIDAS.

Não houve opções exercidas, tampouco ações entregues relativas a remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais.



**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a****13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES), INDICANDO:

(a) modelo de precificação;

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não utiliza modelo de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, INCLUIR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: (A) ÓRGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) NOME DO PLANO; (D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR; (E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE; (F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ATUALIZADAS NO PLANO DE PREVIDÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DESCONTADA A PARCELA RELATIVA A CONTRIBUIÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELOS ADMINISTRADORES; (G) VALOR TOTAL ACUMULADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DESCONTADA A PARCELA RELATIVA A CONTRIBUIÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELOS ADMINISTRADORES; E (H) SE HÁ POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES;

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2008	31/12/2009
Nº de membros	5,00	11,00
Valor da maior remuneração(Reais)	650.000,00	48.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	195.000,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	336.000,00	23.330,00

Observação

Diretoria Estatutária
-----------------------

Conselho de Administração
---------------------------

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):

Não aplicável

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Órgão	dez/09	dez/08	dez/07
Diretoria Estatutária	42%	44%	100%
Conselho de Administração*	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	-

\* - O Sr. Ricardo Lopes Delneri e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo não recebem qualquer remuneração na qualidade de membros do Conselho de Administração, mas apenas na qualidade de Diretores. O Sr. Geoffrey David Cliver e o Sr. Carlos Jose Teixeira Correa, ambos membros do conselho de administração, não recebem qualquer remuneração.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não Aplicável

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controla**

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não Aplicável

### **13.16 - Outras informações relevantes**

**FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

### A) NÚMERO DE EMPREGADOS (TOTAL, POR GRUPOS COM BASE NA ATIVIDADE DESEMPENHADA E POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA):

Em 30 de junho de 2010, contávamos com 53 empregados. A tabela a seguir indica o número de empregados por localização geográfica e atividade desempenhada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, bem como no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2010:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários em				Total da Localização geográfica em			
		31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	30.06.2010
SP	Administração	-	5	5	6				
	Operacional	-	-	2	6	1	8	10	15
	Diretoria	1	3	3	3				
BA	Administração	3	7	7	10				
	Operacional	6	14	15	18	11	23	24	30
	Diretoria	2	2	2	2				
MG	Administração	-	1	3	3				
	Operacional	-	3	4	4	-	5	7	7
	Diretoria	-	1	-	-				
TO	Administração	-	1	1	1				
	Operacional	-	-	-	-	-	1	1	1
	Diretoria	-	-	-	-				
<b>Total Geral</b>		<b>12</b>	<b>37</b>	<b>42</b>	<b>53</b>	<b>12</b>	<b>37</b>	<b>42</b>	<b>53</b>

### b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 30 de junho de 2010, contávamos com 5 prestadores terceirizados, que assessoram os departamentos internos no desenvolvimento de novos projetos de PCHs e centrais geradoras eólicas.

### c) índice de rotatividade

Nosso índice de rotatividade, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2010, foi de aproximadamente 3%.

### d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

#### *Reclamações Trabalhistas*

A controlada Espra figura como terceira reclamada em duas ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram serviços na construção do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata. Nos dois casos, os autores pleiteiam a declaração de responsabilidade solidária ou subsidiária da Companhia no pagamento de diferenças salariais e reflexos e horas *in itinere*. O valor da causa indicado nas petições iniciais é de R\$ 25 mil e ambas as ações permanecem pendentes de julgamento. Os advogados externos da Companhia consideram possível a probabilidade de êxito das demandas com relação às horas *in itinere*, mas diante da saúde financeira da primeira reclamada entendem que a Companhia não deve ser afetada por eventual condenação.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

### **ALTERAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1 ACIMA:**

O crescimento do nosso quadro de colaboradores desde 2007 até 2009 deu-se, em especial, pelo crescimento das atividades de prospecção de novos projetos e do desenvolvimento do nosso portfólio de projetos hídricos e eólicos. Esse desenvolvimento demandou o aumento do corpo técnico e do corpo administrativo de apoio.

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### **POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA, INFORMANDO:**

##### **a) política de salários e remuneração variável**

Consideramos nossa política de recursos humanos como parte integrante de nossa estratégia empresarial. Por isso, praticamos uma administração de recursos humanos transparente, na qual o foco principal é a constante valorização e desenvolvimento dos talentos.

Nossa área de recursos humanos mantém foco na contratação de profissionais éticos, qualificados e com disposição para enfrentar e superar desafios. Buscamos incentivar condições de desenvolvimento contínuo a todos os nossos colaboradores através de programas de capacitação, desenvolvimento e qualificação profissional, além de oferecermos uma remuneração variável atrelada ao atingimento de metas e resultados, por meio da outorga de opções no âmbito do nosso plano de opção de ações.

##### **b) política de benefícios**

Oferecemos aos nossos empregados um pacote de benefícios, dentre os quais destacamos vale-refeição, assistência médica hospitalar e dentária e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia.

##### **c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:**

Possuímos um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, segundo o qual podemos outorgar opção de compra ou subscrição de nossas ações ou units, sem direito de preferência para os nossos acionistas, em favor de administradores e empregados da Companhia, bem como de pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, respeitando sempre o limite máximo de 5% do total de ações representativas do capital social da Companhia.

Para obter mais informações sobre nosso Plano de Opção de Compra de Ações, consulte a seção “Remuneração dos Administradores”, contida no item “13” deste Formulário de Referência.

## **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

### **RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS:**

Nunca houve qualquer greve nas empresas do nosso grupo. Temos um bom relacionamento com os sindicatos que representam nossos empregados, que são o Sindicato dos Eletricitários da Bahia, Sindicato de Engenheiros do Estado de Minas Gerais, Sindicato de Engenheiros do Estado da Bahia e Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo. Com relação ao sindicato patronal, estamos filiados à Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
RR Participações S.A						
09.207.533/0001-13	brasileira-SP	Sim	Sim		23/02/2011	
69.453.904	74,366000%		573.416	1,183000%	70.027.320	49,3670000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações - FIP Santa Bárbara						
12.907.121/0001-09	brasileira-RJ	Sim	Não		08/04/2011	
2.580.000	2,763000%		5.160.000	10,650000%	7.740.000	5,457000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental						
08.576.668/0001-93	brasileira-SP	Não	Não		12/08/2010	
4.666.666	4,997000%		9.333.332	19,262000%	13.999.998	9,870000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
InfraBrasil Fundo de Investimento S.A						
07.452.281/0001-62	brasileira-SP	Sim	Não		12/08/2010	
11.651.467	12,475000%		23.302.933	48,092000%	34.954.400	24,642000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Banco Santander S.A						
90.400.888/0001-42	brasileira-SP	Sim	Não		24/02/2011	
3.071.000	3,288000%		6.142.000	12,677000%	9.213.000	6,495000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %						
OUTROS									
	2.095.081	2,111000%		4.188.954		8,136000%		6.284.035	
								4,169000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %						
TOTAL	0		0,000000%						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
	0	0,000000%		0		0,000000%		0	
								0,000000%	
TOTAL									
	93.518.118	100,000000%		48.700.635		100,000000%		142.218.753	
								100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
RR Participações S.A						
09.207.533/0001-13						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Renato do Amaral Figueiredo						
146.623.258-70	brasileiro-SP	Não	Não			
1.458.059	35,000000	0	0,000000	1.458.059	35,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Ricardo Lopes Delneri						
157.602.498-94	brasileiro-SP	Não	Não			
2.707.824	65,000000	0	0,000000	2.707.824	65,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
4.165.883	100,000000	0	0,000000	4.165.883	100,000000	

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembléia / Data da última alteração</b>	04/10/2010
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	266
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	17
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	10

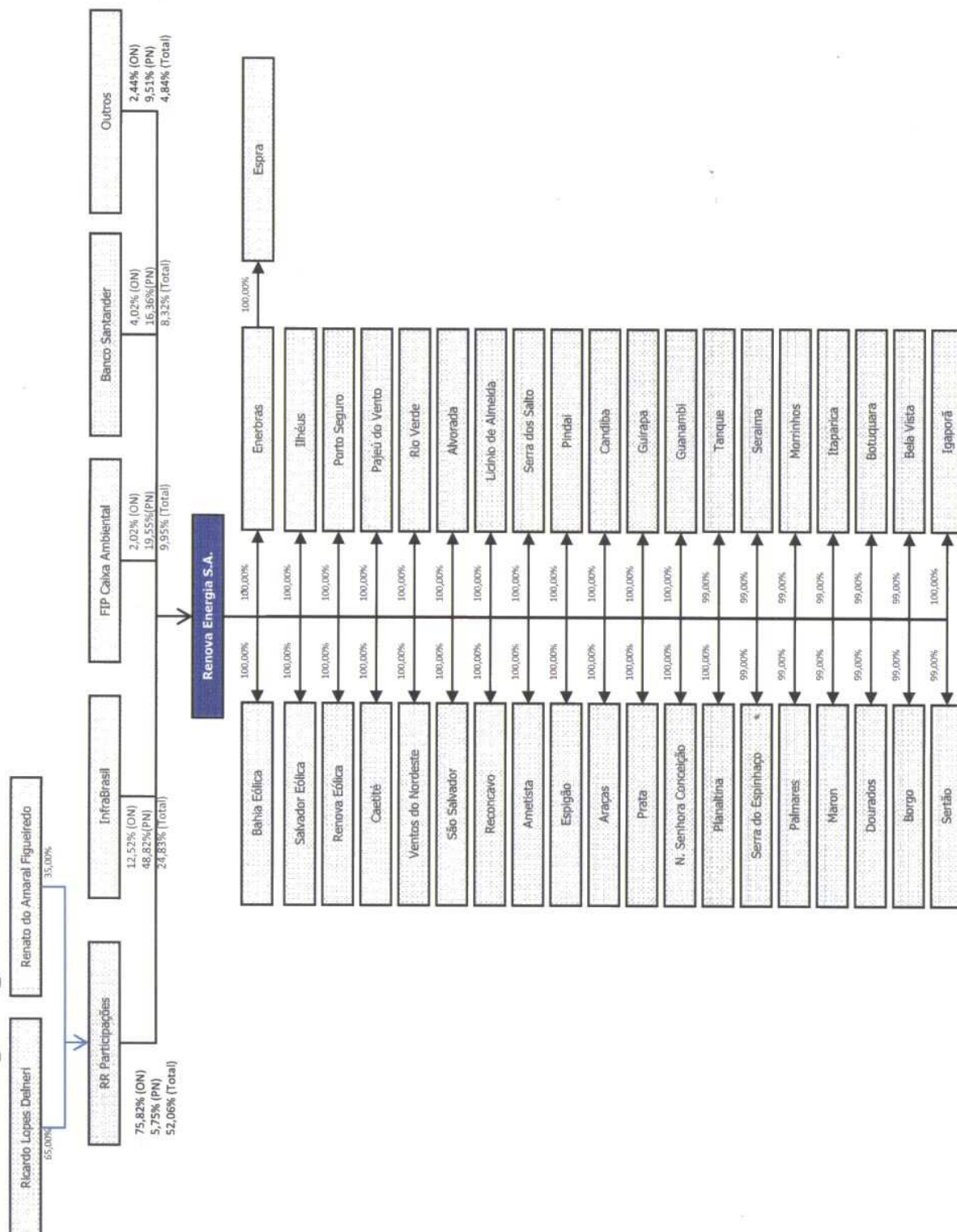
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	20.926.585	22,490000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	41.853.169	87,690000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	62.779.754	44,600000%



## 15.4. Organograma



## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

**INFORMAÇÕES SOBRE ACORDOS DE ACIONISTAS REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DA COMPANHIA, ARQUIVADOS NA SEDE DA COMPANHIA E DOS QUAIS O CONTROLADOR SEJA PARTE:**

### **a) parte e b) data de celebração**

*Acordo de Acionistas celebrado com o InfraBrasil e aderido pelo FIP Ambiental*

Em 29 de maio de 2009, a Hourtin Holdings (que foi incorporada pela Companhia em 15 de janeiro de 2010) e a RR Participações celebraram um Acordo de Acionistas, que foi aditado (i) pela primeira vez, em 18 de janeiro de 2010, de forma a constar a sucessão da Hourtin Holdings pelo InfraBrasil, em consequência da incorporação da Hourtin Holdings pela Companhia; e (ii) pela segunda vez, em 31 de maio de 2010, de forma a constar a adesão do FIP Ambiental, bem como a alteração de determinados termos e condições do referido Acordo de Acionistas. A validade e eficácia da adesão do FIP Ambiental ao Acordo de Acionistas está sujeita à implementação da condição suspensiva consistente na subscrição e integralização de ações ou certificados de depósito de ações (units) pelo FIP Ambiental, no âmbito de uma oferta pública primária de ações ou certificados de depósito de ações (units) de emissão da Companhia em qualquer mercado de negociação de valores mobiliários.

*Acordo de Acionistas celebrado com o Santander*

Adicionalmente, em 31 de maio de 2010, a RR Participações celebrou outro Acordo de Acionistas com o Banco Santander (Brasil) S.A., tendo a Companhia na qualidade de interveniente-anuente. O referido Acordo de Acionistas possui como condição suspensiva de validade e eficácia a subscrição e integralização de ações ou certificados de depósito de ações (units) pelo Santander, no âmbito de uma oferta pública primária de ações ou certificados de depósito de ações (units) de emissão da Companhia em qualquer mercado de negociação de valores mobiliários.

*Acordo de Acionistas celebrado com o Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações*

Em 21 de janeiro de 2011, a RR Participações S.A. celebrou Acordo de Acionistas com o Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), com a interveniência da Companhia.

### **c) prazo de vigência**

*Acordo de Acionistas celebrado com o InfraBrasil e aderido pelo FIP Ambiental*

O prazo é de 10 (dez) anos a contar da data de assinatura (31 de maio de 2010).

*Acordo de Acionistas celebrado com o Santander*

O prazo é de 10 anos a contar da data de assinatura (31 de maio de 2010).

*Acordo de Acionistas celebrado com o Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações*

O prazo é de 10 anos a contar da data de assinatura (21 de janeiro de 2011).

### **d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

Nenhum dos Acordos de Acionistas celebrados pelo nosso controlador (RR Participações) possui cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

### **e) cláusulas relativas à indicação de administradores**

*Acordo de Acionistas celebrado com o InfraBrasil e aderido pelo FIP Ambiental*

O acordo prevê que:

(i) o InfraBrasil, enquanto não houver sido implementada a Condição Suspensiva do FIP Ambiental (conforme definido no Acordo de Acionistas) e enquanto não houver sido realizada uma Oferta Pública Inicial ou uma Oferta Pública Secundária, terá o direito de eleger até 2 (dois) membros do Conselho de Administração;

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

(ii) o InfraBrasil, isoladamente enquanto não houver sido implementada a Condição Suspensiva do FIP Ambiental, e em conjunto com o FIP Ambiental após a implementação da Condição Suspensiva do FIP Ambiental, terão o direito de eleger até 2 (dois) membros do Conselho de Administração, (a) caso seja realizada uma Oferta Pública Inicial ou uma Oferta Pública Secundária e (b) desde que o InfraBrasil e o FIP Ambiental detenham, em conjunto ou individualmente (caso o InfraBrasil ou o FIP Ambiental deixe de ser acionista da Companhia), após tal Oferta Pública Inicial ou Oferta Pública Secundária, ações representativas de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social total da Companhia; ou

(iii) após a implementação da Condição Suspensiva do FIP Ambiental, o InfraBrasil e o FIP Ambiental, em conjunto, terão o direito de eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, (a) caso seja realizada uma Oferta Pública Inicial ou uma Oferta Pública Secundária e (b) desde que o InfraBrasil e o FIP Ambiental detenham, em conjunto ou individualmente (caso o InfraBrasil ou o FIP Ambiental deixe de ser acionista da Companhia), após tal Oferta Pública Inicial ou Oferta Pública Secundária, ações representativas de, no mínimo, 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do capital social total da Companhia.

*Acordo de Acionistas celebrado com o Santander*

O acordo prevê que a RR Participações, observadas determinadas condições, compromete-se a votar em assembléia geral da Companhia no sentido de eleger 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, que tenha sido indicado pelo Santander, desde que este não tenha eleito, individualmente ou em conjunto com outros acionistas, 1 (um) ou mais membros do Conselho de Administração da Companhia.

*Acordo de Acionistas celebrado com o Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações*

O acordo visa (i) assegurar a manutenção do Sr. Eduardo Munemori como membro do Conselho de Administração da Companhia até o término de seu mandato, e (ii) eleger o Sr. Eduardo Munemori para compor o conselho de administração da Companhia como membro indicado pelo FIP.

Enquanto a participação do FIP for inferior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, o FIP obriga-se a fazer com que o membro do conselho de administração por ele indicado:

(i) vote nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia conforme as disposições constantes deste Acordo; e

(ii) exerça seu respectivo direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia sempre de forma conjunta com os outros membros do Conselho de Administração indicados pela RR, como se fossem um só bloco.

Durante a vigência deste Acordo e enquanto a participação do FIP for igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia e desde que o FIP não tenha elegido, individualmente ou em conjunto com outros acionistas, 1 (um) ou mais membros do conselho de administração da Companhia com base no artigo 141 caput ou § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, a RR compromete-se a votar em assembleia geral da Companhia no sentido de eleger 1 (um) membro para compor o conselho de administração da Companhia indicado pelo FIP.

**f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

Não aplicável.

**g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração**

Não aplicável.

## **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

**ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DA COMPANHIA:**

Não aplicável.

## **15.7 - Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTE**

Não aplicável.

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

**REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO):**

Conforme previsto em nosso Estatuto Social, compete a nosso Conselho de Administração deliberar sobre qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas ou subsidiárias, de um lado, e qualquer acionista ou sua parte relacionada, de outro lado. Em observância ao nosso Estatuto Social e ao artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, nossos conselheiros devem abster-se de votar com relação a qualquer matéria com a qual tenham interesse conflitante com o da Companhia.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que celebramos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação conosco, nossos acionistas ou administradores.

Assim, negociamos individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

Firmamos contratos de mútuo com Partes Relacionadas, em decorrência de operações de gerenciamento de nosso caixa, com vistas a conciliar o cumprimento de nossas obrigações com os prazos para obtenção dos recursos decorrentes dos financiamentos que contratamos.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Enerbrás Centrais Elétricas S.A	10/09/2007	5.000.000,00	0			SIM	2,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Mútuo concedido à Renova pela Enerbras						
<b>Objeto contrato</b>	Em 10 de setembro de 2007, a Renova celebrou um contrato de mútuo com a Enerbras, com prazo para a satisfação do débito de 20 anos, contados a partir da data do efetivo recebimento do valor pela Renova. O contrato de mútuo tem valor fixo de R\$5.000 mil, corrigido anualmente, desde a data do desembolso pela Enerbras até a data da efetiva liquidação da dívida, pela TJLP, acrescido de juros de 2,0% ao ano, não capitalizados. Em 31 de dezembro de 2009, a Renova já havia liquidado integralmente este contrato						
<b>Garantia e seguros</b>							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Enerbrás Centrais Elétricas S.A	02/01/2008	10.000.000,00				SIM	0,500000
<b>Relação com o emissor</b>	Mútuo concedido à Enerbras pela Renova						
<b>Objeto contrato</b>	Em 2 de janeiro de 2008, a Renova celebrou um contrato de mútuo com a Enerbras, com prazo para satisfação do débito, pela Enerbras, até 28 de dezembro de 2013. O contrato de mútuo estipula um valor de crédito de até R\$10.000 mil, corrigido anualmente, desde a data do desembolso pela Renova até a data da efetiva liquidação da dívida, pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% ao ano, não capitalizados. Em 31 de dezembro de 2009, a Enerbras já havia liquidado integralmente este contrato.						
<b>Garantia e seguros</b>							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Energética Serra da Prata	28/12/2007	1.052.000,00	0			SIM	0,500000
<b>Relação com o emissor</b>	Mútuo concedido à Espra pela Renova						
<b>Objeto contrato</b>	Em 28 de dezembro de 2007, a Renova celebrou um contrato de mútuo com a Espra, com prazo para satisfação do débito, pela Espra, de 6 anos, contados da data de celebração do contrato. O contrato de mútuo tem valor fixo de R\$1.052 mil, corrigido anualmente, desde a data de desembolso pela Renova até a data da efetiva liquidação da dívida, pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% ao ano, não capitalizados. Em 31 de dezembro de 2009, a Espra já havia liquidado integralmente este contrato.						
<b>Garantia e seguros</b>							
<b>Rescisão ou extinção</b>							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Enerbrás Centrais Elétricas S.A	28/12/2007	29.000.000,00	0			SIM	0,500000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Mútuo concedido à Enerbras pela Renova							
Em 28 de dezembro de 2007, a Renova celebrou um contrato de mútuo com a Enerbras, com prazo para satisfação do débito, pela Enerbras, de 6 anos, contados da data de celebração do contrato. O contrato de mútuo tem valor fixo de R\$29 mil, corrigido anualmente, desde a data do desembolso pela Enerbras até a data da efetiva liquidação da dívida, pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% ao ano, não capitalizados. Em 31 de dezembro de 2009, a Enerbras já havia liquidado integralmente este contrato.							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Energética Serra da Prata	10/07/2009	10.000.000,00				SIM	0,500000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Mútuo concedido à Renova pela Espra							
Em 10 de julho de 2009, a Espra celebrou um contrato de mútuo com a Renova, com o prazo para satisfação do débito, pela Renova, até 31 de dezembro de 2013. O contrato de mútuo estipula um valor de crédito de até R\$10.000 mil, corrigido anualmente pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% ao ano, não capitalizados. Em 31 de março de 2010, o saldo em aberto deste contrato era de R\$6.530 mil							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Enerbrás Centrais Elétricas S.A	02/01/2008	0,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Mútuo concedido à Renova pela Enerbras							
Em 02 de janeiro de 2008, a Enerbras celebrou Contrato de Mútuo com a Renova. Em 30 de novembro de 2008, este contrato de mútuo foi quitado integralmente pela Enerbras							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							



16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento**

EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM 16.2. ACIMA OCORRIDAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

**b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Na hipótese de pretendermos celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Em relação aos mútuos da Companhia com suas subsidiárias, que representam o volume relevante das operações descritas em 16.2 supra, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas subsidiárias para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
04/04/2011	326.680.045,07		93.518.118	48.700.635	142.218.753
<b>Capital social por classe de ações</b>			Outros títulos conversíveis em ações		
<b>Classe de ação preferencial</b>	<b>Quantidade de ações (Unidades)</b>	<b>Título</b>	<b>Condições para conversão</b>		
Preferencial Classe A	48.700.635				
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
14/02/2011	326.638.241,05	5 dias úteis	93.395.165	48.454.729	141.849.894
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
09/08/2010	326.515.127,73	a vista	93.033.067	47.730.533	140.763.600
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
09/08/2010	326.515.127,73		93.033.067	47.730.533	140.763.600
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
09/08/2010	326.515.127,73		93.033.067	47.730.533	140.763.600
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
03/02/2010	1.200.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/11/2007	Assembleia Geral	27/11/2007	177.535,00	Subscrição particular	2.044	0	2.044	40,88000000	86,86	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
O preço de emissão foi determinado com base no valor do PL da Companhia.										
<b>Forma de integralização</b>										
utilização de adiantamento para futuro aumento de capital.										
05/12/2007	Assembleia Geral	05/12/2007	4.115.000,00	Subscrição particular	49.317	0	49.317	95,13114600	83,44	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
O preço de emissão foi determinado com base no valor do PL da Companhia.										
<b>Forma de integralização</b>										
capitalização do saldo de reserva de capital constituída com o produto de alienação de partes beneficiárias de emissão da Companhia.										
20/12/2007	Assembleia Geral	20/12/2007	30.000.000,00	Subscrição particular	700.245	0	700.245	12,65127870	42,84	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Valor do Patrimônio Líquido das ações da Companhia										
<b>Forma de integralização</b>										
dinheiro										
29/05/2009	Assembleia Geral	29/05/2009	131.465.592,73	Subscrição particular	284.616	0	284.616	26,20238000	461,91	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
O preço de emissão foi determinado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, tendo sido destinado o valor de R\$ 12.193.574,80 ao aumento de capital e R\$ 119.272.017,93 destinado à conta de reserva de ágio da Companhia.										
<b>Forma de integralização</b>										
dinheiro e direitos (debêntures da Enerbrás)										
07/05/2010	Assembleia Geral	01/01/0001	119.272.017,93	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
<b>Forma de integralização</b>										
08/07/2010 Conselho de Administração										
150.000.000,00 Subscrição pública										
10.000.000 20.000.000 30.000.000 27,61866360 5,00 R\$ por Unidade										
<b>Capital social por classe ações</b>										
<b>Classe ação preferencial</b>			<b>Quantidade ação por classe (Unidades)</b>							
PNA			20.000.000							

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
---------------------	-------------------------------	--------------	-----------------------------	-----------------	-----------------------	--------------------------	------------------------	-------------------------------	---------------	---------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (processo de bookbuilding)

Forma de integralização										
		dinheiro								
09/08/2010	Conselho de Administração	09/08/2010	10.707.000,00	Subscrição pública	713.800	1.427.600	2.141.400	1,54477421	5,00	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial		Quantidade ação por classe (Unidades)								
PNA		1.427.600								

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (processo de bookbuilding)

Forma de integralização										
		dinheiro								
17/03/2011	Conselho de Administração	14/02/2011	122.417,34	Subscrição particular	360.051	720.102	1.080.153	0,03749208	0,34	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial		Quantidade ação por classe (Unidades)								
PNA		720.102								

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

\* a Reunião do Conselho de Administração de 17/03/2011 derratificou a deliberação realizada em Reunião de Conselho de Administração de 14/02/2011, relativa a emissão de ações da Companhia.

Forma de integralização										
		dinheiro								
04/04/2011	Conselho de Administração	04/04/2011	42.500,00	Subscrição particular	125.000	250.000	375.000	0,01301140	0,34	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial		Quantidade ação por classe (Unidades)								
PNA		250.000								

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008

Forma de integralização										
		dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
25/02/2010	1.086.222	0	1.086.222	108.622.200	0	108.622.200

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve redução do Capital Social

## **17.5 - Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes.



**18.1 - Direitos das ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	N/A
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, após o recebimento integral por parte dos acionistas titulares de ações preferenciais.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Outras características relevantes</b>	Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de alienação de controle da Companhia, todos os titulares de ações ordinárias têm direito de incluir suas ações em oferta pública de aquisição de ações, que deverá ser realizada
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Para as ações preferenciais é assegurada a participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	As ações preferenciais conferem direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, quanto às seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Parágrafo Único do Artigo 24 do Estatuto Social, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nas hipóteses dos Artigos 29 e 31 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto esti
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

## 18.1 - Direitos das ações

**Restrição a circulação**

Não

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

**Outras características relevantes**

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao recebimento de um valor por ação preferencial correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias na hipótese de alienação do contro

---

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

**DESCREVER, SE EXISTIREM, AS REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA**

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

A oferta pública de aquisição de ações, acima descrita, também deverá ser efetivada: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de Alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Também estará obrigado a efetivar a oferta pública nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social, o acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese, o acionista adquirente deverá ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data de Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar-lhes a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores pelas ações da Sociedade neste mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A).

Em qualquer hipótese do Artigo 24 ou 25 do Estatuto Social, o Acionista Controlador Alienante e o Comprador deverão entregar à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de Alienação de Controle da Sociedade na data de fechamento de referida operação.

O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações e a Companhia não registrará qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle da Companhia, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

A Companhia não registrará em sua sede qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referido nos parágrafos acima, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

**DESCREVER EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO**

Não aplicável.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável tendo em vista que nossas ações passaram a ser negociadas apenas no exercício corrente.

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Nota Comercial</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Nota Promissoria Comercial
<b>Data de emissão</b>	18/03/2011
<b>Data de vencimento</b>	12/03/2012
<b>Quantidade (Unidades)</b>	15
<b>Valor total (Reais)</b>	150.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinada a investidores qualificados.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, havendo anuência expressa do titular da Nota Comercial, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 134 resgatar antecipadamente as Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"), em sua totalidade.
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Serão emitidas fisicamente, em forma cartular, e ficarão depositadas perante instituição habilitada à prestação de serviços de custódia. Comprovação de titularidade das Notas Comerciais: Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelas cártulas emitidas fisicamente ou extrato emitido pela CETIP em nome do respectivo titular. Data de Emissão: Na data da efetiva subscrição e integralização. Colocação: Distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinada a investidores qualificados, conforme artigo 4º da ICVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais. Forma de Subscrição: As Notas Comerciais serão subscritas, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos do NOTA – Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP. Preço de Integralização: À vista, na respectiva Data de Emissão, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário. Negociação: Perante o Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da CETIP, liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. Para negociações secundárias em mercado de balcão organizado, as Notas Comerciais somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da respectiva data de subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476. Pagamento do Valor Nominal Unitário: As Notas Comerciais serão integralmente pagas na Data de Vencimento ou, conforme o caso, na data do eventual respectivo Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo. Local de Pagamento: Serão pagas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP. Remuneração: O Valor Nominal das Notas Comerciais não será atualizado. Sobre o Valor Nominal das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ) ("Taxa DI"), acrescida de spread de 3,00% (três por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados. Vide item 18.10.

## 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

### Outras características relevantes

Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga a cada 90 dias, vencendo-se o primeiro período em 90 dias após a Data de Emissão e os demais períodos sucessivamente até a Data de Vencimento das Notas Comerciais, quando será efetuado o pagamento do quarto e último período da Remuneração. Garantias: Alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Enerbrás de titularidade da Companhia, formalizada em instrumento próprio. Destinação dos Recursos: Os recursos serão destinados para (i) capitalizar sua controlada Enerbrás Centrais Elétricas S.A. para a quitação dos valores por ela devidos nos termos da CCB – IFC – nº 4583/06, emitida em 31.01.2007, em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A); e (ii) a construção e implementação dos parques eólicos vencedores dos Leilões de Energia de Reserva de 2009 e 2010.

.....

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação****MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO**

As Units da Companhia estão listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA e são negociadas sob o código “RNEW11”.



**18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

DESCREVER VALOR MOBILIÁRIO ADMITIDO À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS, INCLUINDO: PAÍS, MERCADO, ENTIDADE ADMINISTRADORA DO MERCADO NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO, DATA DE ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO, SE HOUVER, INDICAR O SEGMENTO DE NEGOCIAÇÃO, DATA DE INÍCIO DE LISTAGEM NO SEGMENTO DE NEGOCIAÇÃO, PERCENTUAL DO VOLUME DE NEGOCIAÇÕES NO EXTERIOR EM RELAÇÃO AO VOLUME TOTAL DE NEGOCIAÇÕES DE CADA CLASSE E ESPÉCIE NO ÚLTIMO EXERCÍCIO, SE HOUVER, PROPORÇÃO DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO NO EXTERIOR EM RELAÇÃO A CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÕES, SE HOUVER, BANCO DEPOSITÁRIO, SE HOUVER, INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE.

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

### OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA

A Companhia aprovou, na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2010, a realização de Oferta Pública Primária de Distribuição de Certificados de Depósito de Ações (“Units”), representativos, cada um, de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia (“Oferta”). Em 24 de junho de 2010, a Companhia alterou os termos e condições da Oferta, aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 25 de fevereiro de 2010.

A Oferta compreendeu a distribuição pública primária de 10.713.800 Units, sendo 713.800 Units referentes ao exercício parcial da opção outorgada ao BofA Merrill Lynch para atender a um eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, por meio da qual captamos um montante total de R\$160.707.000,00. As Units foram ofertadas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), com esforços de colocação das Units no exterior, nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América (“Regra 144A” e “Securities Act”, respectivamente), com base em isenções de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S (“Regulamento S”) do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, que invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, especialmente pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM.

A Oferta foi submetida à análise da CVM em 04 de junho de 2010 e foi registrada na CVM em 12 de julho de 2010, sob o número CVM/SRE/REM/2010/014.

A Oferta foi encerrada em 13 de agosto de 2010.

Além da realização da Oferta, conforme acima, não realizamos qualquer outra oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

## **18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

**OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELA COMPANHIA RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO**

Não aplicável

## 18.10 - Outras informações relevantes

### Item 18.10 – Outras Inf. Rel.- Val. Mobiliários

#### **Hipóteses de Inadimplemento e Vencimento Antecipado**

O titular desta Nota Comercial, diretamente ou por meio do Agente de Notas, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Nota Comercial e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento, e demais encargos e custos previstos nesta Nota Comercial e nos demais Documentos da Operação, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) a Emissora e/ou sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas ou coligadas deixem de pagar quaisquer dívidas ou deixem de cumprir quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam obrigados, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para a Emissora e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para as suas controladas, como e quando tal dívida ou obrigação venha a vencer, ou ainda deixem de cumprir obrigações pecuniárias em qualquer pacto ou avença que caiba a qualquer delas, não regularizado em um período máximo de 2 (dois) dias úteis contados do inadimplemento ou descumprimento da obrigação ou no prazo de cura previsto no documento específico. Exclusivamente em relação às obrigações da Emissora e/ou sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas e/ou coligadas perante fornecedores, não serão considerados hipóteses de vencimento antecipado das Notas Comerciais os casos em que a Emissora e/ou sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas e/ou coligadas estiverem em comprovado processo de negociação com tais fornecedores cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou inferior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais). Em processos de negociação cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), a declaração de vencimento antecipado dependerá de deliberação dos detentores das Notas Comerciais nesse sentido;
- (ii) decretação de falência, liquidação e/ou dissolução da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas e/ou coligadas;
- (iii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas e/ou coligadas ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de tais entes, nos termos da legislação aplicável;
- (iv) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações");
- (v) inadimplemento, pela Emissora, do pagamento de principal ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Comerciais;
- (vi) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito dos Documentos da Operação;
- (vii) autuações impostas (i) à Emissora; e/ou (ii) a suas controladas diretas e indiretas e/ou seus controladores pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, de defesa da concorrência, dentre outros, em montantes superiores a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), desde que não sejam apresentadas aos titulares das Notas

**18.10 - Outras informações relevantes**

Comerciais a devida contestação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do conhecimento das autuações e do prazo legalmente aplicável para a apresentação da respectiva contestação;

- (viii) concessão de preferência a outros créditos, realização de amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias sem a anuência dos titulares das Notas Comerciais, exceto na medida em que seja necessário para a obtenção de empréstimos e/ou financiamentos junto a agências de fomento, agências multilaterais e/ou bancos de desenvolvimento, nacionais ou internacionais, incluindo, sem limitar, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE ou International Finance Corporation – IFC, caso em que tais concessão, realização e emissão ficam desde já expressamente autorizadas;
- (ix) concessão de mútuos a terceiros, pela Enerbrás ou pela Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), sem a anuência dos titulares das Notas Comerciais;
- (x) existência de execuções judiciais de qualquer natureza que não tenham sido contestadas de boa-fé e cujo juízo não tenha sido garantido e a existência de protestos que não tenham sido sustados sobre (i) a Emissora; e/ou (ii) suas controladas diretas e indiretas e/ou seus controladores, cuja soma seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada sociedade, exceto Enerbrás ou Espra, cujo valor individual ou agregado não poderá ser superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (xi) alteração do objeto social da Emissora;
- (xii) existência de restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre (i) a Emissora; e/ou (ii) suas controladas diretas e indiretas e/ou seus controladores em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), em valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada sociedade e que não sejam satisfatoriamente esclarecidas aos titulares das Notas Comerciais, observado o quanto disposto nos demais eventos de vencimento antecipado;
- (xiii) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária previstas nesta Nota Comercial e nos demais Documentos da Operação, não sanadas no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente de Notas nesse sentido;
- (xiv) comprovada alteração material adversa no estado econômico-financeiro da Emissora que, a critério dos titulares das Notas Comerciais, a impossibilite de cumprir as suas obrigações em relação às Notas Comerciais e/ou os Documentos da Operação;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, Enerbrás ou Espra, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

**18.10 - Outras informações relevantes**

- (xvii) constituição de qualquer espécie de garantia ou gravame sobre os bens e direitos onerados no âmbito da Emissão sem que haja prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais;
- (xviii) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos titulares das Notas Comerciais, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xix) alienação ou oneração, em favor de terceiros, de ativos da Espra e da Enerbras, excetuada a oneração existente no âmbito do financiamento de longo prazo, celebrado com o Banco do Nordeste Brasileiro – BNB e do repasse do IFC – International Finance Corporation;
- (xx) não manutenção em boa ordem de todas as licenças válidas para a operação das PCHs;
- (xxi) contratação de novos financiamentos pela Enerbras e/ou Espra sem anuência dos titulares das Notas Comerciais;
- (xxii) não apresentação dos demonstrativos financeiros da Enerbras e/ou Espra trimestralmente, devendo os demonstrativos financeiros relativos ao término do exercício social serem auditados;
- (xxiii) emissões de quaisquer valores mobiliários, pela Enerbras e/ou Espra, adiantamento para futuro aumento de capital e/ou instrumentos de dívida, cessão de recebíveis ou qualquer outra forma de adiantamento de recursos, sem a prévia anuência dos detentores das Notas Comerciais;
- (xxiv) caso ocorra a alteração nas condições contratuais relevantes para a prestação de serviços de operação e manutenção (“O&M”), firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (“Enex”), sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais;
- (xxv) não manutenção dos seguros atualmente contratados para as PCHs;
- (xxvi) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Emissora, Enerbras ou Espra, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais;
- (xxvii) a realização de novos investimentos operacionais pela Enerbras e/ou pela Espra com exceção daqueles necessários à adequada manutenção das PCHs e/ou assunção de compromissos de novos investimentos, em particular no desenvolvimento de novos projetos, sem a prévia e expressa autorização dos detentores das Notas Comerciais; e/ou
- (xxviii) realização de aplicações financeiras, pela Enerbras e/ou pela Espra em ativos financeiros, exceto títulos públicos do Brasil e títulos de emissão de instituições financeiras de primeira linha sediadas no Brasil, quais sejam Banco Votorantim S.A, Banco Itaú Unibanco S.A, Bradesco S.A., HSBC Banco Múltiplo S.A. ou Banco do Nordeste do Brasil S.A.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens ii, iii, iv, v, xi, xiv, xix acima acarretará o vencimento antecipado automático desta Nota Comercial, sendo que o Agente de Notas deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Nota Comercial e exigir o pagamento de todos e quaisquer valores devidos, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, encargos e honorários advocatícios, se aplicáveis. O vencimento antecipado será formalizado por meio de notificação encaminhada pelo Agente de Notas à Emissora, concedendo-lhe prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento de tal notificação para realizar os respectivos pagamentos.

## 18.10 - Outras informações relevantes

Na ocorrência dos demais eventos indicados nos itens acima, bem como na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no parágrafo anterior, deverá ser convocada uma reunião dos titulares das Notas Comerciais para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não das Notas Comerciais. Caso decidam a favor do vencimento antecipado das Notas Comerciais, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável.

A reunião dos titulares das Notas Comerciais pode ser convocada pelo Agente de Notas, pela Emissora ou por titulares das Notas Comerciais que representem 10% (dez por cento), no mínimo, desta série. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 2 (duas) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações ou em outra periodicidade determinada em lei ou regulamento.

As reuniões dos titulares das Notas Comerciais deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A reunião dos titulares das Notas Comerciais em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da reunião dos titulares das Notas Comerciais em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos titulares das Notas Comerciais, observados os quoruns estabelecidos abaixo, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, e obrigarão a todos os titulares das Notas Comerciais, independentemente de terem comparecido à reunião ou do voto proferido na respectiva reunião.

A reunião de titulares das Notas Comerciais se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Notas Comerciais que representem, no mínimo, a metade das Notas Comerciais e, em segunda convocação, com qualquer quorum. A presidência da reunião caberá ao titular das Notas Comerciais eleito pelos titulares das Notas Comerciais.

Nas deliberações da reunião, a cada Nota Comercial caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titular de Notas Comerciais ou não. Qualquer decisão será aprovada por titulares das Notas Comerciais que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total das Notas Comerciais, em primeira convocação, e 50% (cinquenta por cento) dos presentes em segunda convocação.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não efetuou nenhum plano de recompra de ações



## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui ações em tesouraria.

### **19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**

#### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui ações em tesouraria.

## **19.4 - Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Não aplicável.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>18/02/2010</b>
<b>Cargo e/ou função</b>	Acionistas Controladores Diretos ou Indiretos Diretores Membros do Conselho de Administração

### Principais características

A Companhia em sua Política de Negociação de Valores Mobiliários firmada em 18 de fevereiro de 2010 fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358.

Esta Política de Negociação deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2008, na mencionada Instrução nº. 358 da Comissão de Valores Mobiliários, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA, especialmente quanto ao dever dos Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Ex-Administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários.

As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam para fins de adesão, (i) Companhia, (ii) Acionistas Controladores, (iii) Administradores, (iv) Conselheiros, (v) Ex-Administradores e (vi) Colaboradores que o Diretor de Relações com Investidores venha a indicar, a seu exclusivo critério, como Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, conforme listagem divulgada de tempos em tempos.

Essas pessoas não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia.

Excepcionalmente, os Administradores e Conselheiros da Companhia, das Sociedades Controladas e das Sociedades Coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da presente Política de Negociação.

Estão abrangidas nas vedações desta Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsas de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme abaixo descrita.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

### Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As vedações estabelecidas na Política de Negociação não se aplicam (i) no caso de as negociações com valores mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciadas pelos quotistas; e/ou (ii) nas operações com ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia e nas recompras dessas ações pela Companhia, também mediante negociação privada.

Os Administradores e Conselheiros da Companhia, bem como das Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, podem adquirir Valores Mobiliários de emissão da Companhia no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento, nos termos do Capítulo VIII da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

As Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (a) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente da apresentação de justificativa; (b) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (c) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia, das Sociedades Controladoras, Controladas e Coligadas; (d) orientar e enviaar os melhores esforços para que (i) o cônjuge ou companheiro; (ii) o descendente; e (iii) qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (e) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas Sociedades Controladas e Coligadas ainda que (i) após a divulgação de Ato ou Fato Relevante; ou (ii) de acordo com o Plano Individual de Investimento.

---

## **20.2 - Outras informações relevantes**

**FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES**

Não existem outras informações consideradas relevantes.

**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

### **POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA, INDICANDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS**

Conforme Instrução CVM nº 358, a Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Esta Política de Divulgação de Informações foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de maio de 2008.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todos aqueles alcançados pela Política de Divulgação deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da Instrução 358, os Destinatários respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem: (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores; (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre a segurança de correspondência eletrônica; (c) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e (d) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

Observado o procedimento estabelecido no item (a) do parágrafo acima e constatada pelos Acionistas Controladores, Administradores ou Conselheiros a ocorrência de omissão na divulgação do Ato ou Fato Relevante por parte do Diretor de Relações com Investidores, devem aqueles cientificar imediatamente os demais membros da Diretoria da Companhia para que apreciem a matéria relativa à eventual divulgação, sem prejuízo do dever de informar o Ato ou Fato Relevante à CVM, consoante o parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução 358. A Diretoria da Companhia dará ciência ao Destinatário comunicante, de imediato e por escrito, dessa deliberação.

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia. O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da Instrução 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item



**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

(b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Diretor de Relação com Investidores.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

### **FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

### **ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA**

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia.

## **22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

### **CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

## **22.4 - Outras informações relevantes**

### **FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.